


unesp  UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

VINÍCIO MOREIRA DOS SANTOS

**COESÃO REFERENCIAL E ENSINO:
HISTÓRICO, APLICAÇÕES E PROPOSTAS.**



ARARAQUARA – S.P.
2011

VINÍCIO MOREIRA DOS SANTOS

COESÃO REFERENCIAL E ENSINO: HISTÓRICO, APLICAÇÕES E PROPOSTAS.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Lingüística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Lingüística e Língua Portuguesa.

Linha de pesquisa: Ensino/Aprendizagem de Línguas.

Orientador: Profa. Dra. Letícia Marcondes Rezende.

ARARAQUARA – S.P.
2011

VINÍCIO MOREIRA DOS SANTOS

COESÃO REFERENCIAL E ENSINO: HISTÓRICO, APLICAÇÕES E PROPOSTAS.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Lingüística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Lingüística e Língua Portuguesa.

Linha de pesquisa: Ensino/Aprendizagem de Línguas.

Orientador: Profa. Dra. Letícia Marcondes Rezende.

Data da qualificação: ___/___/___

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Profa. Dra. Letícia Marcondes Rezende
Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara.

Membro Titular: Profa. Dra. Vanice Maria Oliveira Sargentini
Universidade Federal de São Carlos.

Membro Titular: Profa. Dra. Marília Blundi Onofre.
Universidade Federal de São Carlos.

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

A Deus, que não me carrega de uma ponta à outra do rio,
mas me dá a chance de aprender a nadar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meus pais, que me deixaram sair de casa aos 17 anos para viver esta aventura. Hoje, eu acho que eles foram malucos fazendo isso. Eu não vou deixar meu filho sair de casa aos 17 anos.

Agradeço à minha orientadora, a professora Letícia, porque quando eu disse a ela que confiasse em mim, ela o fez – o que não é o tipo de humildade que se vê todo dia.

Agradeço aos moradores da República Xikerão, que me acolheram tão bem quando cheguei em Araraquara, e cujas amizades eu posso colocar, sem medo, no grupo das que vão durar para sempre.

Agradeço a meus grandes amigos Thiago, Arthur, Natália Scartezini e Natália Oliveira, que nunca me ajudaram em nada e só me deram trabalho, mas cujas amizades valem mais do que o que está escrito em todas as bibliotecas do mundo.

Agradeço a Cris e a Taísa, que entendem disso tudo muito melhor do que eu, e me ajudaram sempre que precisei. Um abraço também para os amigos que fiz durante a graduação e a pós, Paulinha, Josi, Thalita, Victor, Alessandra, Rosângela.

Agradeço a meus antigos alunos do colégio CoEducar, por terem aceitado contribuir para a pesquisa, quando podiam simplesmente ficar batendo papo na sala de aula.

Agradeço às professoras Vanice Sargentini e Marília Onofre, pela ajuda e sugestões sobre a pesquisa.

*Um galo sozinho não tece a manhã:
ele precisará sempre de outros galos.*

*De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro: de um outro galo
que apanhe o grito que um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzam
os fios de sol de seus gritos de galo
para que a manhã, desde uma tela tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos.*

*E se encorpando em tela, entre todos,
se erguendo tenda, onde entrem todos, no toldo
(a manhã) que plana livre de armação.*

*A manhã, toldo de um tecido tão aéreo
que, tecido, se eleva por si: luz balão*

(MELO NETO, João Cabral, 1997)

RESUMO

O objetivo deste trabalho é, depois de trinta e cinco anos da publicação de *Cohesion in English*, de Halliday e Hasan, analisar como se dá a relação entre a exposição do tema da coesão textual nos livros didáticos e na produção textual dos alunos. Para tanto, apresentamos, de início, três abordagens distintas sobre a coesão textual: a de Halliday e Hasan, ancorada na noção de registro; a de Beaugrande e Dressler, que toma a coesão textual como um requisito para a construção do texto; e a de Ingedore Koch, que vê a coesão como ferramenta para o avanço informacional e argumentativo do texto. Considerando a preocupação tradicional que os livros didáticos dispensam à chamada coesão sequencial (emprestando o termo de Ingedore Koch), conferindo exclusivamente a ela o papel de organizadora das relações de significado do texto, voltamo-nos para o tratamento dado para a coesão referencial, responsável, inicialmente, por estruturar a rede de identificação e recuperação de elementos dentro de um texto. O que pudemos constatar, ao analisar livros didáticos e um corpus com redações de alunos de ensino médio, é que há disparidade entre a abordagem oferecida pelos livros, focados excessivamente no aspecto textual da coesão referencial, cuja função seria, unicamente, evitar repetições, e a produção dos alunos que, como pudemos notar, é estruturalmente bem formada, mas carece do valor argumentativo que os mecanismos de coesão referencial podem oferecer. Considerando os problemas levantados nos dois lados da questão, propomos, ao final, nossa colaboração para uma abordagem argumentativa dos mecanismos de coesão referencial no ambiente escolar.

Palavras – chave: Coesão referencial; Lingüística Textual; Ensino.

RESUMO

The purpose of this work is, after thirty-five years since the publication of Halliday and Hasan's *Cohesion in English*, analyze the relation between teaching books' approach to the theme and students' writing. In order so, we present at first three different approaches to textual cohesion: Halliday and Hasan's, which holds itself on the notion of register; Beaugrande and Dressler's, which takes cohesion as a text requisite; and Ingedore Koch's, which sees cohesion as a tool for the argumentative and informative aspect of a text. Taken the usual concern that course books give sequential cohesion (the term is taken from Ingedore Koch), exclusively giving it the role of meaning relation organizer, we shall look at referential cohesion, that is, at first, responsible for structuring the identification and recovering of an element inside a text. Through the analyses of teaching books and a corpus collected from High school students, we were able to see that there is some disparity between the books, extremely focused on the textual aspect of referential cohesion, whose function would solely be the avoidance of term repetition, and the students' texts, which are structurally well built but lack the argumentative properties that referential cohesion mechanisms can offer. Considering the problems gathered at both sides of the question, we give our collaboration for an argumentative approach to referential cohesion mechanisms at school.

Keywords: Referential cohesion; Text Linguistics; Teaching.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Formas de introdução do objeto-de-discurso “Raquel + Juliana”	p.80
Tabela 2	Uso de mecanismos de coesão referencial para a cadeia referencial de “Raquel + Juliana”	p.82
Tabela 3	Ocorrências de substituição lexical para o objeto-de-discurso “Raquel + Juliana”	p.82
Tabela 4	Formas de retomada pronominal para o objeto de discurso “Raquel + Juliana”	P.83
Tabela 5	Mecanismo de coesão referencial por função sintática desempenhada na oração (1)	p.83
Tabela 6	Uso de mecanismos de coesão referencial em função de sujeito.	p.84
Tabela 7	Uso de mecanismos de coesão referencial em função de objeto direto.	p.84
Tabela 8	Uso de mecanismos de coesão referencial em função de objeto indireto.	p.84
Tabela 9	Uso de mecanismos de coesão referencial em função de complemento nominal.	p.85
Tabela 10	Uso de mecanismos de coesão referencial para a construção das cadeias referenciais de “Juliana” e “Raquel”	p.86
Tabela 11	Mecanismos de coesão referencial para a cadeia referencial de “Raquel”	p.87
Tabela 12	Mecanismos de coesão referencial para a cadeia referencial de “Juliana”	p.87
Tabela 13	Formas de substituição lexical dos objetos-de-discurso “Raquel” e “Juliana”	p.87
Tabela 14	Formas de retomada pronominal dos objetos-de-discurso “Raquel” e “Juliana”	p.88
Tabela 15	Mecanismo de coesão referencial por função sintática desempenhada na oração (2)	p.88
Tabela 16	Uso de mecanismos de coesão referencial em função de sujeito (2)	p.89
Tabela 17	Uso de mecanismos de coesão referencial em função de objeto direto (2)	p.89
Tabela 18	Uso de mecanismos de coesão referencial em função de objeto indireto (2)	p.89
Tabela 19	Uso de mecanismos de coesão referencial em função de complemento nominal (2)	p.90
Tabela 20	Comparação entre os mecanismos de coesão referencial da cadeia referencial “Raquel + Juliana” e as cadeias referenciais “Juliana” e “Raquel”	p.90

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Coesão de acordo com TERRA, Ernani (2008)	p.39
Quadro 2	Exercícios sobre coesão de TERRA, Ernani (2008)	p.41
Quadro 3	Coesão de acordo com CARNEIRO, Agostinho Dias (2001)	p.43
Quadro 4	Exercícios sobre coesão de CARNEIRO, Agostinho Dias (2001)	p.45
Quadro 5	Coesão segundo PELLEGRINI, Tânia (1999)	p.46
Quadro 6	Exercícios sobre coesão de PELLEGRINI, Tânia (1999)	p.47
Quadro 7	Exercícios sobre coesão de FIORIN e SAVIOLI (2003).	p.51
Quadro 8	Proposta de redação para aquisição do corpus	p.72
Quadro 9	Texto #29	p.79
Quadro 10	Exemplo de cadeia referencial de Raquel + Juliana	p.80
Quadro 11	Texto #12	p.85
Quadro 12	Exemplo de cadeia referencial de Raquel e Juliana	p.86
Quadro 13	Texto de exemplificação	p.120

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	p.13
1 ABORDAGENS SOBRE A COESÃO TEXTUAL.....	p.14
1.1 Halliday e Hasan: a fundação do texto a partir do registro e da coesão.....	p.14
1.2 Beaugrande e Dressler: coesão como requisito de textualidade.....	p.23
1.3 Koch: coesão e argumentação.....	p.28
2 COESÃO E ENSINO	p.35
2.1 PCNEM (1999) e PCN+ (2002)	p.35
2.2 Coesão e ensino: livros didáticos	p.38
2.2.1 Prática de linguagem: leitura e produção de texto.....	p.39
2.2.2 Redação em construção	p.42
2.2.3 Redação, palavra e arte	p.46
2.2.4 Textos, leituras e escritas: literatura, língua e produção de texto.....	p.48
2.2.5 Para entender o texto: leitura e redação	p.49
2.3 Problemas gerais encontrados nos livros didáticos	p.52
3 LINGÜÍSTICA TEXTUAL E REFERENCIAÇÃO	p.54
3.1 Linguística textual: um histórico	p.54
3.2 Abordagens sobre o processo de referenciação.....	p.58
3.3 Referenciação dentro do texto: objetos de discurso.....	p.62
3.3.1 Anáfora	p.64
3.3.2 Correferência e cadeia referencial	p.69
4 ANÁLISE DE CORPUS	p.71
4.1 A obtenção do corpus	p.71
4.2 Procedimento de análise.....	p.74
4.3 Dados quantitativos	p.78
4.4 Análise qualitativa do corpus	p.91
4.4.1 Repetição	p.91
4.4.2 Substituição lexical	p.96
4.4.3 Retomada pronominal	p.101
4.4.4 Elipse	p.109

5 MATERIAL DIDÁTICO E PRODUÇÃO ESCOLAR: ARTICULAÇÕES	p.115
5.1 Coesão referencial e argumentação: uma proposta de trabalho	p.120
5.2 Considerações sobre a proposta	p.130
6 CONCLUSÃO	p.132
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	p.133

APRESENTAÇÃO

A definição da coesão como a “amarração” de um texto é tradicionalmente difundida nos estudos sobre a língua, porque se sustenta sobre outra noção, também bastante sólida: a de que um texto é, substancialmente, distinto de um aglomerado de sentenças. Não são poucos os autores que invocam a raiz grega comum entre as palavras “texto” e “tecido”, para enfatizar suas naturezas relacionais: um texto, como um tecido, é feito de centenas de linhas que se entrelaçam, produzindo um todo inconsútil.

Desde a publicação de *Cohesion in English* em 1976, por M.A.K. Halliday e Ruqayia Hasan, obra seminal e influente até hoje, muito foi produzido sobre a coesão, com propostas distintas de categorizações de seus mecanismos e adaptações para cada idioma, mas sempre conservando o caráter unificador. Independentemente de como sua estruturação é descrita, a coesão ainda é o fio, ora invisível, ora visível, que ata o tecido do texto.

Trinta e cinco anos depois da publicação da primeira obra de fôlego sobre o tema, este trabalho se propõe a revisitar três abordagens distintas – a de Halliday e Hasan (1976), a de Beaugrande e Dressler (1981) e a de Ingedore Koch (1989) – para analisar como os livros didáticos, hoje, trabalham a coesão textual na sala de aula. Mais especificamente, considerando o interesse quase exclusivo para a coesão realizada entre sentenças e suas relações de significado, voltamo-nos para a outra parte do fenômeno: a coesão referencial, que irá estruturar a rede de relacionamentos de identificação e recuperação de elementos dentro de um texto. Como poderá ser visto ao longo deste trabalho, pouca atenção é destinada à coesão referencial nos livros didáticos, que é tratada como um mero artefato de substituições que visa, unicamente, evitar a repetição de palavras.

Para analisar a questão educacional, optamos por nos debruçar sobre as duas pontas do processo: o material didático e a produção textual dos alunos. Assim, inicialmente, realizamos descrições minuciosas de alguns livros didáticos que julgamos representativos. Em seguida, voltamo-nos para a análise de um corpus de redações de alunos de ensino médio, e contrapomos as situações observadas com aquilo que é apresentado pelos livros. Desta forma, damos nossa contribuição ao estudo da coesão referencial, argumentando na direção de que esta não se trata de um mecanismo de simples substituição, mas além de apresentar uma grande complexidade

interna, motivada por questões enunciativas, pode também adquirir propriedades argumentativas, algo tradicionalmente atribuído somente à coesão sequencial.

1 ABORDAGENS SOBRE A COESÃO TEXTUAL

Neste capítulo, realizamos um panorama e uma breve apreciação sobre três abordagens distintas a respeito da coesão textual – cada uma motivada pela visão dos autores sobre o que configura um texto. De início, trataremos da abordagem de Halliday e Hasan, que argumentam, em *Cohesion in English* (1976), que a coesão textual, ao lado da noção de registro, é uma das partes fundantes e definidoras de um texto. A segunda abordagem apresentada é a de Beaugrande e Dressler (1981), em *Introduction to Text Linguistics*, que defendem que a coesão, dentro de um grupo de sete requisitos a serem cumpridos, é o que determina a construção satisfatória de um texto. Por fim, também apresentamos e discutimos o modelo de Ingedore Koch, exposto em *A coesão textual* (1989), um dos estudos mais difundidos sobre coesão em língua portuguesa e que toma uma direção argumentativa.

1.1 Halliday e Hasan: a fundação do texto a partir da coesão e do registro

Halliday e Hasan (1976), interessados em estabelecer um conceito de coesão, passam, antes, por uma questão ainda mais delicada: a noção de texto. Para isso, os autores declaram que é necessário estabelecer que um texto não é, unicamente, um conjunto de sentenças unido ou, nas palavras dos autores (p.2), “Um texto não é algo parecido como uma sentença, só que maior; é algo que se distancia de uma sentença em tipo¹”.

Para os autores, um texto tem uma propriedade essencial, chamada “textura”, que o distingue de todas as outras coisas que não são um texto. O propósito, portanto, é compreender quais mecanismos a língua possui para criar textura – e, neste sentido, Halliday e Hasan definem duas propriedades essenciais: o registro e a coesão.

¹ A text is not something that is like a sentence, only bigger; it is something that differs from a sentence in kind.

O primeiro são “as propriedades linguísticas que são tipicamente associadas com a configuração das propriedades situacionais²” (HALLIDAY E HASAN, 1976, p.22). Para os autores, a definição de um registro particular deve ser minucioso, por quanto mais detalhes estiverem disponíveis, mais específicas serão as marcas linguísticas esperadas. O registro, ao se debruçar sobre a projeção que a situação executa sobre a língua, extrapola os limites textuais, trazendo à tona fatores como o posicionamento do sujeito, o contexto da enunciação, a posição do ouvinte, o gênero em questão etc (mais especificamente, os autores falam das propriedades “*field*”, “*mode*” e “*tenor*”) – e como eles interferem na construção do texto.

Neste sentido, a textura de um texto depende da sua adequação a um registro – ainda que, conforme os autores chegam a mencionar, mesmo em situações pouco claras, existe a tendência, por parte do ouvinte ou leitor, de encontrar uma motivação ou lógica de construção por trás de um texto desorganizado, imaginando que, de alguma forma, ele esteja enquadrado em um registro.

A adequação de um texto ao contexto da situação é, naturalmente, um fator que relaciona texto, materialidade física, seja oral ou escrita, ao mundo dos falantes e ouvintes, e todas as suas manifestações extratextuais. De acordo com Halliday e Hasan, essa propriedade é, em parte, responsável pela textura, sendo complementada pela coesão textual, uma propriedade centrada majoritariamente na língua. Enquanto o registro projeta o mundo sobre a língua, a coesão organiza a língua ao redor dela mesma.

Ainda que a textura seja a propriedade definidora de um texto, Halliday e Hasan reconhecem que não se trata de uma situação extrema, isto é, ou há presença ou ausência de textura. É possível que haja graus de textualidade, conforme seus dois requisitos – o registro e a coesão – são satisfatórios, sendo que é perfeitamente possível que apenas um deles seja eficaz. Nas palavras dos autores,

Assim como alguém pode construir uma passagem que parece se agarrar ao sentido semântico-situacional, mas falha como texto devido à falta de coesão, também alguém pode construir passagens que são lindamente coesivas mas que falham como texto porque lhes falta consistência de registro – não há continuidade de significado na relação com a situação. O ouvinte, ou leitor, reage

² The linguistic features which are typically associated with a configuration of situational features.

a estas duas coisas em seu julgamento sobre a textura.³ (HALLIDAY E HASAN, 1976, p.23).

Na relação entre registro e coesão, parece haver, ligeiramente, uma importância maior para o primeiro fator na constituição de um texto: se todos os elementos que formam o contexto da situação são projetados e influenciam a materialidade do texto, e a coesão é sua organização interna, parece natural supor que o registro tem também influência sobre a forma como a coesão é construída – de maneira mais sucinta, se a situação altera o texto, e o texto é formado de coesão, logo, a situação também altera a coesão.

Contudo, conforme explicitado nas primeiras páginas da obra, a intenção de Halliday e Hasan é se voltar, somente, para a coesão textual, deixando para outros estudos um tratamento mais elaborado dos fatores que constroem a citação (e, por consequência, formatam um registro). Os mecanismos de coesão textual apresentados, portanto, devem ser pensados dentro da adequação ao registro.

Estabelecendo a coesão como o “campo de possibilidades que existe para ligar alguma coisa com o que veio antes⁴.” (1976, p.10), Halliday e Hasan construíram o modelo de coesão textual mais reproduzido e discutido dentro do campo. A princípio, são discriminadas cinco situações típicas: a referência, a substituição, a elipse, a conjunção e a coesão lexical. É importante ressaltar, porém, que não se tratam de cinco tipos distintos de mecanismos.

a) Referência

Para abordar a referência, os autores propõem, inicialmente que

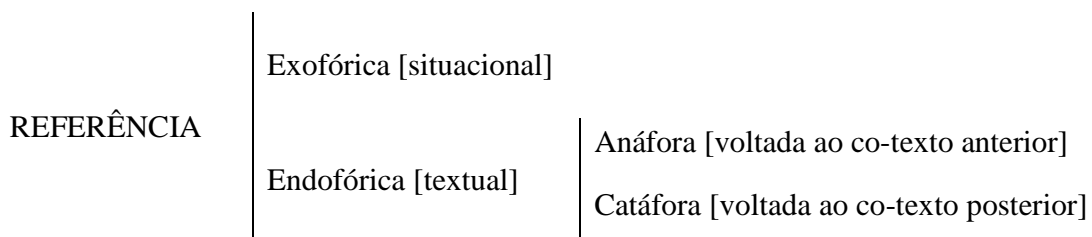
Existem certos itens, em cada língua, que tem a propriedade de referência, no sentido específico no qual nós estamos usando o termo aqui; isto é, ao invés de serem interpretados semanticamente por si próprios, eles fazem referência a alguma coisa a mais para sua interpretação⁵. (HALLIDAY e HASAN, 1979, p.31).

³ Just as one can construct passages which seem to hang together in the situational-semantic sense, but fail as texts because they lack cohesion, so also one can construct passages which are beautifully cohesive but which fails as texts because they lack consistency of register – there is no continuity of meaning in relation to the situation. The hearer, or reader, reacts to both of these things in his judgment of texture.

⁴ Cohesion refers to the range of possibilities that exist for linking something with what has gone before.

⁵ There are certain items in every language which have the property of reference, in the specific sense in which we are using the term here; that is to say, instead of being interpreted semantically in their own right, they make reference to something else for their interpretation

A referência se comporta como uma indicação de recuperação de uma informação, e a coesão se dá pela recuperação contínua, ao longo do texto, desta informação. Para os autores, a referência pode ser situacional, quando busca recuperar um elemento do contexto da situação em que está inserida, ou textual, quando a recuperação visa um elemento do próprio texto em que está localizada. A referência situacional seria um primeiro nível de referência, ao relacionar mundo e expressão lingüística, ao passo que a referência textual seria de segundo nível, relacionando a referência inicial com elementos de recuperação dentro do próprio texto. As denominações “referência situacional” e “referência textual” são, posteriormente, substituídas por “referência exofórica” e “referência endofórica”, como é possível ver no quadro abaixo, retirado da página 33 (HALLIDAY e HASAN, 1979):



Os autores ressaltam, porém, que a referência exofórica não deve ser entendida como um sinônimo de referência situacional, porque sua função não é nomear entidades, mas indicar que a referência deve ser realizada no contexto da situação. O exemplo mais típico de referência exofórica é a que faz uso de pronomes pessoais dêiticos, isto é, aqueles que se referem aos indivíduos envolvidos na interação verbal (nominalmente, um falante e um ouvinte). Em uma sentença como “Eu disse a você para não dirigir tão rápido”, as expressões “eu” e “você” remetem a seres do contexto da situação, e não do texto. Ainda neste sentido, os pronomes demonstrativos também possuem estatuto de referenciadores exofóricos: tomando como exemplo a sentença “Aquela loja não vende o que estamos procurando”, tem-se que o referente de “aquela loja” não deve ser procurado no texto, mas na situação em que ocorre o enunciado. Neste sentido, a referência exofórica se volta tipos específicos de registros, aqueles que se voltam para uma interação direta entre falante e ouvinte, onde haja necessidade de indicação de dêiticos.

A referência textual ou endofórica é aquela cujos itens referenciadores se voltam para o próprio texto, seja para a porção anterior (constituindo a anáfora) ou a posterior (catáfora). Um

item referencial, porém, “não é, por si próprio, exofórico ou endofórico; ele é apenas ‘fórico’ – simplesmente possui a propriedade da referência. Qualquer ocorrência de referência pode ser de um tipo ou de outro, ou até mesmo dos dois tipos ao mesmo tempo⁶” (HALLIDAY e HASAN, 1979, p.36-7) – o que, novamente, ressoa a questão do registro: um mesmo item referencial pode servir a diferentes registros.

Para Halliday e Hasan (1979, p.37) há três tipos de referência: pessoal, demonstrativa e comparativa. A **referência pessoal** é aquela que faz uso da categoria de pessoa para traçar a referência, tomando os pronomes pessoais, tanto os de natureza substantiva como adjetiva, como itens referenciadores. O segundo tipo, de **referência demonstrativa**, age por meios de proximidade, trabalhando com pronomes demonstrativos, bem como itens capazes de posicionar a definição de um objeto (sendo o exemplo mais típico os artigos definidos). Por fim, o terceiro tipo, de **referência comparativa**, trabalha através da identidade ou similaridade entre os elementos, fazendo uso de adjetivos e advérbios.

Ao se considerar a natureza referenciadora dos itens mencionados para os três tipos de referência, retorna-se à afirmação anterior dos autores, de que não se deve falar, especificamente, em referência exofórica ou endofórica, havendo as duas possibilidades de construção em cada um dos tipos. Abaixo, para exemplificação, sentenças contendo as três situações discriminadas.

(1) Personagem mais comentado da semana no esporte em São Paulo, Marcos questionou a imprensa, ontem, antes de falar sobre a aposentadoria. "Quero saber se vão me julgar, porque o julgamento de **vocês** é sempre infeliz" (Edição *online* do *Estado de São Paulo*, 06/03/10) [referência pessoal].

(2) Segundo ele, a Petrobras é a empresa que mais investe no país. "O pré-sal vai gerar um estímulo industrial ao país desde que o dinheiro da exploração fique **aqui**", afirmou. (Edição *online* da *Folha de São Paulo*, 05/03/10) [referência demonstrativa]

(3) Uribe não é **igual** à Chavez, afirma vice. (Edição *online* da revista *Veja*, 05/09/09) [referência comparativa]

⁶ Is not itself exophoric or endophoric; it is just phoric – it simply has the property of reference. Any given instance of reference may be either one or another, or it may even be both at once.

b) Substituição

O segundo mecanismo de coesão apresentado é o da substituição, que funciona, conforme sugerido pelo nome, pelo uso de um item no lugar de outro. Os autores caracterizam três tipos de substituição: o primeiro deles, e ocorrência mais típica, é o de **substituição nominal**, em que um sintagma nominal é trocado por outro. No exemplo (4), o sintagma “área de 46,7 milhões de hectares” é substituído, na sentença seguinte, por “isso”.

(4) De acordo com os números oficiais, em sete anos foram assentadas 574,6 mil famílias, numa área de 46,7 milhões de hectares. **Isso** corresponde a quase duas vezes o território do Estado de São Paulo. (Edição *online* do *Estado de São Paulo*, 06/03/10).

O segundo tipo de substituição, a **verbal**, é exemplificada por Halliday e Hasan (1979), em inglês, pelo substituto verbal *do*, apontado como o único capaz de tal operação.

(5) Charlene Greenwood, 46 and unemployed, described herself as a Tea Party member, wore a semiautomatic pistol on her hip and signs that read, “Illegal immigrants **have** better health care than **I do**” (Edição *online* do *New York Times*, 22/06/10).

Tal expediente, em português, é realizado pelos chamados “verbos vicários”, em especial, os verbos “fazer” e “ser”:

(5a) Hoje, porém, foi diferente: o banco **realizou** seu primeiro leilão por volta das 12h (hora de Brasília), o que não **fazia** há tempos, e mais leilão "tardio", após as 16h. No primeiro, o BC aceitou ofertas por R\$ 1,6726 (taxa de corte) e no segundo, por R\$ 1,6820. (Edição *online* da *Folha de São Paulo*, 07/12/10).

Por fim, o terceiro tipo de substituição envolve a troca de uma **sentença inteira** por outro item. Halliday e Hasan, trabalhando com o inglês, apontam as formas *so* e *not* como substitutos

em potencial para uma sentença. No exemplo (6), a expressão “o que” substitui toda a sentença anterior:

(6) **Não se sabe quem deve vencer a eleição, o que** define o cenário para intensas negociações a fim de formar um governo de alianças e, talvez, fazer o Iraque novamente vulnerável a novos conflitos. (Edição *online da Folha de São Paulo*, 05/03/10)

Apresentados os mecanismos de referência e substituição, faz-se necessário esclarecer as diferenças entre eles. Halliday e Hasan apontam, em primeira instância, que a distinção mais palpável é a de que, enquanto a referência se posiciona no nível semântico da língua, a substituição é de natureza puramente gramatical. Neste sentido, a referência pode se voltar tanto para o mundo (situacional) quanto para o texto (textual), ao passo que a substituição somente existe dentro do texto. Nas palavras dos autores, “O princípio que distingue a referência da substituição é razoavelmente claro: substituição é uma relação entre itens lingüísticos, tais como palavras e sentenças; enquanto a referência é uma relação entre significados⁷”. (1979, p.89).

A natureza gramatical da substituição é evidenciada na obrigatoriedade, especificamente no caso nominal, do item usado na substituição ter a mesma função sintática do anterior, o que não é necessário nos casos de referência. Halliday e Hasan (1979, p.89) também postulam que

Um item de referência pode apontar para qualquer direção, e apontar para o texto que veio antes é apenas uma, entre o grupo de possibilidades. Substituição, por outro lado, como uma relação verbal, está essencialmente confinada ao texto [...] e tem como efeito a implicação de que alguma coisa foi dita anteriormente⁸.

Outra diferença entre a referência e a substituição diz respeito à recuperação integral do termo pressuposto: enquanto, na substituição, o termo antecedente pode ser completamente trocado pelo seguinte, isso não acontece na referência, porque ela é “primariamente extra-textual e secundariamente textual. Na substituição o pressuposto é em parte repudiado, sendo que a fonte

⁷ The principle distinguishing reference from substitution is reasonably clear. Substitution is a relation between linguistic items, such as words or phrases; whereas reference is a relation between meanings.

⁸ A reference item may point in any direction, and pointing to the preceding text is only one among the set of possibilities. Substitution, on the other hand, being a verbal relation, is essentially confined to the text [...] and it has the effect of implying that something has been said before.

primária da substituição está no texto” (SARGENTINI, 1991, p.39). Um exemplo bastante claro desta situação pode ser conferido a seguir:

(7) Corte **três maçãs** em cubos e jogue-**as** dentro da panela com açúcar.

A relação entre “três maçãs” e “as” é de repetição, e não de substituição, porque há uma mudança no referente extra-textual, algo que só é possível na repetição. Retomando a explicação anterior, sobre a possibilidade de troca entre pressuposto e pressuponente na substituição, formulamos a seguinte sentença:

(7a) Corte **três maçãs** em cubos e jogue **três maçãs** dentro da panela com açúcar.

O uso do termo pressuposto também como pressuponente acarreta um resultado curioso: tem-se a impressão de que as três maçãs cortadas em cubo não são as mesmas três maçãs a serem colocadas na panela, o que entra em conflito com os propósitos da receita. Somente a referência é capaz de estabelecer um referente extra-textual e capturar alguma mudança que possa sofrer.

c) Elipse

Prosseguindo com a explicitação dos mecanismos de coesão, os autores, ao delimitar a elipse, ressaltam que se trata apenas de um caso particular de substituição, em que o item previamente exposto é trocado por zero, qualificando substituição e elipse, essencialmente, como o mesmo processo. No exemplo (8), há elipse do sintagma “Andy Ribeiro” antes do verbo “trabalhou”: (simbolizamos os casos de elipse, por todo o trabalho, pelo símbolo Ø).

(8) Chama-se **Andy Roberto** uma das testemunhas. Ø Trabalhou como segurança da Bancoop e de Luiz Malheiro, aquele ex-presidente da cooperativa que morreu, junto com um par de ex-diretores, no acidente de carro de 2004. (*Folha Online*, Blog do Josias, 06/03/10).

Um item elíptico é aquele que “deixa um espaço específico a ser preenchido por alguma outra parte” (HALLIDAY e HASAN, 1979, p.143), o que retoma o mecanismo da substituição, isto é, a elipse se trata da substituição de um termo por uma posição vazia, também podendo ser de natureza nominal, verbal ou de sentença.

d) Conjunção

O quarto mecanismo de coesão delimitado pelos autores é a conjunção, que difere da referência e da substituição. Na definição de Halliday e Hasan (1979, p.226):

Elementos conjuntivos são coesivos não em si mesmos, mas indiretamente, por via de seus significados específicos; eles não são, inicialmente, instrumentos para atingir o que veio antes (ou vier depois) no texto, mas expressam certos significados que pressupõem a presença de outros componentes no discurso.⁹

A conjunção, então, trata do encadeamento semântico do texto, isto é, de restrições contextuais que alguns itens promovem, “uma especificação do caminho em que o que se deve seguir está sistematicamente conectado com o que já apareceu”¹⁰ (HALLIDAY; HASAN, 1979, p.227).

e) Coesão lexical

Por fim, o quinto e último tipo de mecanismo coesivo se dá através da escolha de vocabulário, processo designado como coesão lexical. Halliday e Hasan salientam que este também não é um mecanismo independente, mas apenas uma forma de substituição de um sintagma por outro, também de significação plena, geralmente de uma categoria superior (configurando hiperonímia) ou um sinônimo. O exemplo (8) traz a substituição do termo “aluno”, mas específico, por “menino”, mais genérico:

⁹ Conjunctive elements are cohesive not in themselves but indirectly, by virtue of their specific meanings. They are not primarily devices for reaching out into the preceding text, but they express certain meanings that presuppose the presence of other components in the discourse.

¹⁰ A specification of the way in which what is to follow is systematically connected to what has gone before.

(9) **O aluno** havia pedido à escola que autorizasse o uso de roupas femininas nas aulas. "Não sou feliz dentro da roupa de homem", disse **o aluno**, cujo nome não foi divulgado, em declarações ao diário "La Nación", de Buenos Aires.

O menino, que quer se chamado de Kylie e tratado como mulher, estuda na Escola Superior Doutor Antonio Sagarna, na cidade de Nogoyá, na Província de Entre Ríos. (Edição *online* da *Folha de São Paulo*, 07/03/10)

Um caso bastante comum da coesão lexical envolve a troca de uma expressão não por um hiperônimo ou sinônimo, mas por outro item lexical, de significação própria, que exprima alguma espécie de julgamento do falante. No exemplo (9), “Google” é substituído, avaliativamente, como “A empresa dona do maior site da internet”.

(10) O **Google** intensificou seus esforços para rivalizar com a Microsoft no negócio de softwares. **A empresa dona do maior site da internet** comprou uma *start-up* que permite aos usuários editarem seus documentos da Microsoft. (Edição *online* do Estado de S. Paulo, 05/03/10)

É possível, como mencionado anteriormente, entender a pluralidade de mecanismos de coesão como ferramentas disponíveis para atingir um determinado registro, motivado por uma situações específica. Se considerarmos um registro que exija riqueza de construção, com um apuro vocabular e complexidade nas informações veiculadas – um descrição literária, por exemplo – parece-nos mais indicado utilizar o recurso da coesão lexical, que amplia a informação dos temas tratados, retomando por novos léxicos e por seus significados distintos, do que a referência ou substituição, que opera através de elementos vazios de significado. Da mesma forma, textos mais ágeis, de estrutura repetitiva, como uma narrativa de fatos sucessivos, funcionam melhor através do recurso da elipse. Os mecanismos de coesão devem ser compreendidos, dentro da proposta de Halliday e Hasan, como um conjunto de ferramentas disponíveis para organizar a estrutura interna de um texto, conforme as necessidades do registro envolvido, constituindo a textura almejada.

1.2 Beaugrande e Dressler: coesão como requisito de textualidade

Beaugrande e Dressler (1981, p.3) defendem que “um texto será definido como uma ocorrência comunicativa que cumpre sete requisitos de textualidade. Se algum destes padrões não for satisfatório, o texto não será comunicativo¹¹”; os sete requisitos levantados são coesão, coerência, intencionalidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade e intertextualidade. A seguir, traçamos considerações a respeito de cada um deles, à exceção da coesão, que será tratada com mais profundidade.

Os autores entendem a **coerência** como a maneira como os conceitos e relações envolvidos em um texto estão, em sua base, regulando o uso de outros itens de acordo com a situação. Um dos casos mais comuns de relação de coerência é o da causalidade, como na sentença-exemplo “Jack caiu e quebrou sua coroa”, em que a primeira sentença “Jack caiu”, indicando uma causa, possibilita a segunda, “quebrou sua coroa”.

A **intencionalidade** trata da existência de um propósito, por parte do falante, em construir um texto. A **aceitabilidade** é a habilidade de um texto em ser bem recebido e compreendido por um ouvinte, que fará uso dos recursos de coesão e coerência para extrair a informação relevante. A opção por determinado gênero textual é uma propriedade da aceitabilidade, procurando formatar o texto ao ouvinte.

A **informatividade** é a eficácia com que a informação apresentada pelo texto cumpre com o que dele se espera. Nas palavras dos autores, “Todo texto é informativo pelo menos de alguma forma; não importa o quanto a forma e o conteúdo possam ser previsíveis, sempre haverá algumas ocorrências variáveis que não foram inteiramente previstas¹²” (BEAUGRANDE e DRESSLER, 1981, p.9).

A **situacionalidade** é a condição de textualidade que torna o texto relevante na sua situação de ocorrência. Os autores utilizam, como exemplo, uma placa de trânsito, cujo texto enxuto e composto apenas de palavras dispersas funciona perfeitamente na situação em questão

¹¹ A text will be defined as a communicative occurrence which meets seven standards of textuality. If any of these standards have not considered to be satisfied, the text will be non-communicative.

¹² Every text is somewhat informative: no matter how predictable form and content may be, there will always be a few variable occurrences that cannot be entirely foreseen.

(dar um aviso aos motoristas). Por fim, a **intertextualidade** é o relacionamento entre diversos textos, nos casos em que a interpretação de um deles mantém dependência com a de outros.

Se pensarmos nos critérios eleitos pelos autores, notamos uma forte preocupação enunciativa: todos eles versam sobre situações de comunicação, que envolvem a clareza com que o texto é produzido por um falante e como é recebido por um ouvinte, de forma apropriada com a situação em que se encontra. Ao longo das explicações, Beaugrande e Dressler estabelecem que a coesão e a coerência são requisitos centrados no texto, ao passo que os cinco restantes estão voltados para o usuário. Entretanto, os autores ressaltam que os dois primeiros critérios são os responsáveis pelo sucesso dos outros cinco, isto é, a interação entre usuário e texto passa, crucialmente, pela eficácia com que a coesão e a coerência se estabelecem no texto.

É possível estabelecer paralelos entre a concepção de texto de Halliday e Hasan e Beaugrande e Dressler: enquanto os primeiros autores afirmam que um texto é fomentado a partir de sua adequação a um registro – o conjunto de situações que o cerca – e do uso consistente da coesão, que podemos compreender como sendo a própria estrutura do texto, Beaugrande e Dressler também distinguem seus requisitos de textualidade entre aqueles centrados na situação de interação entre usuário e ouvinte e os centrados no texto. Há, contudo, uma diferença sensível: enquanto, na proposta de Halliday e Hasan, o registro parece se sobrepor à coesão, sendo esta uma propriedade do texto sujeito a se adequar ao registro, Beaugrande e Dressler conferem à coesão e à coerência o sucesso dos mecanismos centrados na situação. Em linhas gerais, poderíamos dizer que, em Halliday e Hasan, a situação configura o texto, e, em Beaugrande e Dressler, a situação apenas funciona por causa do texto.

Os autores definem a coesão (1981, p.3) como

as maneiras em que os componentes da superfície do texto, isto é, as palavras que, de fato, ouvimos e vemos, estão *mutuamente conectadas dentro de uma sentença*. Os componentes da superfície **dependem** um do outro, de acordo com convenções e formas gramaticais, de forma que a coesão repousa sobre dependências gramaticais.¹³ [grifos do autor]

argumentando, mais adiante (p.49), que ela é orientada para contribuir com a estabilidade e a economia de um texto. Abaixo, detalhamos os mecanismos de coesão levantados na obra.

¹³ the ways in which the components of the surface text, i.e., the actual words we hear or see, are *mutually connected within a sentence*. The surface components depend upon each other according to grammatical forms and conventions, such that cohesion rests upon grammatical dependencies.

a) **Recorrência e recorrência parcial**

De acordo com a definição de Beaugrande e Dressler (1981, p.54), “a repetição direta de elementos é chamada de recorrência, já que a forma original apenas surge novamente¹⁴”. Entretanto, os autores salientam que a recorrência apenas se estabelece quando “a expressão recorrente mantém a mesma referência, isto é, ela continua a designar a mesma entidade no ‘mundo’ do texto (ou discurso)¹⁵” (1981, p.56). No trecho abaixo, o sintagma nominal “Serra Pelada” designa sempre a mesma entidade, a região de garimpo na cidade de Curionópolis, no sul do Pará:

(11) A estratégia do grupo do senador Edison Lobão (PMDB-MA) para se apossar do ouro de **Serra Pelada** inclui o pagamento de um benefício mensal no valor de R\$ 900 para 96 pessoas que vivem na área da antiga mina.

Além disso, para amainar a poeira do começo da tarde nas ruelas de **Serra Pelada**, paga uma empresa de caminhões-pipa para esguichar água sobre o chão batido. [...]

O diretor da Colossus Darci Lindenmeyer diz que a empresa é apenas uma "aliada" da prefeitura na distribuição de cestas básicas. Lindenmeyer afirma que a empresa já gastou R\$ 800 mil em "ações sociais" na área do projeto. Ele diz, orgulhoso, que a ação social da Colossus vai muito além das cestas. A empresa, observa, reformou o hospital de Curionópolis, o posto de saúde e a Escola Maria Antônia Pimenta de Moura, em **Serra Pelada**. (edição *online* do *Estado de São Paulo*, 26/06/10).

Já a recorrência parcial “implica o uso dos mesmos componentes básicos de palavras, com mudanças para uma classe de palavras diferente¹⁶” (BEAUGRANDE e DRESSLER, 1981, p.56). No trecho abaixo, a forma inicial “separar” (verbo) é repetida ao longo do texto, nas formas de “separadas” (adjetivo) e “separação” (substantivo):

¹⁴ The direct repetition of elements is called REFERENCE since the original occurrence merely happens again.

¹⁵ the recurring expression kept the same REFERENCE, that is, it continued to designate the same entity in the “world” of the text (or discourse).

¹⁶ entails using the same basic words-components but shifting them to a different word class.

(12) TURIM - A italiana Fiat vai **separar** a divisão automotiva de suas atividades industriais e de caminhões, como os investidores esperavam havia muito tempo.

O presidente da Fiat, Sergio Marchionne, manteve os acionistas à espera da notícia já há muito antecipada sobre o futuro da divisão automotiva, durante uma apresentação de seis horas que estabeleceu as metas para cada uma das unidades da companhia.

Por fim, ele anunciou que a CNH, a Iveco e as atividades industriais e marítimas da Fiat Powertrain seriam **separadas** do setor de automóveis e seriam listadas em Milão como Fiat Industrial.

Ele afirmou que a companhia espera ter o processo concluído até o fim de 2010, se as condições econômicas permanecerem estáveis.

Manter juntos os setores automotivo e industrial, que têm diferentes ciclos de receitas e exigências de capital, não fazia sentido, disse Marchionne a investidores.

"O setor dos carros dependeu durante um longo período do apoio do negócio industrial. Não é justo", afirmou ele.

A notícia da **separação** reverteu perdas anteriores das ações da Fiat, após elas terem ganhado mais do que 9% em antecipação na terça-feira. (Edição *online* do *Estado de São Paulo*, 30/07/10).

b) Paráfrase e paralelismo

A paráfrase “é a repetição de conteúdo com uma mudança na expressão [...] A questão da paráfrase, em última instância, se mescla com a questão bastante debatida da sinonímia¹⁷” (BEAUGRANDE e DRESSLER, 1981, p.58). No exemplo abaixo, podemos afirmar que “estiagem” mantém relação de paráfrase com “seca”:

(13) A **seca** no sudoeste da China já afeta mais de 50 milhões de pessoas, e a previsão é de que continue, disse a imprensa estatal nesta sexta-feira.

A **estiagem** começou no segundo semestre de 2009, refletindo uma combinação de falta de chuvas e temperaturas excepcionais, disse a agência de notícias Xinhua, citando as

¹⁷ is the recurrence of content with a change of expression [...] The question of paraphrase ultimately merges into the much debated question of synonymy.

conclusões de uma reunião do governo central para discutir a situação. (edição *online* da *Folha de São Paulo*, 30/07/10).

O mecanismo de paralelismo “implica a reutilização de formas superficiais, mas com o preenchimento delas com expressões diferentes¹⁸” (BEAUGRANDE e DRESSLER, 1981, p. 57). No exemplo abaixo,

(14) Foi pedida a prisão temporária dele por 30 dias e o suspeito será indiciado **por homicídio** e **por furto**. (portal de notícias online *GI*, 30/07/10).

Há a repetição da estrutura “por...”, nas expressões “por homicídio” e “por furto”, configurando o paralelismo.

c) Elipse

A elipse, para Beaugrande e Dressler, consiste na repetição de uma estrutura com a omissão de um de seus elementos, como pode ser visto no exemplo abaixo:

(15) O candidato do PT ao governo de São Paulo disse nesta quarta-feira (28) que o Estado precisa de um banco estatal para fomentar crescimento e Ø criticou o PSDB pela venda do Banespa e da Nossa Caixa. (portal de notícias *Uol*, 28/07/10).

Tomando a afirmação dos autores, a estrutura repetida no trecho acima é a de sujeito seguido de predicação, presente no trecho “O candidato do PT ao governo de São Paulo disse nesta quarta-feira” e alterada em “e criticou o PSDB pela venda do Banespa e da Nossa Caixa”, quando não há presença explícita de sujeito.

d) Pró-formas

¹⁸ (...) entails reusing surface formats but filling them with different expressions.

Por fim, o ultimo mecanismo de coesão apontado é o uso de pró-formas, que consiste na substituição de elementos já presentes no texto por itens sem valor independente, como é o caso dos pronomes pessoais de terceira pessoa. No exemplo (15), a pró-forma “ele” se refere a “Mercadante”.

(16) **Mercadante** ressaltou que quer ser avaliado pelas notas que os alunos da rede pública de São Paulo vão tirar, e disse que vai submeter professores a avaliações. “Evidente que professor vai passar por avaliação”.

Ele prometeu ainda fazer convênios com *lan houses* para estimular a inclusão digital, e alfinetou seu adversário tucano na disputa, Geraldo Alckmin. "Depois vocês não sabem porque o candidato não sai nas ruas" (Edição *online* da *Folha de São Paulo*, 28/07/10)

Se retomarmos os requisitos de textualidade, podemos ver como a coesão é fundamental para que eles funcionem. Tomemos, de exemplo, a aceitabilidade e a informatividade: um texto só será acessível ao ouvinte se o falante fizer um uso eficaz das formas de referência, especialmente das pró-formas. A informatividade do texto passa também pela questão da paráfrase, já que a substituição de uma palavra por outra que amplie seu significado traz mais informações para o ouvinte. Desta forma, é possível notar como os requisitos de textualidade ligados à situação são, na concepção de Beaugrande e Dressler, dependentes dos requisitos centrados no texto, em especial, a coesão.

1.3 Koch: coesão e argumentação

A publicação de *A coesão textual*, por Ingedore Koch, em 1989, buscou atender a necessidade clara de tratar a coesão considerando as particularidades da língua portuguesa. Antes da publicação, trabalhos sobre coesão precisavam se valer, exclusivamente, dos mecanismos levantados por Halliday e Hasan e Beaugrande e Dressler. Uma dissertação de mestrado sobre o tema, defendida em 1987, faz alusão ao fato, afirmando que “embora [a coesão] seja um assunto mais difundido, carecemos de estudos sobre possíveis mecanismos de coesão em português, bem

como de tentativas de aplicação dos modelos oferecidos pelos lingüistas europeus e americanos” (PESSOA, 1987, p.9). O trabalho em questão, orientado pelo professor Francisco da Silva Borba, é intitulado “Estudo de alguns mecanismos de coesão textual na produção escrita de alunos do 3º grau”, e faz uso de uma combinação entre as propostas de Halliday e Hasan e Beaugrande e Dressler para estudar a coesão.

A proposta de Ingedore Koch é, a partir de considerações sobre os modelos de Halliday e Hasan (de 1976), Beaugrande e Dressler (de 1981) e de Brown e Yule (de 1983), estabelecer, tomando um direcionamento argumentativo, uma classificação pertinente à língua portuguesa. O que a autora faz, em primeiro momento, é retomar o modelo de Halliday e Hasan:

[Halliday e Hasan] Consideram a coesão como parte do sistema de uma língua: embora se trate de uma relação semântica, ela é realizada – como ocorre com todos os componentes do sistema semântico – através do sistema léxico gramatical. Há, portanto, formas de coesão realizadas através da gramática e outras, através do léxico. (KOCH, 2009, p.16)

Contudo, partindo da contribuição de Werner Kallmeyer sobre as instruções de conexão e sentido, publicada em *Lektürekolleg zur textlinguistik*, de 1974, e da argumentação contrária de Brown e Yule (1983) sobre a separação entre o mecanismo de referência e substituição, Koch propõe o desmembramento das cinco formas de coesão de Halliday e Hasan, em favor de uma abordagem que privilegie a capacidade argumentativa de um texto através dos elementos coesivos, distinguindo dois grandes eixos de coesão: a referencial e a sequencial.

a) coesão referencial

No tocante à coesão referencial, a autora afirma que é

aquela em que um componente da superfície do texto faz remissão a outro(s) elemento(s) nela presentes ou inferíveis a partir do universo textual. O primeiro, denomino *forma referencial* ou *remissiva* e o segundo, *elemento de referência* ou o *referente textual*. (KOCH, 2009, p.31).

Koch baseia o mecanismo de coesão referencial na Teoria da Referência Mediatizada de Kallmeyer, que propõe que o falante, durante o ato comunicativo, trabalha com três dimensões de instrução dentro do texto: instrução de conseqüência (pragmática), instrução de sentido

(semântica) e instrução de conexão (sintática). A separação entre instrução de sentido e de conexão é crucial para que seja possível entender a natureza dos pronomes, em contraste com os sintagmas nominais: enquanto os sintagmas são dotados de conexão e sentido, os pronomes apenas carregam conexão, isto é, são vazios de significado. Tomando esta distinção, Koch separa a coesão referencial em dois grupos: a realizada através de **formas gramaticais**, e a realizada por meio de **formas lexicais**.

As formas gramaticais são aquelas dotadas apenas de instrução de conexão. Koch também distingue dois grupos neste nível, o de **formas gramaticais presas** e **formas gramaticais livres**. As formas presas incluem artigos, pronomes adjetivos, numerais cardinais e ordinais, e não podem ser utilizadas sem a presença de um sintagma nominal (de onde decorre sua denominação). No exemplo (16), é possível notar como o uso dos artigos definidos instrui o ouvinte para a existência dos sintagmas nominais em questão:

(17) **O** tema da concessão dos aeroportos é bastante polêmico. **O** debate tem se intensificado diante da proximidade da Copa do Mundo no Brasil, em 2014, e com alguns estudos que apontaram **a** urgência de investimentos. **A** discussão provocava uma verdadeira quebra de braço no governo. (Edição *online* do *Estado de São Paulo*, 08/03/2010).

Por outro lado, as formas gramaticais livres incluem os pronomes pessoais de terceira pessoa, os pronomes substantivos e os advérbios pronominais. Não há, aqui, a necessidade do acompanhamento de um sintagma nominal.

(18) A OAB espera que o CNJ faça um julgamento rápido, justo e profundo. "Queremos que se esclareça se todos os atos denunciados são verdadeiros ou não, e se houver culpados, que **eles** sejam exemplarmente punidos", afirma Cláudio Stábile. (Edição *online* da *Folha de São Paulo*, 08/03/2010).

No exemplo (17), o pronome pessoal “eles” possui a seguinte instrução de conexão: “procure por um sintagma nominal anterior, masculino e plural”. A partir disso, pode-se afirmar que “eles” procura recuperar “culpados”, presente na sentença anterior.

Já a coesão referencial por meio de formas lexicais envolve tanto instrução de sentido (do próprio referenciador) como instrução de conexão (a busca por um antecedente). Abaixo, um exemplo de coesão referencial via item lexical, em que “ciclone” é referenciado pelo hiperônimo “fenômeno”:

(19) Modelos nacionais, porém, apontam conclusões diferentes. Um deles mostra o **ciclone** longe da costa. Outro prevê que o **fenômeno** apenas se aproxime do litoral gaúcho. (Edição *online* do *Zero Hora*, 06/03/10).

Interessa aqui, de imediato, as possibilidades de argumentação presentes no uso da coesão lexical. Considerando que a intenção do falante de conferir um direcionamento argumentativo a seu texto, isto é, fazer seu ouvinte atingir conceitos através de outro, o enriquecimento do tópico abordado acontece por meio da coesão lexical. No exemplo (18), ao substituir “ciclone” por “fenômeno”, o falante situa o tópico dentro de um conjunto, em um caso de hiperonímia. Contudo, é possível realizar a substituição de “ciclone” por outro sintagma, conferindo uma nova visão ao texto;

(19a) Modelos nacionais, porém, apontam conclusões diferentes. Um deles mostra o ciclone longe da costa. Outro prevê que o **evento climático destrutivo** apenas se aproxime do litoral gaúcho.

A utilização de “evento climático destrutivo” como substituto de “ciclone” confere um tom alarmista ao texto, que informa ao leitor sobre as consequências da possível chegada do tornado. Se no exemplo (18) o que encontramos é um texto que busca a neutralidade, procurando apenas transmitir uma informação factual, em (18a) a postura é outra, indicando a preocupação e o caráter de aviso por parte do responsável pela notícia.

b) Coesão seqüencial

De acordo com Ingedore Koch (2009, p.53),

a coesão sequencial diz respeito aos procedimentos lingüísticos por meio dos quais se estabelecem, entre segmentos do texto (enunciados, partes de enunciados, parágrafos e seqüências textuais), diversos tipos de relações semânticas e/ou pragmáticas, à medida que se faz o texto progredir.

Nota-se, aqui, a preocupação com a argumentação do texto, promovida pelo encadeamento dos segmentos. Koch distingue dois tipos de coesão sequencial: a obtida através da recorrência de termos – chamada de **sequenciação parafrástica** – e a obtida sem a recorrência – chamada de **sequenciação frástica**.

Há ocorrência de sequenciação parafrástica quando se utiliza da **recorrência de elementos** para a progressão do texto, como a repetição de um mesmo item lexical (exemplificado com “E o trem corria, corria, corria”), sem que haja, contudo, identificação referencial entre os termos. Pode haver também a **recorrência de estruturas sintáticas**, como exemplificado pela “Canção do Exílio”, de Gonçalves Dias: “Nosso céu tem mais estrelas,/ Nossas várzeas têm mais flores,/ Nossos bosques têm mais vida,/ Nossa vida mais amores”.

Koch também elege mais três situações: as expressões lingüísticas introdutórias de **paráfrase** (isto é, a manutenção do valor semântico, sob outra estrutura), como “isto é”, “ou seja”, “quer dizer”; a **recorrência de recursos fonológicos**, como rimas e métrica; e a **recorrência de tempos verbais** (como a manutenção do pretérito imperfeito em descrições).

Quanto à sequenciação frástica, a autora afirma que (2009, p.62)

[os] mecanismos de sequenciação frástica [...] constituem em fatores de coesão textual na medida em que garantem a manutenção do tema, o estabelecimento de relações semânticas e/ou pragmáticas entre segmentos maiores ou menores do texto, a ordenação e a articulação de seqüências textuais.

Retomando o mecanismo de colocação de Halliday e Hasan (1976), Koch aponta para a necessidade de utilização de termos de um mesmo campo lexical, que ativam um “frame” para o leitor, como no exemplo abaixo:

(20) De contrato renovado com o **Botafogo**, Joel Santana já iniciou o planejamento da **equipe** para a próxima temporada. O **técnico** avisou que pretende encerrar as improvisações, que foram rotina em 2010, principalmente nas **laterais**. Além disso, revelou o desejo de mudar o **estilo de jogo** da equipe, aproveitar **promessas** das

categorias de base. Ele revelou que o clube, que perdeu o **meia** Lúcio Flávio, vai tentar contratar um **camisa 10** para 2011. (edição *online* do *Estado de São Paulo*, 09/12/10).

Considerando todos os termos grifados, podemos afirmar que o texto ativa, no leitor, o frame relacionado ao futebol, que possibilita a compreensão de termos mais específicos, como “laterais”, “promessas” e “camisa 10”.

Já a progressão temática lida com as possíveis articulações entre tema e rema dentro de um texto. A título de exemplificação, citamos a situação comum da progressão linear do tema, ou seja, “quando o rema de um enunciado passa a tema do enunciado seguinte, o rema deste o tema do seguinte, e assim sucessivamente” (KOCH, 2009, p.63). Além disso, o encadeamento “permite estabelecer relações semânticas/ e ou discursivas entre orações, enunciados ou seqüências maiores de texto. Pode ser obtido por *justaposição* ou por *conexão*” (KOCH, 2009, p.66) [grifos da autora]. A **justaposição** pode ocorrer sem conectivos (apenas através de sinais de pontuação, por exemplo), ou por elementos seqüenciadores como “Fazendo um balanço do que se discutiu até o momento”, “primeiramente”, ou “apesar disso”, por exemplo.

Por outro lado, a **conexão** é atingida através de “conjunções, advérbios sentenciais (...) e outras palavras (expressões) de ligação que estabelecem, entre orações, enunciados ou partes do texto, diversos tipos de relações semânticas e/ou pragmáticas” (KOCH, 2009, p.68). Podemos citar, como exemplos, as relações de causalidade (“porque”, “devido a”), condicionalidade (“se”, “contanto que”), oposição (“mas”, “porém”) etc.

O tratamento de Ingedore Koch (1989) para a coesão mostra a força do modelo de Halliday e Hasan (1976): ainda que a autora teça críticas quanto a questão da substituição x referência, seus critérios adotados para coesão seqüencial são, como ela mesmo afirma, calcados nos estudos de Halliday e Hasan sobre o mecanismo da conjunção. Ainda sobre a coesão seqüencial, nota-se também a influência do modelo de Beaugrande e Dressler (1981) no que tange aos mecanismos de paralelismo e paráfrase.

As modificações propostas por Koch são mais sentidas dentro do grupo a que ela chama de coesão referencial, considerando que a autora abre mão da distinção entre substituição e referência, e passa à diferença entre formas gramaticais e lexicais, tomando como ponto de partida as afirmações de Werner Kallmeyer sobre instrução de conexão e sentido.

Conforme dito no início do capítulo, os estudos sobre coesão de cada autor apresentado é motivado por sua noção de texto. Halliday e Hasan adotam o registro como orientação da confecção de um texto e a coesão como seu elemento estruturado; Beaugrande e Dressler afirmam que a coesão faz parte de um grupo de requisitos de textualidade, mas que se sobressai dentre eles porque é por meio dela que alguns deles são atingidos; por fim, a proposta de Ingedore Koch trabalha a coesão em função da capacidade argumentativa do texto. Comparando os autores, é possível notar como todos eles elaboram seus conceitos tomando dois níveis: o da interação entre usuários da língua, e o nível textual. Suas teorias se aproximam ao afirmarem que os níveis são intrinsecamente ligados, mas destoam quanto a importância de um sobre o outro. Halliday e Hasan e Koch colocam a língua, e as ferramentas disponibilizadas por ela, à serviço da comunicação, seja devido à adequação à situação, como os autores de *Cohesion in English*, ou à intenção argumentativa, como da autora de *Coesão textual*. Beaugrande e Dressler parecem equilibrar essa conta, defendendo que a interação entre usuários só funciona devido ao cumprimento do requisito da coesão e da coerência.

Considerando que este trabalho irá analisar redações escolares, nosso interesse também se dá em dois planos: o textual e o extra-textual, isto é, como mecanismos de coesão estruturam o texto e *por que* estruturam o texto, sendo que nosso olhar irá recair, posteriormente, sobre as escolhas argumentativas dos alunos, o que nos remete ao trabalho de Ingedore Koch.

Passamos, então, ao segundo objetivo deste trabalho: depois do desenvolvimento dos estudos da coesão durante os anos 80, voltamo-nos para a inclusão da coesão como assunto no ambiente escolar, a partir da segunda metade dos anos 90, e a influência que os autores citados têm na composição de material didático.

2 COESÃO E ENSINO

Partindo da publicação de *Cohesion in English*, por Halliday e Hasan, em 1976, cabe agora o questionamento sobre o desenvolvimento da questão ao longo dos últimos 35 anos. No capítulo anterior, pudemos vislumbrar a preocupação, ao longo dos anos 80, com a formulação de abordagens distintas para os mecanismos de coesão, bem como a intenção de se conceber um modelo de estudo adequado para a língua portuguesa, encabeçado por Ingedore Koch nos dos anos 80, com a publicação de *Argumentação e Linguagem* (1984) e *A Coesão Textual* (1989). Neste capítulo, voltamo-nos para a etapa final da trajetória, a incorporação do estudo da coesão no ensino de base. Para tanto, faremos uso de documentos oficiais contendo diretrizes educacionais – mais precisamente, os Parâmetros Curriculares Nacionais publicados em 1999 e 2002 – e teceremos considerações sobre o tratamento dispensado por cinco livros didáticos à questão da coesão, publicados na última década, e que podem ser tomados como exemplos representativos sobre como a escola lida com a coesão.

Antes, como ressalva, gostaríamos de salientar que, embora o propósito do trabalho seja averiguar como o ensino lida com a coesão referencial, este capítulo tratará da coesão em sua totalidade, já que, nem sempre, os livros didáticos estabelecem a diferença entre referencial e seqüencial, divisão proposta por Koch (1989) e utilizada por este trabalho, dada a intenção de investigares questões argumentativas nas redações.

2.1 PCNEM (1999) e PCN+ (2002)

Idealizado a partir de 1996, e publicado em 1999, os Parâmetros Curriculares Nacionais visam estruturar e delimitar o que se espera do ensino básico, no que diz respeito aos conteúdos educacionais, em complemento a Lei de Diretrizes e Bases, publicada em 1995.

Partindo de princípios definidos na LDB, o Ministério da Educação, num trabalho conjunto com educadores de todo o País, chegou a um novo perfil para o currículo, apoiado em competências básicas para a inserção de nossos jovens

na vida adulta. Tínhamos um ensino descontextualizado, compartimentalizado e baseado no acúmulo de informações. Ao contrário disso, buscamos dar significado ao conhecimento escolar, mediante a contextualização; evitar a compartimentalização, mediante a interdisciplinaridade; e incentivar o raciocínio e a capacidade de aprender. (PCNEM, 1999, p.4)

Os PCNs são divididos em três grandes áreas: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias. Neste trabalho, interessa-nos a primeira das três áreas.

Publicado em 1999, os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) foram expandidos em 2002, com a publicação do PCN+. Na versão de 1999, a única referência ao estudo da coesão está presente nas indicações de estudo para Língua Estrangeira Moderna, no que se refere ao uso eficaz de mecanismos de coesão para produção da língua. A versão de 2002 conserva a mesma indicação com relação ao estudo de Língua Estrangeira, mas, enfim, passa também a tratar da coesão no ensino de Língua Portuguesa.

Estruturado ao redor das competências que o aluno deve adquirir (interativa, textual e gramatical), o PCN se volta, majoritariamente, para a questão da produção de textos escritos e orais, deixando de lado, momentaneamente, questões como o mero reconhecimento e classificação de formas, tão comuns no ensino. A primeira menção à coesão se encontra nas páginas 60 e 61.

Ser falante e usuário de uma língua pressupõe:

- a utilização da linguagem na interação com pessoas e situações, envolvendo:
 - desenvolvimento da argumentação oral por meio de gêneros como o debate regrado;
 - domínio progressivo das situações de interlocução; por exemplo, a partir do gênero entrevista;
- **o conhecimento das articulações que regem o sistema lingüístico, em atividades de textualização:**
 - **conexão;**
 - **coesão nominal;**
 - **coesão verbal;**
 - **mecanismos enunciativos.**
- a leitura plena e produção de todos os significativos, implicando:
 - caracterização dos diversos gêneros e seus mecanismos de articulação;
 - leitura de imagens;

- percepção das seqüências e dos tipos no interior dos gêneros;
- **paráfrase oral, com substituição de elementos coesivos, mantendo-se o sentido original do texto.** [grifo nosso]

Nota-se, neste trecho, uma preocupação metalingüística: cabe ao aluno conhecer quais são os elementos coesivos, aqui separados em coesão nominal e coesão verbal. No mesmo trecho, ao tratar da habilidade de realização de paráfrases, novamente, é citada a necessidade dos elementos coesivos. Apesar da falta de uma nomenclatura mais específica, podemos afirmar que o trecho se reporta a coesão referencial, tanto quando menciona a coesão nominal e coesão verbal, quando elege a “substituição de elementos coesivos, mantendo-se o sentido original do texto”, isto é, perpassando pela questão da manutenção de referentes, apesar da substituição das formas referenciais. Por outro lado, podemos também afirmar que há menção à coesão seqüencial, presente no item “conexão”, sobre a articulação na atividade de textualização.

A segunda menção se volta para o uso dos mecanismos de coesão na produção textual. Nas páginas 80 e 81,

De acordo com as possibilidades de cada gênero, empregar:

- **mecanismos de coesão referencial (retomada pronominal, repetição, substituição lexical, elipse);**
- **mecanismos de articulação frasal (encaixamento, subordinação, coordenação);**
- recursos oferecidos pelo sistema verbal (emprego apropriado de tempos e modos verbais, formas pessoais e impessoais, emprego das formas condicionais, privilégio das formas simples em relação às perifrásticas);
- recursos próprios do padrão escrito na organização textual (paragrafação, periodização, pontuação sintagmática e expressiva, e outros sinais gráficos);
- convenções para citação do discurso alheio (discurso direto, indireto e indireto livre): dois-pontos, travessão, aspas, verbos dicendi, tempo verbal, expressões introdutórias, paráfrase, contexto narrativo;
- ortografia oficial do Português, desconsiderando-se os casos idiossincráticos e as palavras de frequência muito restrita;
- regras de concordância verbal e nominal, desconsiderando-se os chamados casos especiais. [grifo nosso].

Como é possível ver, neste ponto, o texto do PCN se utiliza da expressão “mecanismos de coesão referencial”, enumerando quatro itens: retomada pronominal, repetição, substituição lexical e elipse. O item posterior, “mecanismos de articulação frasal”, pode ser entendido como a coesão seqüencial, já que se volta para o relacionamento entre sentenças. Não há, ao longo do

texto, maiores explicações sobre de que se trata cada mecanismo de coesão mencionado, tanto referencial quanto seqüencial.

Nas páginas 82 e 83, novamente, a coesão é citada como peça fundamental para compreensão de texto:

Outros procedimentos relativos ao desenvolvimento da competência gramatical, dessa vez mais relacionados à competência textual, e particularmente às noções de coerência e coesão no processamento do texto, são:

- comparar textos de diferentes gêneros quanto ao tratamento temático e aos recursos formais utilizados pelo autor;
- estabelecer relações entre partes de um texto a partir de repetição e substituição de um termo;
- estabelecer relações entre partes de um texto a partir de mecanismos de concordância verbal e nominal;
- estabelecer relação entre a estratégia argumentativa do autor, bem como os recursos coesivos e os operadores argumentativos usados por ele;
- analisar as relações sintático-semânticas em segmentos do texto (gradação, disjunção, explicação ou estabelecimento de relação causal, conclusão, comparação, contraposição, exemplificação, retificação, explicitação).

A necessidade de “estabelecer relações entre partes de um texto a partir de repetição e substituição de um termo” é a questão central da coesão referencial, isto é, perceber o entrelaçamento das sentenças como um todo unificado a partir da rede de relacionamentos criada com referentes e formas referenciais. No mesmo trecho, pela primeira vez, há menção à motivação argumentativa na escolha de mecanismos de coesão, seguida de uma enumeração de relações, obtidas entre sentenças a partir da coesão seqüencial.

Em resumo, o PCN+ trata da questão da coesão como elemento fundamental para compreensão e produção textual, fazendo-se valer, timidamente, de uma terminologia específica para abordagem do tema. A distinção entre coesão referencial e seqüencial é explicitada brevemente, já que os dois tipos são agrupados sob o mesmo rótulo de coesão, mas somente o primeiro recebe uma nomenclatura, até mesmo para suas situações particulares. A proposta do PCN+ quanto à coesão parece clara: a identificação e o conhecimento sobre os mecanismos devem servir como ponto de partida para seu uso, e não se restringir a uma atividade metalingüística de rotulação.

2.2 Coesão e ensino: livros didáticos

Neste item, analisamos o tratamento que cinco livros didáticos dão à coesão, considerando a abordagem teórica e os exercícios propostos em cada um, além de tentar encontrar suas raízes nos estudos apresentados no capítulo 2. A ordem de apresentação é arbitrária.

2.2.1 Prática de linguagem: leitura e produção de texto

O livro do professor Ernani Terra, publicado pela editora Scipione, em 2008, dedica todo um capítulo, intitulado “Coesão textual” ao tema. A primeira definição de coesão apresentada ao aluno é a seguinte: “Um texto é uma unidade de sentido; por isso, os elementos que o compõem (palavras, frases, orações) devem estar harmonicamente relacionados. Quando há perfeita conexão entre esses elementos do texto, dizemos que ocorreu coesão.” (TERRA, 2008: 93). O autor lança mão de citações de Maria Thereza Rocco e de Halliday e Hasan para abordar a coesão como a “amarração” de um texto.

Para Terra (2008), a coesão textual se dá de dois modos,

o **gramatical** e o **semântico**. O primeiro visa à articulação dos elementos lingüísticos, observando a estrutura e as regras das relações sintáticas possíveis e coerentes dentro de um texto; o segundo, a articulação de elementos lingüísticos que fazem referência a um determinado campo semântico. (p.98) [grifos do autor]

Abaixo, elaboramos um quadro esquemático, que resume a classificação dos mecanismos de coesão propostos pelo autor.

Coesão gramatical

<i>Substituição</i>	<i>Conexão</i>	<i>Omissão</i>
Pronomes Advérbios	Preposições Conjunções	Elipse

Coesão semântica

<i>Repetição lexical</i>	<i>Sinonímia</i>	<i>Hiperonímia/hiponímia</i>	<i>Campo semântico</i>
--------------------------	------------------	------------------------------	------------------------

De forma breve, Terra propõe que o **pronome** “nunca tem autonomia e, por referir-se a outro termo, torna-se peça fundamental na arquitetura, na “amarração” de um texto.” (2008, p. 98). Sob este item, dentro da coesão gramatical, ele engloba toda a gama de pronomes da Língua Portuguesa (pessoais, possessivos, relativos, demonstrativos e indefinidos), enfatizando o caráter de substituição entre as formas, isto é, a troca de um sintagma nominal “cheio” por uma forma pronominal vazia, exemplificando com sentenças. Ainda no que diz respeito à substituição, Terra afirma que os **advérbios** “dão coordenadas sobre a localização no espaço e no tempo dos elementos a que se referem e que podem aparecer no contexto textual” (2008, p.99).

Sobre a **conexão**, o autor afirma que

os conectivos – conjunções e preposições – são responsáveis pela ligação de elementos lingüísticos (palavras, frases, orações e períodos), podendo carregar ou não significado para as relações que fazem. As conjunções, assim como as preposições, não desempenham função sintática, o que ressalta seu papel de elementos conectores. (p.100)

Por fim, encerrando a coesão gramatical, Terra (2008, p.100) afirma que a **coesão por omissão** consiste “no ocultamento de um termo da oração facilmente identificável quer por elementos gramaticais presentes na própria oração, que pelo contexto. Tal omissão deliberada é chamada de elipse”.

A outra modalidade de coesão, a semântica, tem seus itens delimitados da seguinte maneira: a **repetição lexical** “consiste na reiteração de um termo ou de termos pertencentes a uma mesma família lexical” (p.101). A **sinonímia** “baseia-se na substituição de um termo por outro ou por uma expressão que possua equivalência de significado”. (p.102). A **hiperonímia** e a **hiponímia** são “dois pólos da mesma relação” (p.102): a hiperonímia designa toda uma classe ou conjunto, ao passo que a hiponímia designa uma entidade da classe. Por fim, o **campo semântico** “baseia-se no emprego de termos pertencentes a um repertório associado a uma determinada realidade, a uma ciência, a um estudo. São termos que designam seres afins, relacionados”.

A partir do que foi, brevemente, exposto acima, podemos afirmar que o material de Terra se distancia da abordagem sugerida pelo PCN+ e também da divisão de coesão proposta por Koch (1989): ao invés de separar a coesão entre referencial e seqüencial, o autor prefere a

distinção gramatical x semântica, isto é, formas vazias de significado próprio, como os pronomes e as conjunções, e formas de significação plena, como os substantivos.

Considerando todo o traçado histórico suscitado por este trabalho, acreditamos ser pertinente uma crítica ao modelo. A união entre coesão por substituição e conexão, no mesmo grupo – a coesão gramatical – é, a nosso ver, problemática, por dois motivos: o primeiro diz respeito à questão da referenciação: preposições e conjunções não compartilham da propriedade referencial de pronomes, advérbios e itens lexicais, o que é perceptível no modelo dos outros autores, que agrupam estes elementos. A natureza da coesão por conexão é distinta, e isso fica mais claro no próprio texto, que acaba, involuntariamente, se traindo, ao afirmar que preposições e conjunções podem “carregar ou não significado para as relações que fazem.”. Desta forma, cria-se um impasse: uma conjunção seria um item que não pode ser utilizado referencialmente, mas que possui algum sentido ao estabelecer relações entre outros elementos. Neste sentido, preposições e conjunções não se assemelham nem a pronomes, nem a itens lexicais, o que justificaria seu tratamento sob outras circunstâncias, como fazem os autores mencionados.

Apesar da gama de exemplos sobre cada tipo de coesão, os exercícios propostos no final do capítulo versam, basicamente, sobre dois tópicos: a identificação da coesão por substituição e a explicitação das relações estabelecidas pela coesão por conexão. Abaixo, trazemos um dos exercícios (TERRA, 2008, p.104-105):

É verdade que só usamos 10% da capacidade do nosso cérebro?

Não há razão científica para acreditar nisso. Se usássemos só 10% da massa cerebral, 90% do que temos dentro da cabeça deveria então ser dispensável. No entanto, lesões no cérebro, mesmo pequenas, podem prejudicar gravemente o intelecto e o comportamento. Se, por exemplo, usássemos só 10% dos neurônios, os outros 90% deveriam servir como espécie de “reserva”. Mas sabemos que em sua grande maioria eles estão ativos.

Essa dúvida pode partir do pressuposto de que, se nosso cérebro estivesse trabalhando com sua carga máxima, não teríamos como desenvolver novas habilidades. A resposta está na capacidade de fazer novas sinapses (conexões entre os neurônios) e fortalecer as já existentes.

(Galileu, n. 139, fev. 2003, p. 7. Fonte: Suzana Herculano Houzel, neurocientista autora de *O cérebro nosso de cada dia*)

8. Ao responder ao leitor, no primeiro período afirma-se que “não há razão científica para acreditar nisso”. O pronome demonstrativo funciona como um elemento de coesão textual para retomar uma idéia anteriormente apresentada. Que idéia é retomada pelo pronome **isso**?

9. Na frase “**Mas** sabemos que em sua grande maioria **eles** estão ativos”, as palavras em

destaque funcionam como elementos de coesão textual. Explique por quê.

10. Que relações de sentido são estabelecidas pelos elementos coesivos destacados no trecho abaixo?

“**Se** usássemos só 10% da massa cerebral, 90% do que temos dentro da cabeça deveria então ser dispensável. **No entanto**, lesões no cérebro, **mesmo** pequenas, podem prejudicar gravemente o intelecto e o comportamento.”

11. No último parágrafo, os pronomes **essa** e **as** tem caráter anafórico por retomarem segmentos textuais anteriormente expressos. Que elementos do texto são retomados por esses pronomes?

Por fim, há uma proposta de redação na última página do capítulo, com a seguinte instrução: “Apresentamos a seguir proposta de redação do vestibular da UFPR. Elabore o texto solicitado usando de forma consciente e destacada os mecanismos de coesão gramatical e coesão semântica que você estudou neste capítulo”.

No que tange à coesão referencial, acreditamos que os exercícios propostos deixem a desejar, já que se concentram na mera identificação de referentes a partir de pronomes, sem abordar a questão da coesão referencial via item lexical, nem questões argumentativas quanto às escolhas da coesão. A proposta de redação, ao final do capítulo, também é frágil, já que propõe uma tarefa genérica: utilizar de forma consciente os mecanismos de coesão gramatical e semântica. Isto não apenas acrescenta pouco ao estudo, por não especificar melhor como trabalhar o conceito do capítulo, como sugere que mecanismos de coesão devam ser utilizados em casos específicos, sob orientação, e não em toda produção textual.

2.2.2 Redação em construção

Em seu livro didático, de 2001, o professor Agostinho Dias Carneiro dedica dois capítulos à questão da coesão textual, intitulados “Como dar coesão ao texto”, majoritariamente teórico, e “Como evitar repetições de termos”, que retoma as explicações do primeiro capítulo para fornecer meios para trabalhar a produção textual. Relembrando a relação entre texto e tecido, Carneiro (2001, p.37), conceitua a coesão da seguinte maneira:

O texto, por seu lado, também tem seus componentes ligados a fim de que formem um só corpo estrutural. Aos elementos que realizam essa ligação se atribui a função de *coesão*, e eles correspondem basicamente a marcas lingüísticas da superfície do texto, de caráter sintático ou gramatical.

Abaixo, esquematizamos a distribuição dos três tipos de coesão delimitados por Carneiro, a saber: coesão referencial, coesão recorrencial e coesão seqüencial:

Coesão referencial

<i>Substituição</i>	<i>Reiteração</i>
Formas pronominais Formas verbais Formas adverbiais Formas numerais	Repetições de um mesmo termo Sinônimos ou quase-sinônimos Expressões nominais definidas

Coesão recorrencial

<i>Recorrência de termos</i>	<i>Paralelismo</i>	<i>Paráfrase</i>	<i>Recursos fonológicos</i>

Coesão seqüencial

<i>Campo semântico</i>	<i>Progressão temática</i>
	Conjunções Preposições

Para Carneiro (2001, p.37), a coesão referencial acontece “quando um elemento da seqüência textual se remete a outro elemento do mesmo texto, substituindo-o”. Utilizando sentenças como exemplo, ele perpassa todas as formas pronominais (pronomes pessoais, possessivos, demonstrativos, interrogativos, relativos, além do que o autor chama de “pronome adverbial”, usando de exemplo “Foi à Europa e foi feliz *lá*”). As formas verbais se ligam aos verbos vicários “ser” e “fazer”, enquanto as formas adverbiais são resumidas a uma única sentença-exemplo, “Saiu duas vezes e o outro, *nunca*”.

Quanto à reiteração, Carneiro delimita a repetição de termos, seja na íntegra, com alteração de determinante, de forma abreviada ou por forma cognata (exemplificando com “Trabalhar é bom e o *trabalho* enriquece”). A sinonímia ou quase-sinonímia, que se volta para o uso de hiperônimos, hipônimos, nomes genéricos (como “coisas”) e termos simbólicos (exemplificado com “Inácio tinha dúvidas se iria para a Igreja, mas o apelo da *cruz* foi forte”). Por fim, as expressões nominais definidas são demonstradas pelo exemplo “Pelé foi a Paris onde o *maior jogador do século* foi premiado”.

A coesão recorrencial caracteriza-se pela “repetição de algum tipo de elemento anterior que não funciona, a exemplo do caso da coesão referencial, como uma alusão ao mesmo

referente, mas como uma ‘recordação’ de um mesmo padrão” (2001, p.38). Os fenômenos delimitados são a recorrência de termos (como “Rosa *falava, falava, falava*”), o paralelismo de estrutura, a paráfrase (antecedida por expressões como “isto é”, “ou seja”) e recursos fonológicos, como as rimas. O autor ainda assinala que, dentro da coesão recorrencial, se enquadra a elipse.

O último tipo de coesão, a seqüencial, “se refere ao desenvolvimento textual propriamente dito, ora por procedimentos de manutenção temática, com o emprego de termos pertencentes ao mesmo campo semântico, ora por meio de processos de progressão temática” (CARNEIRO, 2001, p.39). Não há maiores comentários sobre a manutenção temática, sendo o espaço final destinado a enumerar os tipos de relações possíveis entre as sentenças, como condicionalidade, causalidade, implicação lógica etc.

A proposta de Carneiro para coesão bebe, diretamente, da fonte da abordagem da Ingedore Koch (1989). Comparativamente, os tipos a que Carneiro dá o nome de coesão recorrencial e coesão seqüencial são, respectivamente, a coesão parafrástica e coesão frástica de Koch (que, por sua vez, são subtipos da coesão seqüencial). Porém, os modelos se distanciam quando tratam da coesão referencial.

Um possível problema que poderíamos apontar é a distinção pouco clara entre “pronomes adverbial” e “formas adverbiais”, dentro da coesão referencial, provavelmente pela ausência de explicações e escolha equivocada de exemplos, respectivamente “Foi a Europa e *lá* foi feliz” e “Saiu duas vezes e o outro, *nunca*”. No material didático anterior (TERRA, 2008), o mesmo item “*lá*” é considerado um advérbio, ao passo que a segunda sentença parece muito mais um caso de elipse (supostamente, “Saiu duas vezes e o outro nunca saiu”).

Um segundo problema é a pouca atenção dada à recuperação de referente através das possibilidades avaliativas e argumentativas, restrita ao item “campo semântico”, dentro da coesão seqüencial. Com relação à coesão referencial (no item *reiteração*), há pouco ou nenhum espaço para a referenciação através de formas avaliativas, restringido a coesão lexical a questões de sinonímia e hiperonímia/hiponímia.

No capítulo “Como evitar repetições de termos”, Carneiro oferece uma grande quantidade de exercícios para fixação do assunto, majoritariamente sobre a coesão referencial, quase sempre de dois tipos: a identificação de referentes, a partir de formas pronominais, ou a substituição de referentes, com a utilização de hiperônimos, hipônimos e sinônimos. A seguir, apresentamos itens de alguns dos exercícios propostos (p.133-135):

2. Em cada um dos textos a seguir, destacou-se a primeira ocorrência de um termo. Sublinhe todos os vocábulos que o repetem na continuação de cada texto:

- a) Nenhuma **mulher** se casa por dinheiro. Antes de **se casar** com um milionário, primeiro ela se apaixonou por ele.
- b) Quase todas as pessoas são outras **pessoas**. Seus pensamentos são alheios, suas vidas uma mímica, seus amores uma frase.

3. Muitos são os processos para evitar as repetições de palavras idênticas em um texto. Um dos mais comuns é a substituição da segunda ocorrência por um vocábulo equivalente, de conteúdo geral, como mostra o modelo. Faça o mesmo com as frases a seguir.

Modelo: O carro atropelou o **cachorro** e o motorista não socorreu o **animal**.

- a) Ontem estava tensa a situação no **Iraque**. A população do _____ recebeu instruções contra um possível ataque norte-americano.
- b) A polícia apreendeu a **cocaína**, mas não conseguiu prender os traficantes que trouxeram a _____ da Bolívia.

8. Uma outra estratégia para evitar a repetição de palavras consiste na substituição da segunda ocorrência da palavra por um pronome pessoal. Observe o modelo e faça o mesmo nas frases a seguir:

Modelo: Todos têm **uma função** e todos precisam cumprir **sua função**.
 Todos têm **uma função** e todos precisam cumpri-la.

- a) O professor pretendia usar **o computador** mas não sabia como ligar **o computador**.
- b) Alguns vereadores receberam **o governador** de braços abertos, mas outros não queriam nem ver **o governador**.

A preocupação nos exercícios, como indica o capítulo, é evitar a repetição de termos em um texto, através de duas possibilidades: a substituição por um sinônimo ou por um pronome. Nos 18 exercícios propostos, majoritariamente, Carneiro incentiva a troca de um item lexical por outro “equivalente”, que geralmente consistem de um hiperônimo. Apenas em dois exercícios, há alguma menção a itens lexicais de caráter avaliativo. Neste sentido, a substituição de um item lexical para evitar a repetição ganha contornos de fenômeno mecânico, isto é, uma questão arbitrária dentro de um leque de opções.

2.2.3 Redação, palavra e arte

Publicado pela editora Atual, em 1999, o material didático concebido pela professora Tânia Pellegrini dedica um capítulo razoavelmente curto à questão da coesão, intitulado “A construção de sentidos: coesão textual”. Partindo da tarefa de identificação de referentes em um texto de Cecília Meirelles, a autora afirma que “essas retomadas de um termo e outros mecanismos que a língua dispõe para a clareza de uma comunicação constituem o que chamamos de *coesão*” (1999, p.230). Na mesma página, a coesão é melhor especificada, sendo tratada como “o conjunto de recursos lingüísticos responsáveis pelas ligações que se estabelecem entre os termos de uma frase, entre as orações de um período ou entre os parágrafos de um texto. É a costura necessária para que as partes componham harmoniosamente o todo”.

A coesão é dividida em dois tipos: **referencial** e **seqüencial**, como podemos ver no esquema abaixo.

Coesão referencial

<i>Substituição</i>	<i>Reiteração</i>
Formas pronominais Formas verbais Formas numerais	Repetição da mesma expressão Sinônimos Expressões nominais definidas Nomes genéricos

Coesão seqüencial

<i>Sequenciação temporal</i>	<i>Sequenciação por conexão</i>
	Conjunções Preposições

Uma análise da proposta de Pellegrini permite afirmar que seu modelo apresentado de coesão está ancorado em Koch (1989), promovendo algumas simplificações. A substituição, dentro da coesão referencial, engloba os pronomes, os numerais e verbos vicários, como tradicionalmente ocorre com outros modelos, deixando de fora os advérbios de tempo e espaço.

A reiteração também lida de forma similar aos outros modelos, mas sem especificar itens como hiperonímia e hiponímia.

A coesão seqüencial é, nas palavras da autora (p.231), “a que permite fazer progredir o texto, sem a retomada de itens”. O primeiro tipo, a sequenciação temporal, se preocupa com o ordenamento das sentenças e a correlação temporal entre elas, obtidas através de advérbios de tempo. Por outro lado, a sequenciação por conexão trata das preposições e conjunções utilizadas para estabelecer relações entre as sentenças.

A influência da perspectiva de Ingedore Koch é vista não somente nos mecanismos de coesão, mas também na afirmação de que a coesão não é, via de regra, sinônimo de coerência. Se, por um lado, os modelos de Terra (2008) e Carneiro (2001) são, em alguma medida, excessivos e super-especificados, o modelo de Pellegrini é mais enxuto do que deveria em alguns momentos. Apesar da diferenciação bastante clara entre coesão referencial e coesão seqüencial, falta um tratamento mais aprimorado para a reiteração, que restringe a coesão lexical a um uso superficial de sinonímia e termos genéricos, além de apresentar as “expressões nominais definidas” de forma obscura, com o exemplo “Drummond, o ‘anjo-torto’, apresentou-se triste em muitos de seus poemas”, transmitindo a impressão de que se trata da adoção de epítetos para figuras conhecidas. Apesar de ser calcado nos estudos de Ingedore Koch, não há, neste livro, qualquer preocupação com a força argumentativa dos elementos coesivos, nem referenciais, nem gramaticais. É digno de nota também a ausência de menção à elipse como elemento coesivo.

Curiosamente, o exercício proposto, no final do capítulo, lida com a questão lexical como elemento coesivo, fazendo-se valer da potencialidade argumentativa de cada item. (PELLEGRINI, 1999, p.234-5).

Por outro lado

Quando Arquimedes notou que podia flutuar numa banheira e saiu nu gritando “eureka”, ele havia acabado de descobrir uma lei da física. Quando Newton recebeu a maçã no nariz, ele deve ter sentido coisa parecida: acabava de descobrir a Lei da Gravidade.

A alegria que Arquimedes e Newton sentiram não se compara com a exaltação do primeiro redator que, no início da modernização dos textos de jornal, descobriu a fórmula para unir o lead ao sublead.

Para quem não está por dentro dessas murmunhas da redação, convém explicar. O jornalismo dito moderno, que chegou ao Brasil no final dos anos 40, estabelecia que a matéria deveria começar pelo mais importante e pela maior novidade. Era o lead, o

parágrafo que lidera o texto. Logo depois devia vir o sublead, ou seja, o assunto que em importância ou novidade merece vir logo depois do lead.

Até aqui, tudo bem. O diabo era unir os dois parágrafos, geralmente de quatro ou cinco linhas. No restante do texto, aqueles assuntos voltariam, o destaque era apenas para prender o leitor, interessá-lo com a importância ou a novidade da notícia. Até que o Arquimedes de plantão, o Newton do copidesque descobriu a fórmula “por outro lado”.

Nesse outro lado, cabiam as coisas mais disparatadas. Exemplo: “O ministro da Saúde proibiu a venda das vacinas compradas na Bolívia que estão matando as crianças do Nordeste. Por outro lado, o playboy Jorginho Guinle recebeu telegrama de Frank Sinatra cumprimentando-o pelo seu aniversário”.

Pronto. Estava feito o mais difícil da matéria. Desse momento em diante, o “por outro lado” saiu das redações e começou a ser usado por presidentes, economistas, técnicos em problemas afro-asiáticos, donas de casa que dão aulas de culinária. Quando fui editor de jornal e recebia textos com essa expressão, chamava o redator e dizia: “Olha, é por esse lado mesmo”.

CONY, Carlos Heitor. Folha de São Paulo. 28.1.1997

1. A expressão “coisa parecida” empregada no final do primeiro parágrafo retoma que idéia do início do texto? Experimente outra expressão que tenha sentido equivalente.
2. “O diabo era unir os dois parágrafos” (5º parágrafo). Encontre outra expressão, mais adiante no texto, que recupera “o diabo” dessa frase.
3. Que expressões nominais são empregadas para retomar a imagem daquele que descobriu o “por outro lado”? Qual seria a intenção do autor ao empregá-las?
4. Por que Cony critica o uso da expressão que se tornou tão comum para unir o *lead* ao *sublead*?
5. Há vários termos no texto que estabelecem uma coesão temporal. Encontre-os.

O objetivo do exercício é instigar o aluno a reconhecer a manutenção temática, promovida pelo uso de expressões lingüísticas distintas para um mesmo assunto. Além disso, há também a preocupação com a razão das escolhas do autor (pergunta 3), isto é, de que maneira a argumentação intercede na coesão. Como mencionado antes, este exercício destoa da explicação simples sobre o uso do léxico na coesão referencial, e também se afasta da proposta mais comum nos livros didáticos, que é a de mera identificação de referentes a partir de formas pronominais.

2.2.4 Textos, leituras e escritas: literatura, língua e produção de texto

Em seu livro, o professor Ulisses Infante trata da coesão em um capítulo de quatro páginas, chamado “O texto escrito”. Inicialmente, ele invoca a necessidade da “textura” como elemento definidor de um texto, como “a rede de relações que garantem sua coesão” (p.141). Um texto, segundo o autor, deve ser avaliado em quatro perspectivas: a repetição, a progressão, a não-contradição e a relação.

Sobre a repetição, ele afirma que

Ao longo de um texto coerente, ocorrem repetições, retomadas de elementos (palavras, frases e seqüências que exprimem fatos ou conceitos), que normalmente são feitos por pronomes (e pelas terminações verbais que as indicam), ou por palavras e expressões equivalentes ou sinônimas. Também podemos repetir a mesma palavra ou expressão, o que deve ser feito com cuidado, a fim de que o ritmo não seja prejudicado. (p.141)

Em um único parágrafo, Infante resume todas as possibilidades de coesão referencial, mencionando a capacidade que pronomes e substantivos têm de retomar itens expressos anteriormente. O autor não apresenta nenhum exemplo, nem se vale da distinção entre referencial e seqüencial.

Os outros critérios adotados por Infante, a progressão, a não-contradição e a relação, são, respectivamente, a necessidade de desenvolver o tema, o cuidado em não expor, em um mesmo texto, argumentos opostos e, por fim, a necessidade de estabelecer relações entre os elementos apresentados, isto é, organizar um texto de modo que as situações sejam relevantes umas às outras.

Ainda que a abordagem de Infante seja predominantemente argumentativa, ele repousa este propriedade sobre a progressão, a não-contradição e a relação, sem mencionar que os elementos coesivos têm papel fundamental nestes aspectos de um texto. Desta maneira, a coesão acaba relegada a um papel meramente técnico, de substituições arbitrárias.

O exercício proposto ao final do capítulo ecoa o tratamento dispensado ao tema: depois da leitura do texto “O recital”, de Luis Fernando Veríssimo, o aluno deve responder a nove perguntas, sendo que somente uma delas se volta para a questão da coesão referencial, ao passo que as restantes mesclam interpretação de texto e uma discussão sobre a natureza de um texto.

2.2.5 Para entender o texto: leitura e redação

O livro dos professores Fiorin e Savioli trata a coesão de maneira distinta dos outros quatro materiais já apresentados, ao destinar dois capítulos ao tema, mas majoritariamente à coesão seqüencial. Isto é evidenciado na abertura do primeiro capítulo, com a definição de coesão oferecida (p.271):

A essa conexão interna entre os vários enunciados presentes no texto dá-se o nome de coesão. Diz-se, pois, que um texto tem coesão quando seus vários enunciados estão organicamente articulados entre si, quando há concatenação entre eles.

A coesão de um texto, isto é, a conexão entre os vários enunciados obviamente não é fruto do acaso, mas das relações de sentido que existem entre eles. Essas relações de sentido são manifestadas sobretudo por certa categoria de palavras, as quais são chamadas de *conectivos* ou *elementos de coesão*.

Diferente do que foi apresentado até então, Platão e Fiorin não iniciam a exposição estabelecendo distinção entre coesão referencial e seqüencial. Inicialmente, pode-se imaginar que há o privilégio da coesão seqüencial em detrimento da referencial, já que os autores falam das relações de sentido entre enunciados promovidas por conectivos. Entretanto, na página 272, eles apresentam a seguinte lista:

São várias as palavras que, num texto, assumem função de conectivo ou de elemento de coesão:

- as preposições: a, de, para, com, por, etc.;
- as conjunções: que, para que, quando, embora, mas, e, ou, etc.;
- os pronomes: ele, ela, seu, sua, este, esse, aquele, que, o qual, etc.;
- os advérbios: aqui, aí, lá, assim, etc.

Nota-se, portanto, que os autores consideram os pronomes como conectivos, assim como as preposições e as conjunções. O material didático apresenta uma vasta explicação, com exemplificação farta, sobre a capacidade de relacionamento das conjunções, detalhando cada uma delas. Somente mais adiante, em um sub-item chamado “a retomada ou a antecipação de termos”, é o momento em que os pronomes são abordados, ressaltando sua propriedade anafórica (p.282):

Anafórico, genericamente, pode ser definido como uma palavra ou expressão que serve para retomar um termo já expresso no texto, ou também para

antecipar termos que virão depois. São anafóricos, por exemplo, os pronomes demonstrativos (este, esse, aquele), os pronomes relativos (que, o qual, onde, cujo), advérbios e expressões adverbiais (então, dessa feita, acima, atrás), etc.

A coesão referencial fica restrita a este trecho, e não há nenhuma menção à coesão obtida através de itens lexicais. O livro de Platão e Fiorin se volta, majoritariamente, para a força argumentativa das conjunções, deixando de lado a escolha das formas referenciais, relegando-a a uma simples questão de uso pronominal, aparentemente, desregrado. O exercício proposto ao final do capítulo reflete a abordagem do tema, dando mais espaço para os conectivos entre sentenças do que para a coesão referencial (p.285-286):

O pulo do gato

O grande perigo do jornalista que começa é o de cair na presunção sociológica. É claro que, tratando da sociedade, o jornalismo é também um pouco de sociologia - mas a sociologia deve ir para o lugar próprio, os artigos elaborados com mais tempo, os editoriais e tópicos e, bem digerida em um texto fluido, a reportagem.

Jornalismo é razão e emoção. O texto apenas racional é frio, e só comunica aos que se encontrem diretamente interessados no assunto. O texto deve saber dosar emoção e razão, e é nesse equilíbrio que está o chamado "pulo do gato". Muitos jornalistas acreditam que o adjetivo emociona. Enganam-se. Quanto mais despida uma frase, mais cortante o seu efeito.

"E amolou o machado, preparou um toco para servir de cepo, chamou o menino, amarrou-lhe as mãos, fez-lhe um sinal para que ficasse calado, e rachou o seu corpo em sete pedaços. O menino P., de cinco anos, não era seu filho e F. descobrira isso poucos minutos antes, quando discutia com a mulher." Leads como esse são sempre possíveis na reportagem de polícia: não necessitam de adjetivos. As tragédias, como os cantores famosos, dispensam apresentações.

(SANTANAYA, Mauro – *Imprensa: Jornalismo e comunicação*.
Ano 1, 11: 34, São Paulo, Feeling Editorial, 1988)

1.
 - a) Qual o antecedente a que se refere o pronome relativo *que* na 1ª linha?
 - b) Na frase "O grande perigo do jornalista que começa é o de cair na presunção sociológica", o *o* em destaque é um pronome demonstrativo. A que elemento do texto ele se refere?
2. Na linha 3, o autor afirma que "o jornalismo é *também* um pouco de sociologia". O uso da palavra *também* faz pressupor algum outro significado além do que está explícito no texto?
3. Na linha 3 ocorre o conectivo *mas*, que manifesta uma relação de contradição entre dois enunciados. Como se explica essa contradição?

4. Na linha 6, ao dizer que o texto *apenas* racional é frio, o que pretende dizer o autor com o uso de *apenas*?
5. Na linha 10, a expressão *quanto mais* manifesta uma relação de proporcional entre dois termos. Quais são os dois termos dessa relação proporcional?
6. Na linha 13, a quem se refere o *lhe* que ocorre em "amarrou-*lhe* as mãos" e "fez-*lhe* um sinal"?
7. Na linha 14, está dito: "e rachou o *seu* corpo"; na linha 15 afirma-se: "não era *seu* filho". A que termos se refere o pronome possessivo *seu* em cada caso?
8. Nas linhas 15 e 16, afirma-se "F. descobriu *isso* poucos minutos *antes*..."
- a) O pronome *isso* faz referência a que elemento do texto?
- b) O advérbio *antes* reporta a que tempo?
9. Em "Leads como esse", linhas 16 e 17, o pronome esse a que se refere?
10. Na linha 18, o conectivo *como*, ao estabelecer uma relação de comparação dentre tragédias e cantores famosos, indica uma semelhança entre ambos. Em que consiste essa semelhança?

Considerando os exercícios, vemos que há distribuição equilibrada entre a descrição da função das conjunções e a identificação de referentes a partir de pronomes. Não há, novamente, nenhuma menção à coesão obtida através do léxico.

2.3 Problemas gerais encontrados nos livros didáticos

Depois das breves considerações sobre os capítulos destinados à coesão, bem como os exercícios propostos em cada um e, considerando as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais, podemos fazer a seguinte avaliação.

Há, em linhas gerais, dois problemas nos materiais quanto à coesão: a diversidade de critérios adotados e a falta de clareza em suas determinações. Como pudemos ver, cada livro adota um tratamento para a coesão, que não se restringe a uma nomenclatura distinta, mas a conceitualizações diferentes. O material de Ernani Terra (2008), por exemplo, abandona a diferença entre coesão referencial e seqüencial, em prol da diferença entre gramatical e lexical. Carneiro (2001) segmenta a coesão seqüencial de Ingedore Koch em dois tipos. Pellegrini

mantém a distinção, enquanto Infante sequer aborda a questão. Por fim, Platão e Fiorin (2003) não fazem diferenciações muito precisas entre os dois tipos, dando a impressão, inclusive, de que a coesão referencial está subjugada a coesão seqüencial.

A falta de clareza nos critérios adotados, porém, se mostra o maior problema: na maior parte das vezes, a explicação para uma forma de coesão vem por meio de um único exemplo, nem sempre adequado. Há, também, o problema da subespecificação ou super-especificação: enquanto o tratamento de Infante e Fiorin (2003) é excessivamente breve para tratar da coesão referencial, agrupando todas as situações sob um mesmo grupo, praticamente indiscriminável, há a outra ponta do exagero, o excesso de detalhamento, principalmente da coesão por formas lexicais, como no modelo de Carneiro, que fala em sinonímia, hiperonímia, hiponímia, quase-sinonímia e expressões nominais definidas. Acreditamos que a falta de detalhamento fragiliza a questão da coesão, pois a torna superficial, sugerindo que qualquer substituição pronominal, por exemplo, é eficaz em qualquer contexto. Por outro lado, o excesso de detalhes impulsiona um expediente bastante comum no ensino de língua, a taxonomia de formas, isto é, a mera classificação de expressões lingüísticas baseada em uma infinidade de parâmetros.

Considerando as orientações do PCN e tomando os cinco livros didáticos analisados como exemplos relevantes, podemos afirmar que o tratamento dado à coesão não é satisfatório, por dois motivos: o primeiro é a falta de clareza na exposição do tema, que ora é específica demais e adota definições confusas, quase sempre ancoradas em um único exemplo, e ora é superficial, tratando todas as possibilidades de coesão, sejam referenciais ou sequenciais, como uma ferramenta indistinta. O segundo problema a ser apontado é a preocupação centrada exclusivamente no texto para a coesão referencial, tratando-o como um expediente cuja única função é evitar a repetição de formas, afirmando que apenas a coesão sequencial é responsável pelo direcionamento argumentativo do texto.

No próximo capítulo, discutimos como se dá a realização de processos referenciais dentro de um texto, além de apresentar um breve apanhado sobre a história da Linguística Textual.

3 LINGUÍSTICA TEXTUAL E REFERENCIAÇÃO

Depois de abordar três visões distintas sobre a coesão textual e incorporação do tema nos materiais didáticos, dedicamos este capítulo a um pequeno histórico sobre a Linguística Textual, ciência correlata à Linguística que, ainda que não sirva como aporte teórico para este trabalho, dada sua própria natureza, conforme será explicitado anteriormente, ressalta a necessidade do estudo do texto como uma unidade de sentido que extrapola o relacionamento mínimo entre sentenças. Além disso, considerando nossa preocupação, anteriormente expressa, de trabalhar o valor argumentativo da coesão referencial, dada a negligência dos materiais didáticos sobre o tema conforme visto no capítulo 2, voltamo-nos exclusivamente, a partir de agora, para a coesão referencial, como explicitado por Ingedore Koch em *Coesão Textual* e, assim, julgamos pertinente trazer uma discussão breve sobre a natureza do processo de referenciação, com atenção especial para suas especificidades textuais.

3.1 Linguística textual: um histórico

Uma primeira hipótese a ser levantada sobre a classificação exata de um texto passa, naturalmente, pelo âmbito da forma: um texto seria um conjunto de sentenças. Uma definição desta natureza, porém, encontra dois obstáculos evidentes: o primeiro é delimitar, exatamente, a quantidade de sentenças mínimas necessárias para que o conjunto seja bem formado, enquanto o segundo é a possibilidade de que haja um texto construído com uma única sentença. Além disso, cabe pensar também se o simples ordenamento de seqüências, em uma quantidade julgada suficiente, configura um texto.

Tais dificuldades de classificação nos trazem de volta ao elemento de textura de Halliday e Hasan (1979), que não é caracterizado como uma propriedade dimensional, isto é, não se trata do número de sentenças ou palavras. Como indica Koch (2009, p.11), “O texto é muito mais que a simples soma das frases (e palavras) que o compõem: a diferença entre frase e texto não é

meramente de ordem quantitativa; é, sim, de ordem qualitativa”. Koch e Fávero (2000, p.14), citando Lang (1971), se voltam para esta questão, salientando que

Lang (1971), postulando ser o texto “o resultado de operações de integração”, ressalta que a significação de um texto (ou, ainda, a informação que ele veicula) constitui um todo, diferente da soma de significações das frases que o constituem, visto possuir, com relação a esta, um “suplemento de significação”.

A afirmação das autoras não apenas abandona, de uma vez, a tentativa de caracterizar um texto pela quantidade de sentenças presentes nele, como também dá um passo em direção a algo mais peculiar: independentemente do número de sentenças, a significação do texto não provém da soma dos significados individuais de cada uma, mas está além deles, o que ecoa a afirmação de Halliday e Hasan (1979, p.2) de que o texto deve ser compreendido “não como uma unidade de forma, mas uma unidade de sentido¹⁹”.

Halliday e Hasan (1979, p.1) também relembram que “a palavra texto é usada, em Linguística, para se referir a qualquer passagem, falada ou escrita, de qualquer dimensão, que forme, de fato, um todo unificado²⁰”. Koch e Fávero, lançando mão do conceito de “tessitura”, que podemos aproximar da “textura” de Halliday e Hasan (1979), atestam seu papel fundamental na construção do texto:

O texto, em sentido estrito, consiste em qualquer passagem, falada ou escrita, que forma um todo significativo, independente de sua extensão. Trata-se, pois, de uma unidade de sentido, de um continuo comunicativo contextual que se caracteriza por um conjunto de relações responsáveis pela *tessitura* do texto – os critérios ou padrões de textualidade [...].

Considerando, portanto, que um texto vai além da somatória de sentenças, torna-se clara a necessidade de uma abordagem lingüística que extrapole os limites da frase e seja capaz de abarcar os fenômenos que ocorrem acima delas. Nas palavras de Koch (2009, p.7):

¹⁹ A text is better regarded as a semantic unit: a unit not of form, but of meaning.

²⁰ The word text is used in Linguistics to refer to any passage, spoken or written, of whatever length, that does form an unified whole.

A partir da descrição de fenômenos lingüísticos inexplicáveis pelas gramáticas de frase – já que um texto não é simplesmente uma seqüência de frases isoladas, mas uma unidade lingüística com propriedades estruturais específicas -, tais gramáticas têm por objetivo apresentar os princípios de constituição do texto em dada língua.

A tomada do texto como objeto faz surgir, na década de 60, na Alemanha, a chamada Lingüística de Texto, que trata de fenômenos que “só podem ser devidamente explicados em termos de texto ou, então, com referência a um contexto situacional”. (KOCH, 2000, p.12).

É necessário salientar, porém, que, embora apenas recentemente ocorra uma formalização a respeito do estudo do texto, data de muito tempo a preocupação com as situações que fugiam ao nível da frase. A retórica grega tratava de cinco aspectos distintos da produção do falante: “a *inventio* (achar o que dizer), a *dispositio* (pôr em ordem o que se encontrou), a *elocutio* (acrescentar o ornamento das palavras, das figuras), a *actio* (tratar o discurso como um ator: gestos, dicção) e a *memoria* (recorrer à memória)” (KOCH, 2000, p.28). Das cinco, duas se mostram mais salientes na configuração de um texto: a *dispositio*, ao tratar da ordenação das idéias, ou seja, como encadear os pensamentos em uma progressão satisfatória, e a *elocutio*, que se refere ao campo de possibilidades das diversas manifestações lingüísticas.

Impulsionada pela retórica, a estilística se mostra outro campo de envolvimento com a configuração de um texto, voltando-se para a análise de textos políticos ou literários. Antes do surgimento da Lingüística Textual, a investigação de manifestações lingüísticas que excedessem os limites da frase recaía sobre a estilística, que, em momento algum, tinha como intenção averiguar como se dava a caracterização de um texto como tal, focando somente um objeto plenamente realizado.

O primeiro passo na direção de um estudo sobre a natureza inerente do texto foi dado pelos formalistas russos, já no começo do século XX. Nas palavras de Koch e Fávero (2000, p.29):

V. Sklovsky e R. Jakobson, os quais, rompendo com os padrões tradicionais da análise de texto então vigentes, colocam no centro de seus estudos o princípio da imanência; isto é, procuram estudar a estrutura do texto em si e por si mesmo, rejeitando toda e qualquer consideração exterior a ele, em busca da *literariedade*.

A relativa relutância por uma abordagem do texto em si vem da imprecisão de sua delimitação, decorrendo daí a escolha de relegar, até então, o estudo do texto à estilística. Neste sentido, Beaugrande e Dressler (1981, p.17) enfatizam que:

Esta divisão reflete, de fato, uma propriedade fundamental da linguagem: é muito mais direto decidir o que constitui uma sentença gramatical ou aceitável do que o que constitui uma seqüência, ou parágrafo, texto ou discurso de sentenças gramaticais ou aceitáveis. Quando nós saímos dos limites da sentença, entramos em um domínio caracterizado por uma grande liberdade de seleção e variação e menos conformidade com regras estabelecidas.²¹

Já nos anos 60, o tratamento do texto como objeto se inicia com a chamada Análise Transfrástica, que, como sugerido pelo nome, estava preocupada com a relação de dependências entre as sentenças, em especial o fenômeno da correferencialidade, tomando a ocorrência de pronomes pessoais como determinante para a configuração de um texto. Koch e Fávero (2000) fazem alusão ao trabalho de Harweg (1968), que definia o texto como “uma sucessão de unidades lingüísticas constituída mediante uma concatenação pronominal ininterrupta” (p.13).

O segundo momento da elaboração de uma Lingüística do Texto ficou conhecido como Gramática Textual, cujo intuito era compreender quais condições eram necessárias para distinguir um texto de um aglomerado de sentenças. Na descrição de Koch e Fávero (2000, p.14), os propósitos da Gramática Textual eram:

- a) verificar o que faz com que um texto seja um texto, isto é, determinar os seus *princípios de constituição*, os fatores responsáveis pela sua *coerência*, as condições em que se manifesta a sua textualidade.
- b) levantar critérios para delimitação de textos, já que a *completude* é uma das características essenciais do texto.
- c) diferenciar as várias espécies de texto. [grifos dos autores]

Por fim, o terceiro momento explicitado por Koch e Fávero (2000, p.15) é o da Teoria do Texto, que passa a tratar também da pragmática:

²¹ This division does reflect a fundamental property of language. It is much more straightforward to decide what constitutes a grammatical or acceptable sentence than what constitutes a grammatical or acceptable sentence sequence, paragraph, text or discourse. When we move beyond the sentence boundary, we enter a domain characterized by greater freedom of selection and variation and lesser conformity with established rules.

[...] a inserção da pragmática significa a evolução da lingüística textual em direção a uma *teoria pragmática do texto*, que tem como ponto de partida o ato de comunicação – com todos os pressupostos psicológicos e sociológicos – inserido numa específica situação comunicativa.

Ao se tomar o texto como objeto, fica estabelecida uma inversão na ordem tradicional do estudo lingüístico, que parte das unidades menores para as unidades maiores. Para Koch e Fávero (2000, p.19), essa abordagem se mostra ineficiente na medida em que trata das unidades menores de forma fragmentária, sem compreender a natureza e os relacionamentos que promovem a construção da unidade de sentido do texto.

[...] a segmentação e a classificação, operações fundamentais da lingüística estrutural, só podem ser efetuadas como operações da lingüística textual, se a função textual dos elementos individuais do texto não se perder, quer na segmentação, quer na classificação, já que o texto não é definível como simples seqüências de cadeias comunicativas.

Deve ficar claro, contudo, que a Lingüística de Texto não se configura como uma teoria ou método de análise lingüística, mas sim a escolha do texto e sua construção como objeto de estudo, conforme salienta Van Dijk: “Lingüística de Texto não é, de fato, uma designação para um único método ou teoria. Ao invés disso, ela designa qualquer trabalho na ciência lingüística voltado para o texto como objeto primeiro da investigação” (*apud* BEAUGRANDE e DRESSLER, 1981, p.14).

3.2 Abordagens sobre o processo de referenciação

No ensaio intitulado “Sobre o sentido e a referência”, Frege (1978) apresenta a questão da igualdade, que “desafia a reflexão, dando origem a questões que não são muito fáceis de responder. É ela uma relação? Uma relação entre objetos ou entre nomes ou sinais de objetos?” (p.61). Considerando que a igualdade se estabelece entre os nomes, e não entre os objetos em si, Frege postula que “por $a = b$ quer-se dizer que os sinais ou nomes ‘a’ e ‘b’ referem-se à mesma coisa, e neste caso, a discussão versaria sobre estes sinais” (1978, p.61). Parfraseando o autor, o estabelecimento de uma igualdade diz respeito aos rótulos utilizados, e não às entidades presentes

no mundo; trazendo a discussão ao âmbito da linguagem, quando afirmamos que “a é igual a b”, estabelecemos que a expressão lingüística “a” e a expressão lingüística “b” representam a mesma entidade no mundo, e não que a entidade representada por “a” e a entidade representada por “b” sejam as mesmas.

Frege busca trabalhar dois aspectos: a referência e o sentido de um elemento, seja ele uma expressão lingüística, uma imagem ou um objeto. Por referência, deve-se tomar a entidade do mundo a que o elemento se refere, enquanto seu sentido é sua própria forma de apresentação. Segundo Frege, é possível que exista uma entidade no mundo referenciada – isto é, representada – por elementos de sentidos distintos, isto é, que se apresentam, dentro de seus contextos, de formas diferentes. O exemplo utilizado pelo autor dá conta do sistema de medianas de um triângulo:

Consistentemente, segundo nosso exemplo, a referência das expressões “o ponto de intersecção de a e b” e “o ponto de intersecção de b e c” seria o mesmo, mas não seus sentidos. A referência de “Estrela da Tarde” e “Estrela da manhã” seria a mesma, mas não seus sentidos.” (FREGE, 1978, p.62)

Ainda de acordo com Frege (1978), o sucesso da referência de um elemento se dá através de seu valor de verdade, ou seja, a existência real da entidade do mundo que ele representa: “Se nossa suposição é correta, de que a referência de uma sentença é seu valor de verdade, então este tem de permanecer inalterado, quando uma parte da sentença for substituída por uma expressão que tem a mesma referência, mas sentido diverso.” (FREGE, 1978, p.70). Para esclarecer esta afirmação, lançamos mão das seguintes sentenças como exemplo:

- (1) Tom Jobim faleceu em 8 de dezembro de 1994.
- (2) O autor da canção “Garota de Ipanema” faleceu em 8 de dezembro de 1994.

Considerando que o músico e compositor carioca Tom Jobim é o autor da canção “Garota de Ipanema”, podemos afirmar que a sentença (2) traz uma informação igual à da sentença (1), já que o valor de verdade da sentença (1), a morte de Tom Jobim na data especificada, não é alterado pela sentença (2); “Tom Jobim” e “O autor da canção ‘Garota de Ipanema’” são expressões lingüísticas de sentidos diversos, mas de mesma referência, o que vai de encontro à afirmação de Frege, que, assim, teoriza sobre um expediente comum no uso da linguagem, a

substituição de uma expressão por outra sem que haja prejuízo da informação, ou, usando a terminologia do autor, uso de expressões com sentidos diferentes que não alteram o valor de verdade proposto.

A descrição da referenciação de Frege se enquadra nos preceitos da semântica lógica, de onde decorre sua preocupação em estabelecer o valor de verdade como prova da eficácia da relação entre o símbolo e a entidade real no mundo. A análise de corpus deste trabalho se volta, porém, aos processos de referenciação formais envolvidos na construção do texto, e também para o relacionamento entre falante e ouvinte durante a enunciação. Utilizamos, como exemplificação, a definição de Allen (2001, p.46) que afirma que

A referência de uma expressão lingüística *e*, em um enunciado U, é “sobre o que o falante está dizendo quando usa *e* em U”. O falante se refere a entidades, eventos, lugares e épocas particulares dentro do mundo e tempo em que ele está falando. Assim, referir é algo que o falante faz, e está intimamente relacionado com o significado do falante.²²

Ainda com relação ao uso que o falante faz da capacidade de referência oferecida pelas expressões lingüísticas, Lyons (1977) detalhe as particularidades deste fenômeno:

[...] é o usuário que refere (ao utilizar uma expressão apropriada): ele investe a expressão com referência, através do ato de referenciação. É terminologicamente conveniente, porém, ser capaz de dizer que uma expressão se refere a seu referente (quando a expressão é utilizada em uma ocasião particular e satisfaz as condições relevantes); e nós iremos adiante nesta prática. Deve ficar claramente entendido, entretanto, que de acordo com a visão de referência adotada aqui, quando nós perguntamos “ao que a expressão “x” se refere?”, estamos fazendo a mesma questão se perguntássemos “ao que o falante está se referindo através de “x”? (ao enunciar tal-e-tal sentença) ?²³ (p.177)

²² The reference of a language expression *e* in utterance U is what “Speaker is talking about when using *e* in U”; Speaker refers to particular entities, events, places, and times within the world and time s/he is speaking of. Thus, referring is something Speaker does, and it is intimately connected with Speaker meaning.

²³ it is the speaker who refers (by using some appropriate expression): he invests the expression with reference by the act of referring. It is terminologically convenient, however, to be able to say that an expression refers to its referent (when the expression is used on some particular occasion and satisfies the relevant conditions); and we will follow this practice. It should be clearly understood, however, that according to the view of reference adopted here, when we ask “what does the expression ‘x’ refer to?”, we are asking the same question as we would when we ask “what is the speaker referring to by means of ‘x’? (in uttering such-and-such sentence)?

Ao se associar a referência de uma expressão lingüística às intenções do falante, deve-se relembrar que cada ato de enunciação está situado em um tempo e espaço únicos, o que torna a enunciação um evento único. Ainda de acordo com Lyons (1977, p.180):

Tem-se enfatizado que a referência é uma noção dependente do enunciado; e assim, sempre que estivermos falando de uma expressão, em uma dada sentença, como portadora de referência, nós estamos assumindo que a sentença em questão foi, ou poderia ser, enunciada em uma força comunicativa particular em algum contexto de uso apropriado.²⁴

Tomando a enunciação como ato comunicativo, a referenciação promovida pelo falante, naturalmente, tem por objetivo o reconhecimento, por parte do ouvinte, das entidades discretizadas. Assim, vem à tona a questão da acessibilidade para a recuperação do referente. Novamente, citando Lyons (1977, p.180):

É uma condição da referência bem sucedida que o falante seleciona uma expressão referenciadora – tipicamente, um nome próprio, um sintagma nominal definido, ou um pronome – que, quando empregado de acordo com as regras do sistema da língua, irá permitir que o ouvinte, no contexto em que o enunciado é feito, encontre o referente de fato, a partir de uma classe de referentes potenciais [...] e a maneira da descrição, geralmente, irá depender da crença do falante de que o ouvinte está em posse de informações bastante específicas sobre o referente.²⁵

Sobre esta mesma questão, Brown e Yule (1996, p.207) detalham que tipos de informação falante e ouvinte julgam pertinentes para a identificação do referente:

A crença sobre uma experiência de mundo geral similar, convenções sócio-culturais, ciência do contexto e convenções comunicativas são algumas das características relevantes. O ouvinte, por sua vez, irá, geralmente, assumir que o falante está operando com alguma dessas crenças.²⁶

²⁴ it has been emphasized that reference is an utterance-dependent notion; and that, whenever we talk of an expression in a given sentence as having reference, we are assuming that the sentence in question has been, or could be, uttered in a particular communicative force in some appropriate context of use.

²⁵ it is a condition of successful reference that the speaker should select a referring expression – typically a proper name, a definite noun phrase or a pronoun – which, when it is employed according to the rules of the language-system, will enable the hearer, in the context in which the utterance is made, to pick up the actual referent from the class of potential referents [...] and the manner of description will often depend upon the speaker's assumption that the hearer is in possession of quite specific information about the referent.

²⁶ The assumption of a similar general experience of the world, socio-cultural conventions, awareness of context and communicative conventions are some of the relevant features. The hearer, for his part, will also generally assume that the speaker is operating with those assumptions.

Ainda sobre a questão da identificação e da acessibilidade pelo ouvinte, Neves (2007, p. 28), citando Chafe (1996), expõe as seguintes condições para o sucesso da referência:

- a) o julgamento, pelo falante, de que o conhecimento do referente a que se remete já é compartilhado (direta ou indiretamente) com o ouvinte;
- b) a escolha, pelo falante, de uma linguagem com tal rigor de categorização que todos referentes compartilhados por ele e pelo ouvinte reduzam o que está em questão
- c) o julgamento, pelo falante, de que esse referente particular é o exemplar mais saliente da categoria, dentro daquele contexto. (p.88)

O processo de referenciação, quando visto sob a ótica da enunciação, tem um caráter duplo: suas marcas formais, dentro do texto, e a motivação extratextual para elas. A preocupação do falante sobre como o ouvinte irá recuperar informações, durante a interação, promove alterações no texto, condicionando o uso das ferramentas disponíveis para a construção da referenciação dentro do texto. Neste sentido, é possível estabelecer paralelo com a proposta de Halliday e Hasan quanto a relação entre o registro e a coesão: considerando os diferentes tipos de interação entre falante e ouvinte – aqui, partindo de cada enunciação única por parte do falante – cada texto deverá trabalhar com os mecanismos de coesão referencial adequados, de forma a se adequar ao registro, ou, considerando a enunciação, de forma a fazer com que o ouvinte tenha condições suficientes para realizar a referenciação com eficácia. A seguir, apresentamos os recursos de que a língua dispõe para, dentro do texto, estabelecer processos de referenciação que serão utilizados pelo ouvinte para a recuperação de elementos durante a interação.

3.3 Referenciação dentro do texto: os objetos-de-discurso

Uma expressão lingüística não precisa, necessariamente, se reportar a um objeto existente no mundo físico, mas pode se voltar para uma entidade negociada entre falante e ouvinte, construída no mundo do texto, a que se dá o nome de objeto-de-discurso. Nas palavras de Neves (2007, p.80):

A comunicação se refere, pois, a estados, eventos indivíduos que fazem parte do mundo construído no discurso, não importando a existência, ou não, das coisas desse mundo no mundo real. A construção desse mundo tem ponto de

partida nos propósitos do falante, que constrói seus enunciados conferindo relevância aos argumentos segundo o que seja conveniente a esses propósitos.

A existência das entidades referidas no discurso não está presa ao mundo real e factível, mas sim ao mundo do próprio discurso, negociado entre falante e ouvinte. Com isso, Neves (2007) fala em dois tipos de referência: a **construção referencial**, em que o falante insere no texto a expressão lingüística que irá referenciar a entidade mental criada por ele, e a **identificação referencial**, isto é, as expressões lingüísticas que serão utilizadas para remeter à expressão inicialmente criada, a que se dá o nome de objeto-de-discurso. Ainda de acordo com Neves (2007, p.75):

É ao estabelecer a interação lingüística, compondo seus enunciados, que os falantes instituem os objetos-de-discurso, isto é, as entidades que constituem termos das predicções de entidades oriundas de uma construção mental, e não de um mundo real, o que significa que a primeira noção de referência é a de construção de referentes. Por outro lado, os objetos-de-discurso vão montar no texto a rede referencial, que constitui uma das marcas da própria textualidade, o que leva a uma segunda noção de referências, que é a de identificação de referentes.

Koch e Marcuschi (1998, p.173) chamam atenção para a tarefa de referenciação como a inclusão de elementos no texto, argumentando que “referir não é mais a atividade de ‘etiquetar’ um mundo existente e indicialmente designado, mas sim uma atividade discursiva de tal modo que os *referentes* passam a ser *objetos-de-discurso* e não realidades diferentes” (grifos dos autores). O que os autores também fazem é estabelecer a relação natural entre os objetos-de-discurso presentes em um texto e seus tópicos discursivos:

A progressão referencial se dá com base numa complexa relação entre linguagem, mundo e pensamento estabelecida centralmente no discurso. Esta característica permite que os referentes não sejam tomados como entidades apriorísticas e estáveis, mas como *objetos-de-discurso* [...] a questão é complexa porque um texto não costuma ser monotópico ou linear, o que dificulta os processos de referenciação. Pode-se mesmo dizer que a continuidade tópica ao longo do texto inteiro não é condição necessária para a progressão referencial. Por outro lado, parece ser intuitivamente verdadeiro que há uma relação entre a manutenção de referentes e a construção de tópicos discursivos. (p.170)

Retomando a condição de entidade não-estabilizada do objeto-de-discurso, Roncaratti (2009) ressalta que esta característica é responsável por manter o objeto-de-discurso como uma unidade sujeita a mudança e evolução dentro do texto:

O referente deixa de ser visto como um objeto do mundo extralingüístico, uma entidade apriorística e discretizada, uma categoria disponível como pronta, e passa a ser considerado como uma categoria que, passo a passo, se constrói como um objeto discursivo gerado nas atividades de referenciação publicamente negociadas por sujeitos que, em diferentes graus, compartilham ou não atribuições de sentido. Assim se pode falar em objetos-de-discurso tidos como categorias flexíveis, incompletas, instáveis e co-produzidas através de complexos processos de categorização adaptativa (p.130-131)

Realizando um apanhado sobre as informações apresentadas, podemos depreender que o objeto-de-discurso se trata da inserção, em um texto, da expressão lingüística que irá referenciar não uma entidade real do mundo, mas uma representação mental proposta pelo falante, que em momento algum é imobilizada ou definitiva. Realizada a construção do referente, cabe ao falante o estabelecimento da identificação referencial, isto é, o uso de expressões lingüísticas, ao longo do texto, que irão se reportar ao objeto-de-discurso.

Neste sentido, há duas situações distintas: a **anáfora**, que consiste na recuperação de um termo anterior, e a **catáfora**, que se volta para um termo posterior. Neste trabalho, interessa-nos somente a recuperação anafórica do objeto-de-discurso, assunto do próximo item.

3.3.1 Anáfora

O sucesso do reconhecimento do objeto-de-discurso, ao longo do texto, depende da eficácia com que se dão os processos anafóricos instaurados pelo falante. De acordo com Halliday e Hasan (1979), “O que está pressuposto anaforicamente pode estar na sentença imediatamente anterior, mas pode também estar em sentenças mais anteriores”²⁷ (p.14). Sobre a

²⁷ What is presupposed anaphorically may be in the sentence immediately preceding, but it may also be in some earlier sentence.

mesma questão, Milner (2000) detalha o relacionamento anafórico entre duas entidades lingüísticas:

Há uma relação de anáfora entre duas unidades A e B quando a interpretação de B depende crucialmente da existência de A, a ponto de se dizer que a unidade B só é interpretável na medida que ela retoma – inteira ou parcialmente – A. (p.94)

Do ponto de vista formal, os elementos anafóricos são distinguíveis, no texto, daqueles a que fazem referência. Sua interpretação, de acordo com Apothéloz (2000, p.53), depende da presença do antecedente, que irá exercer controle sobre a forma referencial: “Quando tal controle existe, a interpretação do anafórico tem a inferência de uma interpretação sintática; senão, ela é dependente de fatores contextuais e pragmáticos”.

Posicionada esta definição generalizada de anáfora como procedimento de recuperação de um elemento anterior, é necessário salientar que isto pode ocorrer de maneiras distintas, dependendo da expressão lingüística utilizada para referenciar o objeto-de-discurso.

a) Anáfora e (re)categorização

O primeiro tipo de anáfora é aquele em que a expressão lingüística não se limita a trazer o objeto-de-discurso na sua forma inicial, isto é, aquela com que foi introduzido, mas lhe confere alguma mudança, em um processo conhecido como categorização. Nas palavras de Neves (2007, p.101):

Constituindo designação relacionada com uma passagem anterior ao texto, com um estado de coisas pelo próprio falante configurado, esse nome, embora pertencendo a um sintagma gramaticalmente construído como anafórico, não necessariamente estará fazendo uma recuperação do referente, já que o conceito que o falante quer atribuir ao estado de coisas referido estará sendo criado naquele mesmo instante, e criado exatamente com aquela denominação efetuada (p.101).

Com a categorização, “a expressão anafórica é um SN cujo nome explora, para fins de identificação do referente, não mais uma denominação anterior a ele, mas atributos que lhe foram dados no intervalo por via de uma predicação” (APOTHELOZ, 2000, p.57). Uma situação clara

de categorização é o do uso de expressões mais gerais do que o referente, como no exemplo a seguir:

(3) Os serviços policiais e aduaneiros do porto de **Tanger** prenderam nesta sexta-feira um caminhoneiro alemão que transportava 4.096 quilos de haxixe, informou um agente desta **cidade do norte do Marrocos**. (Edição *online* da Folha de São Paulo, acessada em 23 de julho de 2010).

No exemplo (3), o objeto-de-discurso “Tanger” é categorizado como “cidade do norte do Marrocos”, fazendo-se uso de uma descrição mais genérica. Por outro lado, também é possível categorizar um objeto-de-discurso por meio de algum tipo de avaliação do falante, como no exemplo abaixo, em que o diretor de cinema norte-americano James Cameron é categorizado, com alguma ironia, como “rei do mundo”, em clara referência a seu filme *Titanic*, de 1997:

(4) Fui pesquisar não sei o quê para filmes na TV, no Google, e encontrei a notícia de que Sacha foi vetado, entre os apresentadores, porque queria se vestir de na’vi e havia preparado um texto que a academia achou que **James Cameron** talvez considerasse insultoso. Bastou a dúvida, o ‘talvez’, para Sacha cair fora. Ou seja, tudo o que a academia não quer é incomodar/irritar o **rei do mundo**. (Estado de São Paulo Online, Blog do Merten, acessado em 5 de março de 2010).

Ainda é possível que um objeto-de-discurso categorizado em um texto possa ser recategorizado, isto é, receber uma outra atribuição.

(5) Em acareação ontem, **o primo adolescente de Bruno** e Sérgio Rosa Sales, o Camelo, também primo do goleiro, voltaram a mudar suas versões para a morte de Eliza.

O garoto eximiu Camelo do crime. O advogado do **jovem** disse que os detalhes revelados anteriormente pelo cliente foram motivados por pressão das autoridades.

Já Camelo disse que ouviu o **adolescente** e Bruno falarem detalhes da morte de Eliza, mas voltou a tirar o goleiro da cena do crime. Na semana passada, ele dissera não saber nada do caso. (Edição online da Folha de São Paulo, acessada em 28 de julho de 2010).

No exemplo (5), o objeto-de-discurso “o primo adolescente de Bruno” é categorizado, no parágrafo seguinte, como “o garoto”, e, logo em seguida, recategorizado como “jovem”, e, no parágrafo final, novamente é tratado por “o adolescente”. Os exemplos (4) e (5) mostram, assim, que a categorização e (re)categorização podem estar vinculadas ao uso de sinonímia (exemplo (5)), ou ao posicionamento do sujeito perante aquilo que informa. (exemplo (4)).

b) Anáfora associativa

Um possível desdobramento da categorização do objeto-de-discurso nas formas anafóricas é o uso de expressões que mantêm uma relação de dependência interpretativa com o objeto-de-discurso, sem, contudo, retomá-lo inteiramente. Abaixo, trazemos um exemplo bastante claro de como isto funciona:

(6) Quando pequeno, o niteroiense Ricardo Avellar, hoje com 44 anos, gostava de fazer **carrinhos de madeira**. A mãe comprava as **miniaturas de plástico**, ele retirava as **rodinhas** e criava um novo modelo. Morador da Ponta D’Areia, Ricardo, que tem formação em Arquitetura, ganhou notoriedade no bairro não pelos projetos arrojados de imóveis, mas, sim, pelas miniaturas de ônibus que vende. (Edição online do jornal O Globo, acessado em 6 de março de 2010)

O sintagma nominal “as rodinhas” recupera o objeto-de-discurso “miniaturas de plástico”, mas não na sua totalidade. A interpretação sobre a origem das rodinhas utilizadas pelo protagonista do texto fica evidenciada pela relação de parte-todo existente entre “carrinhos de madeira”, “miniaturas de plástico” e “rodinhas”, sem que isto esteja explicitado, configurando a anáfora associativa.

c) Anáfora pronominal

O caso mais sensível de anáfora é o da retomada do objeto-de-discurso por uma pró-forma. No exemplo (7), a recuperação do objeto-de-discurso “Ronaldo” varia entre a categorização (e a eventual (re)categorização) e o uso de uma pró-forma:

(7) Quando o corintiano vai ao estádio, a expectativa é ver grandes apresentações de **Ronaldo** e gols. Quando uma pessoa assiste ao *reality show* “Big Brother Brasil”, o BBB da TV Globo, a intenção é ver mulheres bonitas e conflitos. Bom, neste sábado, aconteceu a mistura entre o **camisa 9** do Timão e o programa. O **Fenômeno** virou o astro da atração ao ser o juiz da “Prova do Anjo”. Mas **ele** perdeu a chance de observar a musa Cacau, que saiu do programa na última terça. (Edição online do jornal Lance!, acessado em 6 de março de 2010)

O exemplo mais comum de pró-formas são os pronomes, que, na caracterização de Beaugrande e Dressler (1981, p.60) são “palavras pequenas e econômicas, vazias de seu próprio conteúdo particular, que podem ficar na superfície do texto no lugar de expressões mais determinadas, que ativam conteúdo²⁸”. Para Beaugrande (1980, p44), as pró-formas se destacam em um texto por serem superficialmente distintas do restante da cadeia discursiva:

- [...] as pró-formas diferem de suas expressões correferenciais de formas sistemáticas (cf. Paduceva 1970, Dressler, 1972a, 26f)
- 4.1 pró-formas são um *campo maior* de aplicações potenciais
 - 4.2 pró-formas são *comparativamente vazias* de conteúdo inerente
 - 4.3 pró-formas são *geralmente menores*
 - 4.4 pró-formas obedecem a *restrições* com relação a suas ocorrências, de tal forma que a compreensão não é sem problemas.
 - 4.5 pró-formas precisam de uma aparência superficial *distinta*²⁹.

A ausência de significação própria nas pró-formas suscita a questão sobre como é possível que elas sirvam como elementos referenciadores. De acordo com Brown e Yule (1980, p.214):

²⁸ economical, short words empty of their own particular content, which can stand in the surface text in place of more determinate, content-activating expressions.

²⁹ pro-forms differ from their co-referring expressions in systematic ways (cf. Paduceva 1970, Dressler 1972a: 26f); 4.1 pro-forms have a *wider range* of potential application; 4.2 pro-forms are *comparatively empty* of inherent content; 4.3 pro-forms are *usually shorter* [...]; 4.4 pro-forms obey *constraints* upon their occurrences, such that comprehension is not rendered unduly problematic; 4.5 Pro-forms need a *distinctive* surface appearance.

O fato de que não há uma explicação razoável para esta pergunta [por que as pró-formas são vazias de significado?] levou muitos lingüistas a sugerirem que um pronome como “ele” não é, na verdade, uma expressão referencial, mas apenas pode ser usada correferencialmente, isto é, dentro de um texto que também inclui uma expressão nominal completa.³⁰

Milner (2000) procura explicar a ausência de significação nas pró-formas através da distinção entre referência real e referência virtual. A primeira é o segmento de realidade recortado pela expressão lingüística (que, desta forma, se aproxima da referência de Frege), enquanto a segunda é uma espécie de descrição desta realidade (e assim, se aproxima do sentido de Frege). Neste modelo, a recuperação de um objeto-de-discurso por outra expressão lingüística indica uma identidade de suas referências reais, ainda que suas referências virtuais não sejam iguais.

As pró-formas seriam elementos da língua desprovidos de referência virtual (isto é, vazios de sentido). Quando uma pró-forma é utilizada para retomar um item de significação plena – por exemplo, um sintagma nominal – ela adquire, temporariamente, a sua referência virtual. Assim, tem-se um caso tanto de identificação real (duas expressões lingüísticas recortando o mesmo segmento da realidade) como de identificação virtual (duas expressões de mesmo sentido): “O pivô da relação é que o pronome, desprovido, por natureza, de uma referência virtual, recebe uma referência do anaforizado. Basta, então, que este último seja provido de uma referência virtual.” (p.113).

O compartilhamento da referência virtual, conforme proposto por Milner (2000), promove a total identidade entre o elemento anaforizado e o anaforizante, fenômeno conhecido como correferenciação, a que passamos a nos reportar no próximo item.

3.3.2 Correferência e cadeia referencial

O fenômeno da correferência se dá quando há “identidade total entre o antecedente e a anáfora: o indivíduo (ou os indivíduos) que a anáfora representa é o mesmo individuo designado

³⁰ The fact that there is no reasonable answer to this question has led many linguists to suggest that a pronominal such as *it* is not actually a referring expression, but can only be used co-referentially, that is, within a text which also includes a full nominal expression.

pelo antecedente” (NEVES, 2007, p.92). A relação de correferência é considerada o caso prototípico de anáfora (APOTHÉLOZ, 2000, p.66).

Milner (2000), retomando a diferença entre referência real e referência virtual, salienta que a anáfora pronominal necessita de um “empréstimo” da referência virtual para a pró-forma, o que configura a correferência como fator essencial da eficácia da anáfora pronominal:

Se a anáfora pronominal, para efeito de definição, deve fornecer uma referência virtual, os meios desta doação são, como sabemos, a correferência. Isto significa que a correferência é crucial na anáfora pronominal na medida exata em que ela cumpre o que está essencialmente em causa: a aquisição por um pronome da referência virtual que lhe faz falta por princípio. De fato, somente a identidade pode operar o efeito decisivo: sem ser diretamente a condição necessária da anáfora pronominal, ela é condição *sine qua non* daquilo que a anáfora pronominal, por definição, realiza. Ademais, já vimos, a correferência virtual é acompanhada, na maioria dos casos, da correferência real. (MILNER, 2000, p.113)

Através da correferencialidade, surge, dentro do texto, a cadeia referencial, que mantém a seqüencialidade e estabilidade das referências. Neves (2000, p.94) relaciona a correferencialidade e as cadeias referenciais, dizendo que

Uma reflexão básica sobre a cadeia referencial de um texto se assenta na correferencialidade, tendo em vista que, em princípio, referentes introduzidos no discurso nele são mantidos enquanto se mantiverem na condição de participantes dos eventos, ou na condição de suporte dos estados que constituem aquele universo de discurso.

Organizando uma cadeia referencial, o falante promove um mapeamento e uma rede de dados a respeito do objeto-de-discurso em questão, tendo como pressuposto, naturalmente, a identidade referencial. Roncaratti (2009) explicita o funcionamento da cadeia referencial:

A noção de CR prevê que o falante, ao instalar um referente, constrói uma rede de dados concernentes a esse referente, o qual passa por diferentes estados de representação que alteram sua condição referencial inicial, acabando por exibir um novo estatuto na progressão textual. Nesse processo, o objeto-de-discurso vai-se delineando e constituindo relações semânticas co-textuais e contextuais, através de (re)categorizações por aporte de novos atributos e predicções, que podem contribuir para a sua evolução referencial. (p.132)

Conforme mencionamos anteriormente, a referenciação, dentro do texto, é motivada por um expediente maior, a enunciação. A intenção do falante em estabelecer uma rede clara e eficaz que recupera os elementos dentro do texto, e até mesmo amplia seus significados, tem por objetivo fornecer ao ouvinte ferramentas suficientes para que ele também consiga identificar e recuperar cada um dos elementos abordados. Mais uma vez, ressaltamos como a interação impulsiona a forma do texto, sendo a referenciação uma situação particularmente sensível a este fato. No próximo capítulo, ao analisarmos um corpus com redações obtidas junto a alunos de ensino médio, procuraremos mostrar como o texto se estrutura para fornecer, ao leitor, uma rede de referentes eficaz.

4 ANÁLISE DE CORPUS

Nossa intenção, neste capítulo, é apresentar uma análise de corpus, formado por redações de alunos de ensino médio, que consiga mostrar como a preocupação enunciativa, por parte do falante, de que o ouvinte consiga recuperar as informações apresentadas dentro do texto, promove sua construção. Nossa questão, portanto, é averiguar como, do ponto de vista textual, os alunos promovem os processos de referenciação. Contudo, além do foco centrado no texto sob o aspecto formal, também iremos nos debruçar sobre como as escolhas de mecanismos de coesão referencial refletem posturas argumentativas. Trabalhamos, portanto, sob três dimensões: a textual, a enunciativa e a argumentativa, sendo que a análise, ao focar a questão textual, procurará evidenciar as influências dos outros dois aspectos na construção do texto.

4.1 A obtenção do corpus

Para avaliar como a coesão referencial é empregada em textos escolares, foram utilizadas, como corpus, 45 redações, confeccionadas em sala de aula por alunos de 1º ano do Ensino Médio, de uma escola da rede privada de ensino da cidade de Araraquara/SP. A aplicação das redações foi realizada pelo próprio pesquisador, que incentivou os alunos a escreverem sem qualquer tipo de exigência ou meta a ser cumprido, o que explica a variação no tamanho dos textos.

A redação aplicada aos alunos consistia de uma única folha com a proposta do texto, que deveria ser escrito no verso do papel. A seguir, trazemos a apresentação da proposta:

Leia o texto a seguir:

Raquel e Juliana são duas meninas de sete anos, que se perderam de sua mãe enquanto faziam compras. As duas estão paradas em um dos cruzamentos mais movimentados da cidade, esperando o sinal abrir para que elas possam atravessar a rua pela faixa de pedestres. Porém, enquanto Raquel é mais corajosa, e quer passar com o sinal fechado, Juliana é medrosa, e prefere esperar os pais delas reaparecerem.

Sua missão é escrever uma história sobre as duas meninas tentando atravessar a rua. Lembre-se que Raquel quer atravessar de qualquer jeito, mas Juliana não quer sair do lugar.

Algumas dicas para escrever a história:

- Comece contando como as duas meninas se perderam.
- Descreva o cenário onde a história acontece (há muito movimento na rua? É dia ou noite? Qual o maior obstáculo para atravessar: os ônibus? Os carros? As pessoas?)
- Faça as garotas brigarem, porque elas querem fazer coisas diferentes.
- Para o final, escolha se as duas meninas atravessam a rua ou desistem de uma vez.
- Não esqueça de dar um título para sua redação.

Sob a recomendação de contextualizar a narrativa, os alunos escreveram um parágrafo introdutório, que explicava como as duas garotas se perderam de seus pais. Desta forma, esperava-se que as duas personagens fossem tratadas como uma dupla; a princípio, não há, na proposta, nenhuma sugestão de outro objeto-de-discurso que possua as mesmas propriedades gramaticais (feminino e plural) e semânticas (duas meninas) do objeto “Raquel e Juliana”. Este é, portanto, o objeto-de-discurso sem nenhum outro que possa, eventualmente, “disputar” formas de correferência.

Por outro lado, o desenvolvimento da narrativa força o leitor a “desmembrar” o objeto-de-discurso “Raquel e Juliana”, ao pedir que as duas personagens entrem em conflito por terem opiniões diferentes sobre o que fazer. Com a separação, ficam constituídos dois objetos-de-discurso semelhantes, partindo do pressuposto de que tanto “Raquel” quanto “Juliana” compartilham das mesmas propriedades gramaticais (feminino e singular) e semânticas (duas meninas de mesma idade, sem nenhuma atribuição física que as diferencie).

A presença de dois objetos-de-discurso de mesmas propriedades acarreta o surgimento de um fenômeno conhecido por ambigüidade referencial. Marchuschi e Koch (1998) atentam para esta situação, definindo a ambigüidade referencial como o “caso de haver dois candidatos possíveis para uma anáfora pronominal, sendo ambos do mesmo gênero gramatical. O pronome, ao flexionar-se em gênero, pode retomar um dos dois candidatos. (p.185)”. Brown e Yule (1998) também se voltam para esta questão, explicitando o procedimento comum que envolve a manifestação de novas informações predicativas sobre os referenciadores, que assim permitem a correta identificação por parte do ouvinte:

[...] o falante pode estruturar sua mensagem de tal forma que alguma “nova” informação seja aderida a um elemento “dado” (por exemplo, um pronome), procurando fornecer ao ouvinte um procedimento de interpretação de “dado/novo”. Entretanto, o ouvinte também pode ter que reverter o procedimento e usar a “nova” informação para decidir o que o referente “dado” era.³¹ (p.218)

Para ilustrar o argumento dos autores, cabe o uso do par de sentenças a seguir, em que a predicação torna claro quem é o referente da pró-forma “ela”:

- (1) Quando minha esposa chegou, a casa estava em chamas. Ela havia sido atingida por um raio durante a tempestade.
- (2) Quando minha esposa chegou, a casa estava em chamas. Ela imediatamente ligou para os bombeiros, que não demoraram a chegar.

³¹ ... the speaker may structure his message in such a way that some “new” information is attached to a “given” element (i.e. a pronoun), intending to provide the hearer with a ‘given/new’ interpretation procedure. However, the hearer may also have to reverse that procedure and use the ‘new’ information to decide what the ‘given’ referent must have been.

Neste trabalho, chamaremos de **objetos-de-discurso concorrentes** aqueles objetos-de-discurso que, dentro de um único texto, podem ser recuperados pela mesma expressão lingüística, seja gramatical, nos casos de anáfora pronominal, ou semântica, via item lexical. Este conceito será essencial para a descrição e análise dos dados, já que, no corpus, podemos antever a constituição de três cadeias referenciais relativas aos personagens: (1) sobre a dupla “Raquel e Juliana”, (2) sobre “Raquel” e (3) sobre “Juliana”, sendo, as duas últimas, formadas por objetos-de-discurso concorrentes. O aparecimento de outras cadeias referenciais não está descartado e será mencionado se necessário.

A opção por trabalhar com esta proposta de redação surge, conforme dito anteriormente, da intenção de averiguar como as situações extratextuais influenciam a construção do texto. Considerando a presença de dois objetos-de-discurso de natureza praticamente idêntica dentro de um texto e, além disso, que devem interagir e ser constantemente foco de atenção por parte do leitor, podemos afirmar que se trata de uma situação enunciativa delicada, isto é, que requer atenção, por parte do falante, ao construir as cadeias referenciais de modo a promover a identificação e a manutenção de seus personagens com eficácia. Em um primeiro momento, podemos nos perguntar se haverá problemas do ponto de vista textual, isto é, se os alunos serão capazes de estabelecer as cadeias referenciais sem qualquer tipo de erro no que diz respeito à correta identificação dos referentes. Se isto se provar verdadeiro, poderemos também buscar entender como a preocupação enunciativa está presente, e se também há algum tipo de intenção argumentativa.

4.2 Procedimento de análise

Proposta a confecção da redação, cabe agora especificar como iremos analisar o uso dos mecanismos de coesão referencial. Considerando tudo o que já foi exposto, o ponto mais importante, parece-nos, é definir, justamente, como são os mecanismos analisados.

Dada a multiplicidade de abordagens, tanto dentro da teoria linguística, quanto nos livros didáticos, decidimos adotar os mecanismos de coesão referencial descritos nos Parâmetros Curriculares Nacionais de 2002 (PCN+), brevemente enumerados no capítulo 2. Nossa escolha se

dá por duas razões: em primeiro lugar porque, como estamos tratando do âmbito do ensino, julgamos pertinente adotar um documento oficial para as práticas educacionais, que tem grande influência na confecção de materiais didáticos. Por fim, em segundo lugar, como o primeiro passo da análise se dá no plano textual, acreditamos que a proposta do PCN+ se mostra mais adequada, já que seus mecanismos de coesão textual descritos são centrados exclusivamente no texto. É necessário lembrar, porém, que o foco sobre o texto é apenas um ponto inicial, que visa identificar as marcas enunciativas e argumentativas, posteriormente.

Como o direcionamento do PCN+ dá conta somente das indicações dos mecanismos de coesão referencial, sem detalhar nenhum deles, julgamos necessário uma explicação sobre cada item, traçando, sempre que possível, paralelos com os modelos apresentados no capítulo 1. Os quatro mecanismos propostos pelo PCN+, são: repetição, substituição lexical, retomada pronominal, e elipse.

a) repetição

Ocorre **repetição** quando o objeto-de-discurso introduzido é referenciado, ao longo do texto, pela mesma expressão lingüística de sua introdução. Isto se mostra particularmente saliente no caso de objetos-de-discurso que consistem de nomes próprios, que são repetidos com freqüência ao longo do texto, como pode ser visto no exemplo a seguir:

(1) “Oi, eu sou a **Raquel**”.

Há duas garotas paradas em um cruzamento, nenhuma das duas se conhecem.

Raquel, mais corajosa, quer fazer uma nova amiga, e se apresentou para a colega.

“Eu sou a Ju” a outra menina responde, tímida.

“Eu estava com a mamãe fazendo compras no centro, mas ela sumiu, aí eu vim procurar ela.” **Raquel** contou, animada com a nova amiguinha.

“Mãinha sumiu também”, **Ju** falou. Também estava feliz com a nova amiga, mas era um pouco tímida.

“É melhor a gente ficar junta” **Raquel** estendeu a mãozinha para **Ju** “Aqui é perigoso, e a gente pode procurar nossas mães juntas. Como a sua é?” (texto #1)

O mecanismo de repetição proposto mantém clara relação com a recorrência e a recorrência parcial de Beaugrande e Dressler (cf. 2.2.1). A princípio, soa estranho entender a repetição como um caso de substituição ou coesão referencial lexical, já que não se trata do uso de uma expressão lingüística por outra de referência equivalente, mas sim da mesma expressão utilizada várias vezes. Considerando a necessidade de acessibilidade do referente, podemos afirmar que, através da repetição, a possibilidade de má interpretação, por parte do ouvinte, é bastante baixa. Por outro lado, como será possível ver na análise, a repetição de um mesmo termo pouco acrescenta à progressão temática do texto.

b) substituição lexical

Há substituição lexical quando um objeto-de-discurso, introduzido no texto, é referenciado por outra expressão lingüística, que lhe confere alguma atribuição não expressa anteriormente no texto, como é possível visualizar no exemplo a seguir:

(2) Em um dia de compras, a família de **Juliana e Raquel** foram ao supermercado para fazer a dispesa do final do mês. Quando chegaram ao supermercado **as duas garotas** não queriam ficar com a mãe e Raquel pediu para dar uma volta com Juliana. (texto #5)

No trecho acima, a expressão “Raquel e Juliana” é recuperada, posteriormente, por “as duas meninas”, atribuindo uma propriedade ao objeto-de-discurso ainda desconhecida por parte do leitor. Como é possível perceber, a substituição lexical, ainda que não tenha, como a repetição, a mesma precisão de identificação – “as duas meninas” poderia se referir a outros dois personagens no texto – consegue ampliar o conteúdo informacional do objeto-de-discurso, auxiliando o caráter argumentativo do texto.

Podemos estabelecer paralelos entre a substituição lexical e o mecanismo de paráfrase de Beaugrande e Dressler, bem como a coesão lexical de Halliday e Hasan e a coesão referencial lexical de Koch. Cumpre dizer que este item também se relaciona à manutenção temática de que fala Ingedore Koch, pautando-se pelo mecanismo de colocação de Halliday e Hasan: há a

ativação de um “frame”, que permite realizar as referências, ao mesmo tempo em que faz progredir o desenvolvimento do texto.

c) retomada pronominal

Há retomada pronominal quando o objeto-de-discurso introduzido é referenciado por uma forma pronominal, de significação vazia. Tal idéia encontra paralelos firmes com o mecanismo de referência de Halliday e Hasan, o uso de pró-forma de Beaugrande e Dressler, e o uso de formas gramaticais livres de Koch, como pode ser visto no trecho a seguir:

(3) **Raquel** para fazer c/que **Juliana** atravessasse a rua, bolou um plano; **ela** gritou para Juliana que as mães estavam do outro lado da rua chamando **elas**, só não dava para escutar por causa dos carros, motos e ônibus buzinando. (texto #4)

No trecho, o objeto-de-discurso “Raquel” é recuperado por “ela”, ao passo que “elas” recupera tanto “Raquel” quanto “Juliana”.

d) elipse

Ocorre elipse quando o objeto-de-discurso introduzido é referenciado pelo não preenchimento de uma das posições sintáticas abertas pelo verbo, que são dedutíveis pelo contexto, de modo análogo ao que é explicitado por Halliday e Hasan e Beaugrande e Dressler. Abaixo, exemplificamos o uso da elipse, simbolizada por Ø:

(4) Num belo dia, **as irmãs** estavam passeando com a mamãe e Ø acabaram se perdendo. Então Ø começaram a chorar andando nas avenidas. (texto #3)

As elipses perante os verbos “acabaram” e “começaram” recuperam o objeto-de-discurso “as irmãs”.

O que nos chama a atenção no modelo de coesão referencial do PCN+ é que, embora ele seja centrado na estrutura do texto, é possível notar a influência da enunciação e da argumentação

sobre ele. Se considerarmos o aspecto enunciativo, e as “pistas” que o falante deve deixar para seu ouvinte, podemos traçar uma espécie de escala de identificação entre os mecanismos, que parte da repetição como a forma mais eficaz de localizar o antecedente, passa pela substituição lexical e termina na retomada pronominal e na elipse, que são sintaticamente mais dependentes e, por tanto, dependem muito mais do contexto e do co-texto. Por outro lado, sob o ponto de vista argumentativo, a recuperação pela substituição lexical não apenas é eficaz, como amplia a informação veiculada pela expressão, algo que a repetição falha em realizar; curiosamente, sob este mesmo aspecto, até a retomada pronominal pode trazer informações novas ao texto, ao apresentar dados a cerca de gênero e número anteriormente não apresentados. Portanto, ao fazer uso destes mecanismos, estamos centrados no texto sem, contudo, deixar de lado suas potencialidades e fraquezas extratextuais.

A princípio, o que propomos é um levantamento quantitativo dos textos, como forma inicial de organização dos dados. Conforme afirma Chizzoti (2000, p.69),

A análise de dados em pesquisa experimental supõe a quantificação dos eventos, para submetê-los a classificação, mensuração e análise. [...] Os processos de análise estatística, com o auxílio do computador, abreviaram muito a ordenação explanatória dos dados e os meios de correlacionar variáveis, ampliando as possibilidades de correlação, comparação e análise dos dados.

Assim, tomando os dois tipos de cadeias referenciais apresentados no item 5.1.1 – a de objeto-de-discurso sem concorrentes, e de objeto-de-discurso com concorrentes – realizaremos duas contagens manuais de todas as formas referenciais presentes em cada texto, a fim de descobrir com que frequência cada um dos mecanismos de coesão referencial descritos no item 5.1.2 é usado em cada um dos dois casos, apresentando valores individuais e percentuais. O levantamento de dados também focalizará a relação entre a forma referencial escolhida pelo aluno e a função sintática ocupada por ela.

O levantamento dos dados numéricos irá pavimentar o caminho para a pesquisa qualitativa a que se propõe o estudo. De acordo com Alves-Mazzotti (2002, p.170),

Pesquisas qualitativas tipicamente geram um enorme volume de dados que precisam ser organizados e compreendidos. Isto se faz através de um processo continuado em que se procura identificar dimensões, categorias, tendências, padrões, relações, desvendando-lhes o significado.

A natureza deste estudo mostra ser interessante trabalhar dados quantitativos e qualitativos. “Algumas pesquisas qualitativas não descartam a coleta de dados quantitativos, principalmente nas etapas [...] em que estes dados podem mostrar uma relação mais extensa entre fenômenos particulares” (CHIZZOTTI, 2000, p.84). Assim, em posse dos dados numéricos anteriormente descritos, poderemos traçar comparações e procurar por padrões de comportamento na escolha de mecanismos de coesão referencial nos dois tipos de cadeia referenciais propostos, fazendo uso de trechos das redações.

4.3 Dados quantitativos

Neste primeiro momento do estudo, apresentaremos os dados quantitativos levantados a partir da análise do grupo de 45 redações utilizadas como corpus. Conforme explicitado no item 4.1, a abordagem da construção da cadeia referencial é dividida em dois grandes tópicos: as cadeias formadas em torno de um objeto-de-discurso sem nenhum outro objeto concorrente, e aquelas formadas por objetos-de-discurso que possuem um objeto de natureza semântica e gramatical semelhante no texto. A apresentação dos dados será regida por estes critérios, com detalhamentos sobre a extração das informações quando necessário.

Como havíamos explicado anteriormente, a natureza da proposta de redação aplicada promoveu o aparecimento, no texto, de um objeto-de-discurso bastante específico, cujas propriedades não são compartilhadas por nenhum outro objeto-de-discurso presente.

Ao se pedir que os alunos contextualizassem a narrativa, explicando como as duas garotas haviam se perdido, e encontravam-se à beira da faixa de pedestres, obtivemos a introdução e a manutenção do objeto-de-discurso a que iremos chamar, arbitrariamente, de “Raquel + Juliana”. Esta escolha se justifica pela concepção das duas garotas, no início do texto, como uma dupla, isto é, ambas participam igualmente dos eventos descritos, diferentemente do que irá ocorrer posteriormente nos textos, quando, motivadas pelo dilema de atravessar ou não a rua, as personagens tomam posturas diferentes. A seguir, trazemos uma das redações, na íntegra, para

exemplificar a introdução e a manutenção do objeto-de-discurso “Raquel + Juliana”. (Observação: decidimos manter todos os textos com as grafias originais).

Texto #29

Desastre policial

Em um sábado ensolarado Raquel e Juliana, duas irmãs, foram ao supermercado com a mãe delas, estava tudo normal, como das outras vezes.

Raquel e Juliana se perderam de sua mãe, estavam caminhando a procura da mãe quando Raquel puxa Juliana que saiu correndo atrás da irmã.

Juliana pergunta para Raquel aonde ela está indo, mais a irmã não responde, apenas continua correndo até se deparar com um cruzamento muito movimentado. Juliana mais cautelosa fica com medo de continuar, mas Raquel que era atirada queria atravessar a rua e continuar a procura de algo que nem ela mesmo parecia saber.

As duas irmãs começam uma discussão, Juliana tem medo de continuar, pois ela ao menos sabe para onde estão indo. Raquel quer correr e fugir para algum lugar que parecia estar chamando muita atenção da garota.

A mãe das duas garotas a este momento está desesperada atrás das duas, ela já havia falado para todos no supermercado e ninguém tinha visto as duas, a mãe ligou para a polícia e se queixou do sumiço das meninas.

Todos preocupados com elas, passaram algum tempo as garotas ainda estavam discutindo se atravessavam ou não a rua, foi quando decidiram atravessar saíram correndo para o outro lado e em um piscar de olhos o carro da polícia acertou as duas em cheio matando-as na hora.

O objeto-de-discurso “Raquel + Juliana” a que nos reportamos é introduzido no texto através da expressão “Raquel e Juliana”, na primeira linha. Como é possível notar, a referenciação do objeto-de-discurso é realizada de diversas maneiras ao longo do texto, passando pela (re)categorização, no trecho “A mãe ligou para a polícia e se queixou do sumiço **das meninas**”, a anáfora pronominal “Todos preocupados com **elas**”, e o uso de elipse, como “Raquel e Juliana se perderam de sua mãe, \emptyset estavam caminhando a procura da mãe”. Esquemáticamente, a cadeia referencial poderia ser representada da seguinte maneira:

**Inserção do
objeto-de-discurso**

Retomada do objeto-de-discurso inserido
(As elipses são representadas pelo símbolo \emptyset)

Raquel e Juliana duas irmãs > (d)elas > Raquel e Juliana > sua > Ø > as duas irmãs > (d)as > duas garotas > (d)as duas > Ø > Ø > Ø > Ø > as duas > as

A contagem da quantidade de usos de cada um dos quatro mecanismos de coesão referencial especificados anteriormente é realizada sobre a cadeia referencial do objeto-de-discurso “Raquel + Juliana” presente em cada uma das 45 redações.

Antes de apresentarmos os dados, porém, é necessário estabelecermos duas ressalvas de fundo metodológico, que dizem respeito a casos particulares. O primeiro ponto se refere à classificação de uma forma referencial como repetição: para tanto, inicialmente, coletamos todas as formas com que o objeto-de-discurso “Raquel + Juliana” foi introduzido nos 45 textos, conforme pode ser visto na tabela abaixo:

Tabela 1. Formas de introdução do objeto-de-discurso “Raquel + Juliana”.

Forma de introdução	Ocorrências
(duas) garotas	1
(duas) amigas	1
(duas) irmãs	3
(duas) meninas	4
Juliana e Raquel	6
Raquel e Juliana	30
Total	45

Assim, classificamos como repetição o uso, em cada um dos textos, da mesma expressão de introdução do objeto-de-discurso como forma referencial. O texto #29, apresentado acima, traz um exemplo daquilo que consideramos como repetição de “Raquel + Juliana”:

(1) Em um sábado ensolarado **Raquel e Juliana**, duas irmãs, foram ao supermercado com a mãe delas, estava tudo normal, como das outras vezes.

Raquel e Juliana se perderam de sua mãe, estavam caminhando a procura da mãe quando Raquel puxa Juliana que saiu correndo atrás da irmã.

Como é possível perceber, o objeto-de-discurso “Raquel + Juliana”, introduzido na primeira linha pela expressão lingüística “Raquel e Juliana”, é referenciado, no segundo parágrafo, pela mesma expressão “Raquel e Juliana”, configurando um caso de repetição.

A segunda ressalva quanto à contagem das ocorrências diz respeito ao uso do quantificador “duas”, presente em diversas das substituições lexicais como “as duas meninas”, “as duas garotas”, “as duas irmãs” etc. Para fins de análise, consideraremos ocorrências como “as duas irmãs” e “as irmãs” como do mesmo tipo, justificando a adoção dos parênteses nos itens da Tabela 1. Por outro lado, o corpus também apresenta o uso constante da expressão “as duas”, sem nenhuma especificação, o que carrega, como será visto no item 5.3, uma motivação particular. Assim, consideramos “as duas” como um exemplo de substituição lexical distinto de “as duas garotas” ou “as duas irmãs”.

A contagem das formas referenciais foi realizada manualmente, duas vezes, para assegurar que nenhuma ocorrência havia passado despercebida. A seguir, apresentamos a quantidade de vezes que cada um dos quatro mecanismos de coesão referencial é usado para a construção da cadeia referencial de “Raquel + Juliana”, bem como a porcentagem de uso dentro do total, dispostos em ordem crescente.

Tabela 2. Uso de mecanismos de coesão referencial para a cadeia referencial de “Raquel + Juliana”.

Mecanismo de coesão referencial	Qtd	%
Repetição	18	7%
Retomada pronominal	77	23%
Elipse	112	34%
Substituição lexical	118	36%
Total	325	100%

Depois deste levantamento inicial, consideramos pertinente esmiuçar os usos de cada um dos mecanismos de coesão referencial. A tabela a seguir traz as diferentes formas de substituição lexical encontradas no corpus, em ordem crescente de ocorrência.

Tabela 3. Ocorrências de substituição lexical para o objeto-de-discurso “Raquel + Juliana”.

Expressão linguística para substituição lexical	Qtd
ambas	3
Raquel e Juliana	2
(duas) crianças	5
(duas) garotas	7
(duas) irmãs	7
(duas) filhas	10
(duas) meninas	41
duas	43
Total	118

Outro dado interessante é o levantamento das formas de retomada pronominal para o objeto-de-discurso “Raquel + Juliana”, considerando três possibilidades: o uso de pronome direto (“elas”) e pronomes oblíquos, em posição de próclise (“as”) ou ênclise (“-las”). Não há ocorrência do pronome “lhes” em nenhuma das redações.

Tabela 4. Formas de retomada pronominal para a o objeto-de-discurso “Raquel + Juliana”.

Anáfora pronominal	Qtd
elas	71
as (próclise)	3
-las (ênclise)	3
Total	77

Por fim, outro grupo de dados cuja análise se mostrou relevante para o estudo é o relacionamento entre a forma referencial e a função sintática desempenhada dentro da sentença. Para este levantamento, consideramos como formas pertinentes ao trabalho, dada sua ocorrência constante, as funções de sujeito, objeto direto, objeto indireto, complemento nominal, adjunto adverbial e adjunto nominal (os três últimos foram agrupados sob o mesmo rótulo de “complemento nominal” nas tabelas abaixo). A baixa frequência das outras funções (aposto e predicativo de sujeito) nos motivou a não considerá-las para nenhuma das estatísticas exibidas. A tabela a seguir apresenta a porcentagem de uso de cada um dos mecanismos de coesão referencial, por função sintática.

Tabela 5. Mecanismo de coesão referencial por função sintática desempenhada na oração.

Mecanismo de coesão referencial	Sujeito	Objeto direto	Objeto indireto	Complemento nominal
Substituição lexical	66%	11%	4%	13%
Retomada pronominal	58%	13%	6%	22%
Elipse	100%	0%	0%	0%
Repetição	70%	12%	1%	17%

Ainda com relação à função sintática, as tabelas a seguir trazem a porcentagem de uso dos mecanismos de coesão referencial para cada uma das funções, apresentados em ordem crescente.

Tabela 6. Uso dos mecanismos de coesão referencial em função de sujeito.

Mecanismo de coesão referencial - sujeito	Qtd	%
Repetição	12	5%
Retomada pronominal	45	18%
Substituição lexical	83	32%
Elipse	112	45%
Total	250	100%

Tabela 7. Uso dos mecanismos de coesão referencial em função de objeto direto.

Mecanismo de coesão referencial – objeto direto	Qtd	%
Elipse	0	0%
Repetição	2	8%
Retomada pronominal	10	38%
Substituição lexical	14	54%
Total	26	100%

Tabela 8. Uso dos mecanismos de coesão referencial em função de objeto indireto.

Mecanismo de coesão referencial – objeto indireto	Qtd	%
Elipse	0	0
Repetição	1	10%
Substituição lexical	5	45%
Retomada pronominal	5	45%
Total	11	100%

Tabela 9. Uso de mecanismos de coesão referencial em posição de complemento nominal.

Mecanismo de coesão referencial – complemento nominal	Qtd	%
Elipse	0	0%
Repetição	3	8%
Substituição lexical	16	45%
Retomada pronominal	17	47%
Total	36	100%

Dando continuidade aos dados quantitativos do estudo, focamos a construção das cadeias referenciais dos dois objetos-de-discurso concorrentes no corpus, isto é, que possuem natureza gramatical e semântica idêntica e, assim, são passíveis de referenciações pelas mesmas expressões lingüísticas.

O aparecimento destes objetos-de-discurso idênticos é proporcionado, assim como no tópico anterior, pela proposta do texto. Depois da contextualização da narrativa, quando as personagens Raquel e Juliana são tratadas como uma dupla, produzindo o objeto-de-discurso a que demos o nome de “Raquel + Juliana”, foi pedido aos alunos que as duas garotas apresentassem posturas distintas diante do dilema de atravessar ou não a rua movimentada, o que promove o desmembramento do objeto-de-discurso “Raquel + Juliana” em “Raquel” e Juliana”. Abaixo, trazemos um dos textos na íntegra para exemplificar a situação:

Texto #12

Pedras do asfalto

Raquel e Juliana eram irmãs elas saíram para fazer compras com sua mãe, mas sua mãe estava demorando muito, e como elas eram muito impacientes, saíram do mercado para dar uma volta pela cidade mas acabaram se perdendo já era noite, elas pararam em um cruzamento, Raquel queria atravessar o cruzamento de qualquer jeito, mas Juliana era medrosa e queria esperar até que sua mãe aparecesse.

Raquel era sangue no zoio e puxou Juliana pelo braço com força para o outro lado do cruzamento, então Juliana nervosa começou a chingar sua irmã. Raquel revoltada deu um soco no nariz de Juliana. Juliana então pegou uma pedra que estava no chão e deu com toda força na cabeça de Raquel, Raquel

cambaleou e caiu no chão, nisso sua mãe chegou e começou a gritar então Juliana desesperada disse a sua mãe que Raquel teria escorregado em uma casca de banana sua mãe foi socorrer Raquel que já estava em pé, mas não se lembrava de nada.

No trecho final do primeiro parágrafo acontece a cisão do objeto-de-discurso “Raquel + Juliana”, motivada pelas vontades opostas das garotas quanto a atravessar a rua. Assim, ficam estabelecidos dois “novos” objetos-de-discurso: “Raquel” e “Juliana”, cujas cadeias referenciais detalhamos abaixo:

Inserção do objeto-de-discurso	Retomada do objeto-de-discurso inserido (As elipses são representadas pelo símbolo Ø)
Raquel	Raquel > Ø > sua irmã > Raquel > Raquel > Raquel > Ø > Raquel > Raquel > Ø
Juliana	Juliana > Ø > Juliana > Juliana > Juliana > Juliana > Ø > Juliana

Tanto a cadeia referencial de “Raquel”, quanto de “Juliana” são construídas utilizando os mesmos mecanismos de coesão referencial descritos para a cadeia referencial do objeto-de-discurso “Raquel + Juliana”, no item 4.1. Apresentamos, a seguir, o mesmo levantamento de dados do caso anterior, apenas ressaltando que a classificação de uma forma referencial como repetição, a exemplo de antes, se dá pelo uso da mesma expressão lingüística com que foi introduzido o objeto-de-discurso. Contudo, diferente do que acontece no caso de “Raquel + Juliana”, os objetos “Raquel” e “Juliana” são inseridos, no texto, justamente através de seus nomes próprios. Assim, sempre que a referência é feita através do nome próprio, classificaremos a forma referencial como repetição.

A Tabela 10, a exemplo da Tabela 2, traz a quantidade de uso dos quatro mecanismos de coesão referencial para as duas cadeias referenciais – “Juliana” e “Raquel” – acompanhada dos valores percentuais dentro do total, dispostos em ordem crescente.

Tabela 10. Uso dos mecanismos de coesão referencial para construção das cadeias referenciais de “Juliana” e “Raquel”.

Mecanismo de coesão referencial	Qtd	%
---------------------------------	-----	---

Substituição lexical	23	6%
Retomada pronominal	40	11%
Elipse	71	19%
Repetição	238	64%
Total	374	100%

A seguir, apresentamos os mesmos valores, referentes a cada uma das duas cadeias referenciais:

Tabela 11. Mecanismos de coesão referencial para a cadeia referencial de “Raquel”.

Mecanismo de coesão referencial – “Raquel”	Qtd	%
Substituição lexical	11	7%
Retomada pronominal	20	9%
Elipse	35	18%
Repetição	133	66%
Total	202	100%

Tabela 12. Mecanismos de coesão referencial para a cadeia referencial de “Juliana”.

Mecanismo de coesão referencial – “Juliana”	Qtd	%
Substituição lexical	12	7%
Retomada pronominal	22	11%
Elipse	36	21%
Repetição	105	61%
Total	176	100%

Quanto ao uso de substituição lexical, os textos apresentam apenas dois tipos de ocorrência: as expressões “a irmã” e “a menina”. Na tabela abaixo, é possível ver a distribuição das ocorrências:

Tabela 13. Formas de substituição lexical dos objetos-de-discurso “Juliana” e “Raquel”.

Forma de substituição lexical	Qtd	%
a menina	4	17%
a irmã	19	83%
Total	23	100%

Assim como no primeiro caso, também realizamos um levantamento a respeito das retomadas pronominais empregadas na construção desse segundo tipo de cadeia referencial. Não há nenhuma ocorrência das formas de ênclise “-lhe” ou “-la”.

Tabela 14. Formas de anáfora pronominal dos objetos-de-discurso “Juliana” e “Raquel”.

Forma de anáfora pronominal	Qtd	%
ela	35	88%
a (próclise)	5	12%
Total	40	100%

A seguir, a tabela que relaciona os mecanismos de coesão referencial às funções sintáticas desempenhadas por eles. Mais uma vez, dada a frequência próxima de zero, consideramos apenas, para efeito de estudo, a função de sujeito, objeto direto, objeto indireto e complemento nominal ou adjunto adnominal, não agrupando predicativo do sujeito e aposto, cujas ocorrências foram excluídas do total.

Tabela 15. Mecanismo de coesão referencial por função sintática desempenhada na oração.

Mecanismo de coesão referencial	Sujeito	Objeto direto	Objeto indireto	Complemento nominal

Substituição lexical	26%	22%	22%	30%
Retomada pronominal	65%	20%	10%	5%
Elipse	96%	4%	0%	0%
Repetição	72%	10%	10%	8%

Por fim, a exemplo do item 5.2.1, concluímos a apresentação dos dados numéricos trazendo as informações que relacionam cada mecanismo de coesão referencial a uma determinada função sintática. Os dados são apresentados em ordem crescente.

Tabela 16. Uso dos mecanismos de coesão referencial em posição de sujeito.

Mecanismo de coesão referencial - sujeito	Qtd	%
Substituição lexical	6	2%
Retomada pronominal	26	9%
Elipse	68	25%
Repetição	171	64%
Total	271	100%

Tabela 17. Uso dos mecanismos de coesão referencial em posição de objeto direto.

Mecanismo de coesão referencial – objeto direto	Qtd	%
Elipse	3	7%
Substituição lexical	5	12%
Retomada pronominal	8	20%
Repetição	25	61%
	41	100%

Tabela 18. Uso dos mecanismos de coesão referencial em posição de objeto indireto.

Mecanismo de coesão referencial – objeto indireto	Qtd	%
Elipse	0	0
Retomada pronominal	4	12%
Substituição lexical	5	15%
Repetição	25	73%
	34	100%

Tabela 19. Uso de mecanismos de coesão referencial em posição de complemento nominal.

Mecanismo de coesão referencial – complemento nominal	Qtd	%
Elipse	0	0%
Retomada pronominal	2	8%
Substituição lexical	7	27%
Repetição	17	65%
	26	100%

Após a apresentação dos dados de ambos os tipos de cadeias, acreditamos ser interessante comparar as Tabelas 2 e 10, que trazem a porcentagem de uso dos quatro mecanismos de coesão referencial abordados para a construção das cadeias referenciais.

Tabela 20. Comparação entre os mecanismos de coesão referencial da cadeia referencial “Raquel + Juliana” e as cadeias referenciais “Juliana” e “Raquel”.

Mecanismo de coesão referencial	Cadeia referencial de “Raquel + Juliana”	Cadeias referenciais de “Juliana” e “Raquel”
Repetição	7%	64%
Substituição lexical	34%	6%
Retomada pronominal	23%	11%
Elipse	36%	19%

Ao analisarmos os dados relacionados à cadeia referencial de “Raquel + Juliana”, notamos equilíbrio entre o uso de substituições lexicais, elipses e retomadas pronominais, com ligeira desvantagem da última. Por outro lado, o número de repetições é mais baixo em comparação ao restante. Já no segundo tipo de cadeia referencial, a repetição domina a forma referencial, seguida, com distância, pelo uso de elipses, retomadas pronominais e, por fim, substituições lexicais.

Um olhar breve sobre os números denota o que era esperado desde a constituição das duas cadeias referenciais: o equilíbrio entre as formas referenciais para o objeto-de-discurso “Raquel + Juliana”, dada sua natureza única, sem nenhum conflito de referenciação possível. Por outro

lado, o uso quase majoritário de repetição para formação da cadeia referencial de “Juliana” e “Raquel” é fruto da grande possibilidade de problemas de identificabilidade de referente: considerando que a repetição, nesta cadeia, se trata do uso dos nomes próprios “Raquel” e “Juliana”, é de se imaginar que, de forma a evitar qualquer equívoco proporcionado por formas passíveis de duplicidade de referência – especialmente a retomada pronominal – os participantes da pesquisa optem pelos nomes próprios, que não dão margem a nenhum tipo de dúvida.

4.4 Análise qualitativa do corpus

A explicação anterior se trata, naturalmente, de um esboço da investigação. A construção das cadeias referenciais, já amplamente descrita pelos dados numéricos, necessita de um aprofundamento que não apenas detalhe o óbvio – a predominância dos nomes próprios com objetos-de-discurso concorrentes – mas que também se volte para os outros recursos utilizados para a referenciação, procurando incorporar o componente sintático onde cabível. Neste item, passamos à segunda parte da análise, que se volta para a compreensão dos dados, fazendo uso de passagens das redações para o levantamento e confirmações das hipóteses que levam às escolhas de mecanismos de coesão referencial pelos sujeitos da pesquisa. A ordem de apresentação seguirá a hierarquia proposta no item 5.1.2, partindo do mecanismo com maior identificação entre forma referencial e referente, a repetição, até o que menos possui instruções, a elipse, passando por substituição lexical e retomada pronominal.

4.4.1 Repetição

O primeiro mecanismo de coesão referencial a ser abordado em nosso estudo é aquele que apresenta os valores mais díspares na comparação entre as duas cadeias referenciais.

Conforme explicitado no item 4.2, entendemos como **repetição** o uso, para referência, da mesma expressão lingüística com que é feita a introdução do objeto-de-discurso no texto. É

importante salientar, contudo, que tratamos da repetição como um sinônimo do uso dos nomes próprios “Raquel” e “Juliana” para referenciação. Isso se justifica pela predominância das formas “Raquel e Juliana” e “Juliana e Raquel” para a introdução do objeto-de-discurso “Raquel + Juliana” (36 das 45 ocorrências, cf. Tabela 1), e da totalidade de introduções dos objetos-de-discurso “Raquel” e “Juliana” pelos nomes próprios.

A cadeia referencial de “Raquel + Juliana” apresenta uma quantidade visivelmente baixa de repetições de “Raquel e Juliana” ou “Juliana e Raquel” ao longo dos textos (apenas 7% dentre todos os mecanismos de coesão referencial, cf. Tabela 2). Isto pode ser explicado pela possibilidade do uso das outras formas referenciais sem nenhum tipo de interferência, como veremos nos próximos itens.

Podemos supor também que o uso de nomes próprios várias vezes causa um embotamento do texto, carregando-o e evidenciando uma possível ausência de recursos de coesão. De acordo com Basseto (2008, p.48), “o nome próprio não atribui a um referente uma característica relevante no contexto, mas apenas uma nomeação já instituída e concretizada”, o que adquire um caráter duplo: por um lado, a repetição de um nome próprio não faz progredir o texto, isto é, não amplia ou modifica o objeto-de-discurso referenciado; por outro, a repetição não diminui ou oculta a quantidade de informação disponível para identificação do referente, o que ocorre nos outros mecanismos de coesão referencial, especialmente com a retomada pronominal e a elipse (ou os casos de hiperonímia da substituição lexical). Segundo Neves (2006, p.84), o nome próprio é empregado sob a pressuposição de que o ouvinte será capaz de identificar o referente, uma situação bastante fomentada pela apresentação e manutenção dos mesmos personagens ao longo de uma narrativa, como é o caso em estudo.

Assim, somos levados a crer que a repetição dos nomes próprios é motivada pela necessidade de segurança plena na identificação de referentes, quando outros recursos coesivos não forem satisfatórios. O exemplo a seguir ilustra a situação:

(1) **Juliana e Raquel** foram passear no Parque Infantil na cidade de Araraquara com sua mãe. E então **Juliana e Raquel** foram brincar no parque enquanto a mãe delas conversava com algumas amigas no banco do parque. **Juliana e Raquel** encontraram alguns amigos e amigas e começaram a brincar, a mãe delas estava disperseada e então foi dar uma volta, e as meninas ficaram desesperadas e então resolveram procura-la no parque. (Texto #22)

A repetição de “Juliana e Raquel”, no trecho acima, não se trata simplesmente de um uso pouco habilidoso das formas referenciais. Na segunda sentença “E então Juliana e Raquel foram brincar no parque”, uma substituição simples pela anáfora pronominal “elas” não seria tão eficiente, já que o pronome é capaz de retomar não apenas “Juliana + Raquel”, mas também “Juliana + Raquel + sua mãe”. A solução, aqui, seria o uso de substituição lexical, como “as meninas”, “as duas”, “as irmãs”, pois isso excluiria a personagem da mãe.

Na seqüência, há a segunda retomada por “Juliana e Raquel”: novamente, o uso de pronome “elas” encontraria problemas, já que a sentença anterior está repleta de possíveis referentes: “Juliana + Raquel”, “Juliana + Raquel + mãe”, “mãe + amigas” e “amigas”. Uma nova substituição lexical seria eficiente, ainda que não possamos garantir que as amigas com as quais a mãe conversa sejam adultas, isto é, uma expressão como “as meninas” ou “as garotas” também não descartaria “as amigas” como referente. Nem a retomada pronominal, nem a substituição lexical, são absolutamente impossíveis neste trecho, já que a predicação, especialmente a que diz respeito ao ato de brincar, consegue evidenciar quais são os personagens em foco; contudo, talvez pouco íntimo desta sutileza, o aluno autor da redação preferiu não arriscar mecanismos de identificação menos precisos, e optou pelos nomes próprios.

A segurança da identificação é justamente o que norteia a predominância da repetição dos nomes próprios “Raquel” e “Juliana” nas cadeias referenciais em que estes objetos-de-discurso são concorrentes. Os dados não deixam dúvidas: ao todo, 64% das retomadas são feitas pela repetição de “Raquel” ou “Juliana”, fato que prevalece em todas as funções sintáticas abordadas no estudo.

(2) A **Raquel** ficou brava e atravessou... mas ela não sabia que, naquele momento, havia um carro vindo em alta velocidade, então o carro veio com tudo e... desviou da **Raquel** e atropelou a **Juliana**, a cabeça de **Juliana** foi dissipada. A **Juliana** morreu na hora e a **Raquel** nem percebeu o acidente, ela foi para a loja de doces e comprou um pirulito.
(Texto #2)

(3) **Raquel** comenta com **Juliana** sobre tentar voltar, ou continuar em frente até achar um policial, **Juliana** concorda c/achar o policial; mas não de voltar nem de continuar. (Texto #4)

(4) Porém, perdidas no meio do “lixão”, estão duas meninas, Raquel e Juliana decidindo em uma briga a decisão de atravessar a rua, com palavras não adequadas para os sete anos, cada uma decidiu pegar seu caminho, porém **Juliana** cede o seu orgulho e pede perdão para **Raquel**, a convencendo para ficar com **Juliana** esperando no cruzamento. (Texto #8)

(5) **Juliana**, sem a companhia dos pais, estava com medo de atravessar. Mas **Raquel** falava que não tinha problema e que era só atravessar juntas que não iria ter problema. **Juliana** não se convenceu, e ela não iria atravessar sem os pais. Então **Raquel** falou que se a **Juliana** quisesse ficar lá iria ficar sozinha, pois ela iria atravessar. (Texto #11)

A análise dos exemplos (2) a (5) mostra como é comum a utilização dos nomes próprios em situações em que os dois objetos-de-discurso estão presentes no mesmo trecho. A discussão a ser levantada aqui é quando a repetição dos nomes próprios é um expediente necessário para a compreensão da cadeia referencial e quando ela meramente reflete a insegurança ou pouca habilidade do aluno em usar dos outros mecanismos de coesão referencial, especialmente a (re)categorização e anáfora.

Acreditamos que os exemplos listados acima são representativos do que ocorre ao longo dos textos e, abaixo, propomos glosas para fins de explicação:

(2a) A **Raquel** ficou brava e atravessou... mas ela não sabia que, naquele momento, havia um carro vindo em alta velocidade, então o carro veio com tudo e... desviou **dela** atropelou a **Juliana**, a cabeça **dela** foi dissipada. A **menina** morreu na hora e a **Raquel** nem percebeu o acidente, ela foi para a loja de doces e comprou um pirulito.

(3a) **Raquel** comenta com **Juliana** sobre tentar voltar, ou continuar em frente até achar um policial, **ela** concorda c/achar o policial; mas não de voltar nem de continuar. (Texto #4)

(4a) Porém, perdidas no meio do “lixão”, estão duas meninas, Raquel e Juliana decidindo em uma briga a decisão de atravessar a rua, com palavras não adequadas para os sete anos, cada uma decidiu pegar seu caminho, porém **Juliana** cede o seu orgulho e pede perdão para **Raquel**, a convencendo para ficar com **ela** esperando no cruzamento. (Texto #8)

(5a) **Juliana**, sem a companhia dos pais, estava com medo de atravessar. Mas **Raquel** falava que não tinha problema e que era só atravessarem juntas que não iria ter problema. **Ela** não se convenceu, e ela não iria atravessar sem os pais. Então **sua irmã** falou que se a **ela** quisesse ficar lá iria ficar sozinha, pois iria atravessar. (Texto #11)

Através das glosas – que foram realizadas considerando o arcabouço de mecanismos de coesão referencial já apresentado nas seções anteriores – podemos perceber que a repetição é perfeitamente justificável em alguns momentos, como o caso do exemplo (2): as duas ocorrências de “Raquel” estão afastadas o bastante uma da outra no texto – e intermediadas pelas ocorrências de “Juliana” – para que a repetição não soe forçada ou cansativa. Por outro lado, a seqüência “atropelou a Juliana, a cabeça da Juliana foi dissipada. A Juliana morreu na hora”, claramente, apresenta problemas de construção, ao não encontrar uma solução para a relação de posse do substantivo “cabeça”, nem substituir “Juliana”, do período posterior, por uma retomada pronominal ou substituição lexical, que seriam plenamente esclarecidas pela predicação, mesmo com a concomitância do objeto-de-discurso “Raquel” no período anterior.

No exemplo (3), novamente, há a incerteza quanto à predicação; ainda que a forma pronominal “ela” possa se referir tanto a “Raquel” quanto a “Juliana”, parece natural que, se Raquel propõe encontrar o policial, é Juliana quem concorda com a idéia.

Os exemplos (4) e (5) trazem uma mesma situação, a relação do mecanismo de coesão referencial com o discurso indireto. Respectivamente, temos “Juliana cede o seu orgulho e pede perdão para Raquel, a convencendo para ficar com Juliana” e “Juliana não se convenceu, e ele

não iria atravessar sem os pais. Então Raquel falou que se a Juliana quisesse ficar lá iria ficar sozinha, pois ela iria atravessar”. Em ambos os casos, o uso dos nomes próprios depois dos verbos de locução “falar” e “convencer” soa estranho, já que a predicação, motivada pela circunstância do diálogo, é bastante clara, dispensando o uso de uma forma referencial tão precisa quanto a repetição do nome próprio.

A análise dos exemplos (2) a (5) nos direciona para a questão da proximidade da referenciação: quando a expressão lingüística está distante da última ocorrência do objeto-de-discurso, seja dentro do mesmo parágrafo ou em parágrafos diferentes, a repetição do nome próprio se mostra uma ferramenta válida e confortável para a construção do texto. Por outro lado, quando as referências estão próximas uma das outras, a predicação e a presença explícita do outro objeto-de-discurso concorrente tornam a repetição um recurso, de certa maneira, desnecessário, dado o peso que o uso do nome próprio carrega para o texto.

4.4.2 Substituição lexical

Conforme visto no item 5.1.3, a frequência de uso de substituição lexical para a cadeia referencial de “Raquel + Juliana” foi de 34% do total, enquanto a utilização para as cadeias referenciais de “Raquel” e “Juliana” foi de apenas 6%. A substituição lexical dos objetos-de-discurso se deu, majoritariamente, pelo uso de sinônimos – “meninas”, “garotas”, “crianças” -, relações de parentesco – “irmãs” e “filhas”, - e atribuições – como “amigas”. Como é de se esperar, o arcabouço de léxico para substituição lexical está disponível para os dois tipos de cadeias referenciais, o que nos leva a perguntar o que restringe seu uso nas cadeias de “Raquel” e “Juliana”.

A explicação mais natural é a mesma que perpassará a questão da retomada pronominal como mecanismo de coesão referencial: a possível ambigüidade referencial do objeto-de-discurso. Abaixo, listamos alguns exemplos de substituições lexicais para a cadeia referencial de “Raquel + Juliana” (sublinhamos o objeto-de-discurso introduzido e colocamos em negrito as substituições lexicais):

(6) Raquel e Juliana eram melhores amigas. Faziam de tudo para sempre estarem juntas. Um dia, a mãe de Raquel perguntou se **as meninas** gostariam de acompanhá-la para ir comprar roupas e **as meninas** aceitaram. Enquanto estavam lá, Raquel, aventureira do jeito que é, viu um carrinho de pipoca e saiu atrás, sem ao menos avisar a mãe e Juliana foi atrás. (texto #7)

(7) Em um sábado ensolarado Raquel e Juliana, **duas irmãs**, foram ao supermercado com a mãe delas, estava tudo normal, como das outras vezes (...)

As **duas irmãs** começam uma discussão, Juliana tem medo de continuar, pois ela ao menos sabe para onde estão indo. Raquel quer correr e fugir para algum lugar que parecia estar chamando muita atenção da garota.

A mãe das **duas garotas** a este momento está desesperada atrás das duas, ela já havia falado para todos no supermercado e ninguém tinha visto as duas, a mãe ligou para a polícia e se queixou do sumiço das meninas. (texto #28)

(8) Raquel e Juliana eram **duas menininhas** de 7 anos que foram com seus pais ao supermercado, a família ficou umas 3 horas no supermercado mas teve uma hora, que repente os pais perceberam que **suas filhas** tinham se perdido deles, então a mãe ficou desesperada, queria muito achar **suas filhas**. (texto #36)

(9) Raquel e Juliana eram duas irmãs inseparáveis. Nas apenas inseparáveis entre elas, pois acabaram se separando de seus pais.

Em um passeio pelo centro, alienígenas raptaram os pais **das meninas**. Com medo e apavoradas, logo procuraram ajuda aos policiais mais próximos (...)

As meninas, aliviadas, cruzam a rua e falaram com os policiais. Policiais foram em busca dos pais **das pobres crianças**. Após uma longa busca, eles acharam o esconderijo dos grandes e maus aliens, mataram todos, e liberaram os pais **das crianças** antes que os aliens chupassem seus cérebros. (texto #18).

Conforme podemos presenciar nos trechos de (6) a (9) – bem como nos dados estatísticos – o uso de substituição lexical para o objeto “Raquel + Juliana” é comum, apresentando uma quantidade razoável de expressões lingüísticas e ocupando diferentes funções sintáticas.

Há de se notar, porém, a preferência por duas expressões, “meninas” e “duas”, que correspondem, juntas, a pouco mais de 70% das substituições lexicais presentes no corpus (41 e 43 ocorrências, respectivamente, em um total de 118). Podemos entender o uso de “meninas” como um expediente comum na substituição lexical: a utilização de hiperônimos para se remeter ao objeto-de-discurso; mais do que “irmãs” ou “amigas” ou “filhas”, as personagens Raquel e Juliana são, em primeiro lugar, meninas. Além disso, não há nenhum outro objeto-de-discurso no texto com esta mesma propriedade, o que torna “meninas” uma forma de referência inconfundível, considerando que a substituição lexical se dá pela instrução de sentido envolvida na referenciação.

A primeira expressão mais recorrente – “as duas” – foi discriminada por apresentar um comportamento, do ponto de vista semântico, bastante curioso, o que nos levou a caracterizá-la como uma forma de substituição lexical única, ao invés de simplesmente apontar que “as duas” carregaria uma elipse de “as duas (meninas)”, por exemplo. A seguir, trazemos alguns dos trechos em que “as duas” é utilizado:

(10) Raquel não chegou a completar a frase. Não completou porque nesse instante passou um Audi A6 preto. O homem que estava no banco do passageiro abriu a porta e puxou **as duas** para dentro. (Texto #1)

(11) O povo da rua para de andar e se volta para as meninas que estão brigando. Depois de um tempo a mãe das meninas aparece e dá um puxão na orelha **das duas**. (Texto #26)

(12) **As duas** rapidamente começaram a brigar, começaram a insultar uma a outra como duas loucas, e não conseguiam chegar em um acordo. Derrepente **as duas** partiram para a ignorância, começaram a trocar tapas, puchões de cabelo, uma verdadeira guerra (Texto #27)

(13) Juliana briga com Raquel, a mãe de Raquel chega separa **as duas** e conversa; Juliana perdoa Raquel e Raquel pede perdão. (Texto #4)

(14) Apartir disso que ocorreu a confusão, onde Juliana segurava Raquel para não atravessarem e Raquel puxa ela para atravessar. Apartir disso começaram a se catar, e então **as duas** foram atropeladas. (Texto #20)

(15) Todos preocupados com elas, passaram algum tempo as garotas ainda estavam discutindo se atravessavam ou não a rua, foi quando decidiram atravessar saíram correndo para o outro lado e em um piscar de olhos o carro da policia acertou **as duas** em cheio matando-as na hora. (Texto #28)

A opção pelo uso de “as duas”, ao invés de quaisquer uma das outras substituições lexicais, pode ser explicada pela intenção dos participantes de ressaltar o caráter extensivo da expressão, isto é, salientar que Raquel e Juliana estavam envolvidas de forma igual no evento descrito. Os exemplos (10), (14) e (15) nos parecem bastante chamativos: ao escrever que “abriu a porta e puxou as duas”, “as duas foram atropeladas” e “acertou as duas em cheio”, os alunos da pesquisa parecem querer salientar que as duas garotas sofreram as ações, o que talvez não ficasse tão claro se as sentenças fossem “abriu a porta e puxou as meninas”, “as meninas foram atropeladas” ou “acertou as meninas em cheio”, que poderiam deixar margem para que se pensasse que, talvez, uma delas tenha participado do evento com mais intensidade.

Quando a função de sujeito é ocupada por “as duas”, como no exemplo (12), parece haver a especificação de reciprocidade na ação: quando encontramos “as duas partiram para a ignorância”, logo imaginamos que Raquel e Juliana se irritaram com a discussão e decidiram pela agressão, ao passo que “as meninas partiram para a ignorância” pode nos levar a crer que uma das garotas tenha procurado agredir a outra primeiro.

(16) **As duas** saem sozinhas sem avisar e sem pedir permissão, achando que tinham maturidade suficiente para andarem pela cidade sem os pais. Após varias e varias ruas, vários e vários quarteirões, **as duas** começam a notar que estão perdidas, pois não sabem voltar e nem chegar a tal supermercado. (Texto #37)

No exemplo (16), ainda que as ações associadas a “as duas” não denotem reciprocidade, seu uso parece indicar que ambas as garotas participam do mesmo evento, isto é, ambas saem sozinhas e ambas chegam à conclusão de que estão perdidas, e não somente uma delas, não-especificada. A propriedade extensiva de “as duas”, então, nos levou a considerar que se tratava de um recurso distinto dentro da substituição lexical, com implicações para a construção da cadeia referencial.

Se a substituição lexical do objeto-de-discurso “Raquel + Juliana” é ampla e corrente, o mesmo não pode ser dito sobre o que acontece com os objetos “Raquel” e “Juliana”, que apresentam um volume bem baixo de substituições. Como já dito anteriormente, estes objetos possuem propriedades semânticas idênticas, sendo diferenciados, unicamente, por seus nomes próprios (nenhum dos participantes da pesquisa cogitou, por exemplo, conferir características físicas distintas as duas meninas). Ainda assim, o léxico disponível para a substituição de “Raquel” ou “Juliana” é o mesmo de “Raquel + Juliana”.

Parece claro que a diferença entre as substituições lexicais de “Raquel + Juliana” e “Raquel” e “Juliana” se dá pela possibilidade de má interpretação no segundo caso. Contudo, uma comparação entre a frequência de uso das substituições, no que diz respeito a função sintática assumida por elas, fornece elementos interessantes para a análise.

No primeiro tipo de cadeia referencial, a substituição lexical é usada em função de sujeito em 66% dos casos (cf. Tabela 5), enquanto, no segundo tipo, o uso como sujeito corresponde a apenas 26% dos casos (cf. Tabela 15), sendo o restante, nas duas situações, referentes a objeto direto, objeto indireto e complemento nominal.

Se, por um lado, nas cadeias referenciais de “Raquel” e “Juliana”, há a preocupação de não se utilizar uma expressão passível de interpretação incorreta como sujeito, como mostram os dados sobre a utilização esmagadora dos nomes próprios nessa função (cf. Tabela 16), por outro, a substituição lexical encontra espaço nas funções de objeto e complemento, justamente porque a função de sujeito já está preenchida por um elemento plenamente identificável e, na maioria dos casos, as sentenças formadas com verbos transitivos envolvem as duas irmãs, uma em posição de sujeito e a outra em posição de objeto, como é possível ver nos exemplos a seguir:

(17) As duas olham ao redor da agitada rua e não avistam a mãe. Juliana se desespera e não agüenta,cai no choro. Raquel se estressa com a atitude da **irmã** e ordena que ela pare de chorar, mesmo estando com muito medo também. (Texto #26)

(18) Juliana via a **irmã** atravessando, andando tranquilamente, cada vez mais longe ela então saiu correndo em direção a sua **irmã** mas não olhou para nenhum lado de repente... (Texto #30)

(19) No final das contas Raquel fez a vontade da **irmã** e esperaram seus pais na calçada. (Texto #31)

Nota-se, desta forma, que a substituição lexical presente nas cadeias referenciais de “Raquel” e “Juliana” é motivada pela presença explícita do outro objeto-de-discurso concorrente, isto é, se uma das irmãs já foi mencionada, a expressão lingüística só pode estar se referindo a outra.

Neste sentido, o uso majoritário de “irmã” (19 ocorrências, em oposição às quatro ocorrências de “menina”) é explicado pela proximidade da narração do texto. Aparentemente, quando as narrativas estão centradas no modo como as duas garotas se perdem, se mostram mais distantes das personagens, possibilitando o uso de “meninas”, “garotas” etc. Por outro lado, ao descrever o conflito que envolve somente as duas irmãs quanto a atravessar ou não a rua, a relação entre as meninas se sobressai. Se substituíssemos “irmã” por “menina” nos trechos anteriores, teríamos uma sutil quebra da capacidade de identificabilidade da expressão, já que, mesmo sem outros objetos-de-discurso passíveis de serem referenciados pela expressão, “menina” é bem menos específico do que “irmã”, especialmente quando há uma entidade de nome próprio na sentença.

A menor especificidade de “menina” também pode ser evidenciada através de seus usos nas cadeias referenciais de “Juliana” e “Raquel”. Abaixo, trazemos dois exemplos:

(20) Juliana chorava desesperadamente. Pensava em sua casa, sua família, seu cachorro, sua irmã, mas seu pensamento estava fixado principalmente no homem do saco.

No meio da multidão, surge um mendigo. **A menina** se desespera e esconde seu rosto com as mãos. É segurada pelos braços. (Texto #32)

(21) Juliana via a irmã atravessando, andando tranquilamente, cada vez mais longe ela então saiu correndo em direção a sua irmã mas não olhou para nenhum lado de repente... um carro em alta velocidade não conseguiu frear e passou por cima da pequena e frágil Juliana, o motorista fugiu deixando o corpo **da menina** estirado sem vida na rua, pessoas passavam por ali mas nada faziam. Luciana, mãe das meninas, só descobriu o acidente a noite, quando ela estava assistindo o jornal. (Texto #30)

Na redação #32, do exemplo (20), Juliana é abandonada por sua irmã, que decide atravessar a rua sem ela. Sozinha, a personagem atrai a narração do texto para si, o que impulsiona o uso de “menina”, já que o outro objeto-de-discurso passível de ser referenciado pela mesma forma não se encontra “em cena”. Aqui, a predicação é essencial para a identificação do referente, e o uso de “a irmã” como forma referencial não seria tão eficiente. O exemplo (21) também traz um trecho em que a focalização se concentra em Juliana, já que sua irmã havia se afastado. Em ambos os casos, podemos notar como a construção temática das narrativas influencia as formas referenciais.

Retomando a comparação entre o uso de substituição lexical nos dois casos, encontramos indícios de como a função de sujeito é sobrepujante nos textos. No caso de “Raquel + Juliana”, a ausência de concorrência promove a liberdade de escolha de formas para a posição, ao passo que, para “Juliana” e “Raquel”, há a necessidade de uma referência clara para o sujeito da oração, porque dela também dependerá o mecanismo de coesão referencial das funções restantes.

4.4.3 Retomada pronominal

A retomada pronominal, nos textos, se manifesta com o uso do pronome “elas”, para a cadeia referencial de “Raquel + Juliana”, e “ela”, para as cadeias de “Raquel” e “Juliana”, bem como o aparecimento ocasional de formas de próclise e ênclise. Diferente do caso da substituição

lexical, os dados de retomada pronominal, para as duas cadeias, não são, a princípio, conflitantes: “Raquel + Juliana” apresentam 23% de retomadas pronominais, enquanto os objetos-de-discurso “Raquel” e “Juliana” apresentam 11% de frequência. Estes dados são esperados quando relembramos que, assim como ocorria na substituição lexical, a retomada pronominal também está sob risco de não promover a identificação completamente eficaz entre forma referencial e referente; portanto, uma pró-forma como “ela”, vazia de significado, que contém apenas instruções de conexão – procurar por um antecedente singular e feminino – tende a ser evitada quando há presença de objetos-de-discurso idênticos, como são “Raquel” e “Juliana”.

Novamente, porém, mostra-se interessante averiguar a relação existente entre a escolha da forma referencial e a função sintática ocupada por ela na sentença. Para tanto, devemos olhar, primeiro, para as retomadas pronominais da cadeia referencial de “Raquel + Juliana”, como nos exemplos a seguir:

(22) Antes de as meninas ficarem paradas na causada desidindo o que fazer, os pais **delas** iam no supermercado e elas queriam ir juntas... Quando chegaram ao supermercado as meninas não queriam entrar, **elas** queriam ir na loja de doces que ficava do outro lado da rua. Os pais **delas** falaram para **elas** esperar que depois todos eles iriam juntos, mas Raquel como era a mais corajosa queria atravessar a rua com o sinal fechado e a Juliana com seu medo de desobedecer seus pais e também de atravessar a rua, as meninas ficaram discutindo para ver se atravessavam ou não. (Texto #2)

(23) **Elas** estavam esperando seus pais para não ficarem perdidas, então a mãe **delas** apareceu e tudo ficou bom. (Texto #3)

(24) Duas irmãs andavam juntas com seus pais, quando os pais entraram em uma loja e **elas**, distraídas, não perceberam. Quando se deram conta **elas** já haviam se perdido, então **elas** decidiram ir para casa da avó, mas para isso tinham que atravessar a rua. (Texto #11)

(25) Meia hora depois, **elas** já estavam eufóricas com a demora de sua mãe e Raquel queria atravessar a rua para ir embora a pé e começaram a “bater boca”, pois Juliana era medrosa demais e estava com medo dos carros. (Texto #20)

(26) Então as duas viram a voltam até achar um orelhão mais próximo. Dele, **elas** telefonam para seus pais e esperam que eles venham busca-**las**. (Texto #37)

Ainda que a retomada pronominal tenha sido utilizada em todas as funções sintáticas no texto, a Tabela 5 mostra uma razoável preferência para o uso como sujeito (58%), em comparação aos usos como objeto direto, objeto indireto e complemento nominal (13%, 6% e 22%, respectivamente). Dentre os quatro mecanismos de coesão referencial listados, todos são utilizados, majoritariamente, em função de sujeito no que se refere a “Raquel + Juliana”, e isso pode ser explicado pelo desenvolvimento temático: considerando que as duas personagens são o centro da narrativa, é normal supor que elas serão as responsáveis pelas ações apresentadas no texto, isto é, “Raquel + Juliana” serão pouco utilizadas como objetos por não haver outros personagens na trama. Descontadas as ocorrências que servem para introdução do objeto-de-discurso, “Raquel + Juliana” tem, em função de sujeito, 250 ocorrências no corpus (Tabela 6), ao passo que as outras três funções delimitadas possuem apenas 73 ocorrências (Tabelas 7, 8 e 9).

Por outro lado, a análise das ocorrências em relação à função sintática traz um dado interessante sobre a retomada pronominal: embora seja apenas a terceira forma referencial mais freqüente para a posição de sujeito (18%, cf. Tabela 6), é a segunda forma para objeto direto (38%, cf. Tabela 7), primeira para objeto indireto (45%, cf. Tabela 7) e primeira para complemento nominal (47%, cf. Tabela 8), sendo que, nas últimas três formas, a substituição lexical vem em primeiro lugar e segundo lugar, com valores bem próximos. Novamente, retomamos a noção de que a substituição lexical e a retomada pronominal dependem da capacidade de identificabilidade da forma referencial, o que pode levar à ambigüidade. Assim, a prevalência de seu uso em formas “passivas”, isto é, que sofrem a ação de outros agentes que não são o objeto-de-discurso “Raquel + Juliana”, permite formas referenciais menos precisas, como podemos ver nos exemplos a seguir:

(27) Raquel para fazer c/que Juliana atravessasse a rua, bolou um plano; ela gritou para Juliana que as mães estavam do outro lado da rua chamando **elas**, só não dava para escutar por causa dos carros, motos e ônibus businando; Juliana acredita, espera o sinal abrir e com reseio atravessa a rua. (Texto #4)

(28) As duas depois de muita briga resolveram ligar para a mãe. A mãe foi busca-**las**, mas demorou muito. Ela encostou o carro com aquela cara de brava e chingou as irmãs, nunca mais a mãe deixou **elas** andarem sozinhas. (Texto #5)

(29) Todos preocupados com **elas**, passaram algum tempo as garotas ainda estavam discutindo se atravessavam ou não a rua, foi quando decidiram atravessar saíram correndo para o outro lado e em um piscar de olhos o carro da policia acertou as duas em cheio matando-as na hora. (Texto #28)

O uso da retomada pronominal “elas”, em função de sujeito, porém, não é indiscriminado. Em grande parte das redações, o parágrafo inicial, que contextualiza como Raquel e Juliana se perderam, também conta com a presença da personagem da mãe das duas garotas e, em alguns casos, de uma mãe para cada garota. O trecho abaixo exemplifica a situação:

(30) Certo dia, **a mãe** de Raquel e Juliana, convidou suas duas filhas para irem ao centro da cidade para fazerem compras, claro que as duas garotas aceitaram o convite de sua mãe. (Texto #10)

Desta forma, a retomada por “elas”, em função de sujeito, não se mostra mais tão simples, já que pode se referir tanto a “Raquel + Juliana” como a “Raquel + Juliana + mãe”, “Raquel + Juliana + mães”, ou até mesmo “mães”. Nos trechos abaixo, trazemos exemplos em que é possível notar essa situação:

(31) Certo dia, Raquel e Juliana saíram com sua mãe, foram até o centro da cidade de São Paulo.

Enquanto sua mãe estava fazendo compras em um varejão, **as duas** resolveram ir até uma joalheria que estava a dois quarteirões dali. (Texto #19)

(32) Na manhã de sábado, Juliana e Raquel foram fazer compras com sua mãe num supermercado do centro do Rio de Janeiro.

Entram todas juntas e **as meninas** foram dar uma olhada na sessão de brinquedos enquanto sua mãe esperava a vez na fila do açougue. (Texto #20)

(33) Raquel e Juliana, duas amigas, saíram a noite com suas mães para fazerem compras, no centro da cidade. Suas mães entravam e saíam das lojas a todo momento, sem comprada nada em cada uma delas; depois de um certo tempo isso começou a cansar **as meninas**, como as mães estavam muito distraídas com as compras, Raquel, a mais levada e corajosa deu a idéia de ela e Juliana ir dar uma volta. Juliana não gostou muito da idéia, mas depois de Raquel insistir muito, ela aceitou. (Texto #24)

(34) Em uma noite fria de segunda-feira, duas meninas caminham com sua mãe na cidade de São Carlos. A noite está agitada e as meninas estão comprando roupas no centro da cidade.

As duas se distraem olhando para uma vitrine brilhante que mostra roupas da moda. (Texto #27)

Nos exemplos (31) a (34), o objeto-de-discurso “Raquel + Juliana” é retomado por substituição lexical – “as meninas” e “as duas” – justamente porque a retomada pronominal “elas” poderia remeter a totalidade das personagens em questão, isto é, às mães e às meninas. Isto é particularmente saliente nos exemplos (32) e (34), em que a substituição por “elas” poderia prejudicar a interpretação, já que a predicação não é capaz de esclarecer o referente.

A utilização de retomada pronominal para a construção das cadeias referenciais de “Raquel” e “Juliana”, como vem sendo repetido, encontra um obstáculo evidente na possibilidade real de que o referente possa ser mal interpretado, já que o pronome “ela” tem a capacidade de se referir a qualquer uma das duas garotas. Isto fica claro pela baixa frequência de retomadas pronominais no corpus (11% do total, cf. Tabela 10), bem como sua utilização de acordo com as funções sintáticas: 8% para sujeito, 20% para objeto direto, 12% para objeto indireto e 8% para complemento nominal (cf. Tabelas 16, 17, 18 e 19, respectivamente).

Como as restrições ao uso de retomada pronominal são claras, cabe a nossa investigação procurar descobrir em quais casos a retomada é permitida. Para isso, isolamos três situações distintas, a que passamos a nos reportar adiante.

A primeira possibilidade de uso de retomada pronominal é a presença isolada de um dos objetos-de-discurso concorrentes, isto é, um foco completo sobre uma das personagens, que deixa a outra de lado por alguns momentos. Considerando que a anáfora dá instruções de conexão para a identificação do termo antecedente, somente é necessário que este objeto-de-discurso em questão esteja razoavelmente afastado de outros referentes potenciais. Abaixo, trazemos alguns exemplos:

(35) A Raquel ficou brava e atravessou... nas **ela** não sabia que, naquele momento, havia um carro vindo em alta velocidade, então o carro veio com tudo e... desviou da Raquel e atropelou a Juliana, a cabeça de Juliana foi dissipada. (Texto #4)

(36) Enquanto caminhavam, Raquel resolveu fazer um outro caminho sendo que **ela** não sabia como iria chegar ao mercado, mas mesmo assim elas foram por o caminho desconhecido. (Texto #5)

(37) Raquel que era a irmã mais corajosa, queria atravessar e ir para sua casa, já que **ela** estava crente que sabia o caminho de sua casa, as duas estavam discordando entre si pois a rua estava muito movimentada e Juliana temia que elas não conseguissem atravessar a tempo e algo acontecesse. (Texto #30)

Considerando os exemplos (35) a (37), podemos perceber uma propriedade presente em todos os textos: a retomada pronominal tem uma aplicação curta, isto é, não é utilizada para se referir a objetos-de-discurso que estejam demais afastados dela. Ao longo das redações, podemos notar como a retomada somente se aplica ao parágrafo em que está contida, referenciando o objeto-de-discurso que inicia o trecho. A seguir, trazemos uma passagem em que a retomada se volta para um objeto-de-discurso de outro parágrafo:

(38) Como Juliana era medrosa, **ela** não queria, foi então que seus pais apareceram do outro lado da rua e Raquel atravessou. Já do outro lado, Raquel e seus pais gritaram:

- Corre, vem logo! O sinal vai fechar.

Para o desespero deles, um caminhão veio em **sua** direção quando **ela** estava atravessando. (Texto #6)

A identificação do referente de “ela”, no trecho final, só é possível pela predicação sobre o termo, e o desenvolvimento temático da narrativa, que contrapõe dois grupos distintos de personagens: Raquel e seus pais de um lado e Juliana de outro. Momentaneamente, Juliana se configura como o único personagem passível de ser atingido pelo caminhão, já que seria impossível pensar que “ela”, no trecho final, se refere à Raquel, que está com os pais. Por outro lado, a forma pronominal possessiva “sua”, não fosse esclarecida pela continuidade da frase, provocaria uma má interpretação da passagem, já que retoma, inicialmente, “Raquel e seus pais”. Com este trecho, é possível perceber como a utilização da retomada pronominal com uma área de alcance ampla, englobando outros referentes possíveis, precisa ser evitada na presença de objetos-de-discurso concorrentes.

A presença, ao menos momentânea, de um único objeto-de-discurso a ser referenciado pela forma pronominal “ela” divide espaço com a presença dos dois objetos-de-discurso, “Raquel” e “Juliana”, no mesmo trecho. Nesta circunstância, a retomada pronominal também pode ser utilizada, desde que o objeto-de-discurso a que o pronome não irá se reportar esteja explicitado, impedindo a ambigüidade. Casos assim acontecem em sentenças que envolvem uma das personagens como sujeito e a outra como objeto, como podemos ver nos seguintes trechos:

(39) Apartir disso que ocorreu a confusão, onde Juliana segurava Raquel para não atravessarem e Raquel puxa **ela** para atravessar. Apartir disso começaram a se catar, e então as duas foram atropeladas. (Texto #20)

(40) Raquel muito preocupada querendo achar sua mãe resolve tentar atravessar, mas sua amiga Juliana fala para **ela** não fazer isso porque é perigoso (Texto #26)

(41) Raquel se estressa com a atitude da irmã e ordena que **ela** pare de chorar, mesmo estando com muito medo também. (Texto #27)

(42) De repente Juliana parou na calçada enquanto sua mãe atravessava a rua, Raquel vendo que **ela** parou foi ver o que aconteceu com **ela**.(Texto #41)

(43) No final Raquel cansada resolve ir embora e deixa **ela** enquanto Juliana fica ali para sempre. (Texto #41).

Há de se notar algumas particularidades nestes exemplos, compartilhadas por outras passagens do corpus. No exemplo (39), o aluno deu preferência pelo uso da repetição do nome próprio “Raquel”, formulando “Juliana segurava Raquel para não atravessarem e Raquel puxa ela”, ao invés de “Juliana segurava Raquel para não atravessarem e ela puxa Juliana”. Como mencionado anteriormente, temos, aqui, um exemplo de como a função de sujeito se sobrepõe em importância às outras, promovendo o uso da entidade de nome próprio, que não deixa dúvidas a respeito de sua identificação. Por outro lado, se tomarmos rigidamente a concepção de que a retomada pronominal recupera o termo antecedente, acreditaríamos que Raquel puxa a si mesma na situação, já que o antecedente imediato é, justamente, “Raquel”.

O uso da retomada pronominal “ela”, com a presença do outro objeto-de-discurso na mesma sentença, parece remeter, obrigatoriamente, ao objeto não mencionado, como é caso do exemplo (43). Ainda que a construção soe estranha, ela é eficaz na tarefa de identificação de referente já que, ao longo do trecho, só há dois objetos possíveis: “Raquel” e “Juliana”; como “Raquel” já está explicitado e o verbo “deixar” não apresenta, aqui, natureza reflexiva, “ela” só pode se referir a “Juliana”. Neste trecho, também, podemos notar a importância da função de sujeito; o aluno deu preferência à retomada pronominal “ela” para a função de objeto direto, e o uso da entidade nomeada “Juliana” para a oração seguinte, ao invés de construir “Raquel cansada resolve ir embora e deixa Juliana enquanto ela fica ali para sempre”.

Por fim, a última possibilidade de uso de retomada pronominal para recuperação de “Raquel” ou “Juliana”, quando os dois objetos-de-discurso estão próximos, é a predicação:

(44) Juliana via a irmã atravessando, andando tranquilamente, cada vez mais longe **ela** então saiu correndo em direção a sua irmã mas não olhou para nenhum lado de repente... um carro em alta velocidade não conseguiu frear e passou por cima da pequena e frágil Juliana (Texto#31)

(45) Juliana, sem a companhia dos pais, estava com medo de atravessar. Mas Raquel falava que não tinha problema e que era só atravessar juntas que não iria ter problema. Juliana não se convenceu, e **ela** não iria atravessar sem os pais. Então Raquel falou que se a Juliana quisesse ficar lá iria ficar sozinha, pois **ela** iria atravessar. (Texto #11)

(46) A Raquel ficou brava e atravessou... nas ela não sabia que, naquele momento, havia um carro vindo em alta velocidade, então o carro veio com tudo e... desviou da Raquel e atropelou a Juliana, a cabeça de Juliana foi dissipada. A Juliana morreu na hora e a Raquel nem percebeu o acidente, **ela** foi para a loja de doces e comprou um pirulito. (Texto #2)

No exemplo (44), a princípio, “ela” pode tanto se referir a Raquel quanto a Juliana, especialmente porque a expressão lingüística para a outra menina não faz uso do nome próprio, mas sim da substituição lexical “sua irmã”. A identificação só é completa com a leitura de todo o parágrafo que informa, ao final, que Juliana foi atropelada por um carro, logo, quem saiu correndo e não olhou para nenhum lado foi ela, e não Raquel. No exemplo (45), podemos identificar que a retomada pronominal “ela”, de “ela não iria atravessar sem os pais”, se refere a Juliana porque, anteriormente, foi descrita sua recusa em agir, enquanto a forma “ela”, de “pois ela iria atravessar”, se refere a Raquel, que deixa claro que não vê problemas em atravessar a rua. Por fim, no exemplo (41), o pronome “ela”, de “ela foi para a loja de doces e comprou um pirulito” só pode se referir a Raquel, já que Juliana sofre um acidente e morre, no trecho anterior.

Nos três exemplos, ainda que a retomada pronominal volte-se para o termo imediatamente anterior, a segurança da identificação só vem através da predicação sobre os personagens.

4.4.4 A elipse

Nos dois tipos de cadeia referencial em estudo, o uso de elipse se mostra razoavelmente comum (36% com “Raquel + Juliana” e 19% com “Raquel” e “Juliana”, cf. Tabela 20).

Entretanto, cabe dizer que a utilização de elipses segue motivações diferentes em cada uma das cadeias, valendo-se da natureza delas.

Abaixo, trazemos alguns exemplos de elipse na cadeia referencial de “Raquel + Juliana”, representando a posição vazia com o símbolo Ø:

(47) Quando chegaram ao supermercado as duas garotas não queriam ficar com a mãe e Raquel pediu para dar uma volta com Juliana. A mãe deixou. As duas foram alegremente pra a rua, Ø andaram, e Ø chegaram a um parque e por lá Ø ficaram um bom tempo. (Texto #5)

(48) Por um minuto que a mãe se distraiu, as irmãs já se disperceram. Quando Ø foram ver, já Ø estavam no meio da avenida, prestes a atravessar. Ø Ficaram horas e horas discutindo pois, Raquel queria atravessar e Juliana estavam com medo. (Texto #9)

(49) Duas amigas de 7 anos estavam indo comprar um presente para outra amiga, mas por não conhecerem o caminho muito bem Ø acabaram se perdendo. (Texto #12)

Como é possível perceber, a elipse funciona através do preenchimento da posição vazia, motivada pelo co-texto. A proximidade dos verbos das orações que compõem os parágrafos favorece o uso de elipse, já que a utilização de um sintagma nominal quebraria o ritmo da sentença, tornando-a repetitiva. Em sentido mais estrito, a elipse faz valer a prevalência da função de sujeito: como o foco do parágrafo reside sobre as personagens Raquel e Juliana, certamente que as ações são praticadas por elas, mesmo que isto não esteja expresso. A força da posição de sujeito permite que a elipse seja construída sobre um objeto-de-discurso não necessariamente do mesmo parágrafo, como nos exemplos abaixo:

(48) Raquel e Juliana eram melhores amigas. Faziam de tudo para sempre estarem juntas. Um dia, a mãe de Raquel perguntou se as meninas gostariam de acompanhá-la para ir comprar roupas e as meninas aceitaram. Enquanto estavam lá, Raquel, aventureira do jeito que é, viu um carrinho de pipoca e saiu atrás, sem ao menos avisar a mãe e Juliana foi atrás.

Quando Ø voltaram, satisfeitas com a pequena aventura, Ø perceberam que a mãe de Raquel já não estava mais lá. Ø Ficaram perdidas e atormentadas com o ocorrido e Ø foram até a esquina de uma rua movimentada para ver se tinha alguma sorte. (Texto #7)

(49) As mães entraram em uma loja e as meninas as seguiram. Essas não perceberam que as mães estavam longe e acabaram se perdendo.

Procuraram por toda a loja e não encontraram. Saíram da loja e não sabiam para onde seguir. Chegaram até a esquina e tinham que atravessar a rua. Sabiam que tinham que atravessa a faixa de pedestres, então foram até ela. (Texto #43)

Um exemplo curioso encontrado nas redações é o de uso de elipse sendo preenchida por um objeto-de-discurso do parágrafo anterior, mas somente esclarecido pela predicação:

(50) Raquel e Juliana eram duas irmãs inseparáveis. Mas apenas inseparáveis entre elas, pois acabaram se separando de seus pais.

Em um passeio pelo centro, alienígenas raptaram os pais das meninas. Com medo e apavoradas, logo Ø procuraram ajuda aos policiais mais próximos. (Texto #18)

No exemplo (50), considerando que o preenchimento da elipse é guiado pelo contexto, mas também por questões sintáticas, como a manutenção da função e a concordância verbal, a primeira opção para a forma verbal “procuraram” é o objeto-de-discurso “alienígenas”, imediatamente antecedente. Porém, a predicação e a informação veiculadas no trecho permitem compreender que quem procurou ajuda foram as meninas, expressas no primeiro parágrafo.

O uso da elipse para a cadeia referencial de “Raquel + Juliana” acaba adquirindo uma implicação importante na identificação dos objetos-de-discurso. Considerando que “Raquel + Juliana” se trata de um sintagma nominal plural que, naturalmente, promove a concordância verbal, as posições vazias antes de verbos no plural, em qualquer ponto do texto, são majoritariamente preenchidas por “Raquel + Juliana”.

(51) No final das contas Raquel fez a vontade da irmã e Ø esperaram seus pais na calçada. (Texto #32)

(52) Então, Raquel que era mais corajosa, disse que Ø esperariam o sinal de pedestre abrir e Ø atravessariam para voltar para casa e finalmente ligar para seus pais e dizer que Ø estavam bem, mas Juliana que tinha medo de atravessar, disse que Ø esperariam ali para que alguém as achassem, então, Ø começaram a discutir, Raquel já nervosa com a irmã, esperou o sinal abrir e puxou Juliana pelo braço, atravessando a rua. (Texto #39)

(53) Olhando para o relógio da igreja Juliana percebe que está ficando tarde (o relógio mostrava 17:55). Juliana se desespera, achando que nunca mais veria sua mãe, que alguém poderia seqüestra-las, pois não Ø sabiam voltar para casa; é claro que não Ø saberiam voltar, pois Ø estavam em outra cidade. (Texto #4)

(54) Após longos quinze minutos de discussão, Raquel se estressou com Juliana, Ø saíram no braço e Juliana foi atropelada por um carro que passou rente a calçada. (Texto #21)

A utilização de elipses para a cadeia referencial de “Raquel” e “Juliana”, os objetos-de-discurso concorrentes, segue a mesma lógica de “Raquel + Juliana”: posição de sujeito vazia, antecedendo verbos em seqüência e próximos, como é possível ver nos exemplos a seguir:

(55) Raquel mais apressada e mais independente saiu na frente e Ø acabou indo para fora do shopping, para sua. A rua estava muito movimentada, com ônibus, carros, motos, bicicletas e pedestres. Juliana estava assustada e Ø pedia para Raquel ir com calma, parar de correr. Obrigatoriamente, Raquel teve que parar para atravessar a rua, pois o sinal estava aberto e os carros estavam passando com muita velocidade. Juliana conseguiu chegar até ela e Ø falou ofegante (Texto #25)

(56) Raquel nem ouve e Ø tenta atravessar e Juliana fica parada observando sua amiga. Raquel consegue atravessar e Ø grita para Juliana passar também (Texto #26)

(57) Raquel quer sair e procurar seus pais, mais Juliana não quer, Ø está com medo de sair sozinha sem seus pais. Raquel não aceita isso e Ø começa a criticar Juliana (Texto #30)

Diferentemente do que acontece na cadeia referencial de “Raquel + Juliana”, em que a elipse poderia ser preenchida por um objeto-de-discurso até mesmo do parágrafo anterior, no caso de “Raquel” e “Juliana”, o escopo de recuperação é bem mais limitado, se restringindo a oração anterior, quase sempre em um contexto de orações coordenadas aditivas, como visto em trechos dos três exemplos. Neste sentido, a elipse é eficaz por não deixar nenhuma forma de dúvida quanto à natureza do objeto-de-discurso a preencher a posição vazia, já que sua área de trabalho é bastante pequena e, assim, não conjuga a presença de outros objetos-de-discurso potenciais.

A manutenção da função sintática se mostra um mecanismo essencial para o funcionamento da elipse. Ainda assim, encontramos algumas ocorrências no corpus que trazem tentativas de mudança e, assim, proporcionam sentenças, no mínimo, curiosas.

(58) Por um minuto que a mãe se distraiu, as irmãs já se disperceram. Quando foram ver, já estavam no meio da avenida, prestes a atravessar. Ficaram horas e horas discutindo pois, Raquel queria atravessar e Juliana estavam com medo. Raquel decidiu ir sozinha e atravessou; Juliana ficou com medo de ficar sozinha e Ø ficou pensando se Ø iria ou não atravessar e Ø atravessou. Mais, foi tarde, já Ø estava no meio da rua e Ø decidiu voltar. Ai o caminhão veio correndo, passo em cima dela e Ø morreu. (Texto #9)

No exemplo (58), o objeto-de-discurso “Juliana” é retomado por elipses até o final do parágrafo; entretanto, a última sentença, “Ai o caminhão veio correndo, passo em cima dela e morreu”, é visivelmente problemática, ainda que a predicação e a situação nos permitam compreender que a vítima do acidente é Juliana. Nesta situação, podemos levantar duas explicações para a construção.

A primeira retoma o que havíamos dito sobre o escopo reduzido da recuperação da elipse. Nas sentenças anteriores, é possível preencher a posição vazia sem problemas porque o objeto-de-discurso “Juliana” está próximo o bastante da elipse, não promovendo uma busca mais ampla pelo referente. Por outro lado, na última sentença, o objeto-de-discurso “o caminhão” é a

expressão mais próxima da elipse, e vai de encontro a especificação gramatical do verbo “morrer”, na forma singular. Além disso, há, na última sentença, uma elipse, em posição de sujeito, ocupada por “o caminhão”, com a forma verbal “passou”. Desta maneira, a construção mais sintaticamente lógica para a progressão das formas verbais “veio correndo”, “passo” e “morreu” é de que todos tenham, como sujeito, o caminhão. Imagina-se, então, que a tentativa do aluno foi de recuperar, na posição vazia do verbo “morrer”, o objeto-de-discurso do período anterior, “Juliana”, que também ocupou a posição de sujeito vazia promovida pela elipse. Tem-se, assim, uma cadeia referencial em intersecção com outra e, não fosse a predicação voltada para “Juliana”, a identificação do sujeito de “morreu” teria sido absolutamente comprometida.

Por outro lado, levantamos também uma segunda hipótese para este uso incomum: uma tentativa de estabelecer uma elipse em uma função sintática distinta do termo antecedente. Tomando novamente a última sentença “Aí o caminhão veio correndo, passo em cima dela e morreu”, a tentativa do aluno talvez tenha sido preencher a posição vazia de sujeito de “morreu” com “ela”, do adjunto adverbial “em cima dela”. Tal recurso, ainda que tenha funcionado, se mostra incomum na língua.

Finalizada a análise de cada um dos mecanismos de coesão referencial, partimos, no último capítulo, para uma apreciação do trabalho dos alunos, considerando os três planos mencionados anteriormente – textual, enunciativo e linguístico – e as relações que podemos estabelecer entre a abordagem dos livros didáticos e o que presenciamos nas redações dos alunos.

5 MATERIAL DIDÁTICO E PRODUÇÃO ESCOLAR: ARTICULAÇÕES

Depois do apanhado histórico sobre os estudos da coesão, e uma breve análise sobre como o tema é tratado no material didático destinado ao Ensino Médio, prosseguimos com a análise do uso de mecanismos de coesão referencial, a partir da proposição de uma redação a alunos de Ensino Médio. Assim, obtivemos um olhar sobre as duas pontas do processo: a teoria apresentada na escola e a prática realizada pelos alunos. Considerando tudo isso, atingimos a etapa final deste trabalho, que, agora, vai a duas direções: a primeira é relacionar o trabalho dos alunos com o material didático, o que nos possibilitará ver se existe sintonia entre ambos ou não. As descobertas deste primeiro momento irão guiar a proposição, na segunda parte, de formas de se trabalhar a coesão referencial para solucionar os problemas encontrados.

A natureza da proposta de redação utilizada para averiguar como os alunos de Ensino Médio fazem uso de mecanismos coesivos carregava a potencialidade de uma tragédia: ao serem obrigados a lidar com personagens praticamente idênticos, caberia aos alunos, em tese, um enorme cuidado para evitar as armadilhas da ambigüidade referencial, a possibilidade de que as formas referenciais empregadas identificassem um referente equivocado.

A primeira descoberta proveniente da análise dos dados, no capítulo 5 é esclarecedora: não há, em nenhuma das 45 redações do corpus, um único trecho em que a identificação de referentes tenha sido prejudicada por um uso incorreto ou pouco eficaz dos mecanismos de coesão referencial. Mesmo em passagens em que as personagens Raquel e Juliana se entrecruzavam na narrativa, os alunos obtiveram um desempenho plenamente satisfatório na construção das cadeias referenciais.

Se, mesmo dentro de uma situação anômala e específica, os alunos não tiveram qualquer tipo de dificuldade, podemos afirmar, com um alto grau de certeza, que a coesão referencial não é um tópico problemático para os alunos de Ensino Médio, o que ecoa, diretamente, o tratamento breve que os materiais didáticos dispensam ao tema. Se não é necessário “ensinar” ao aluno como realizar uma referência – já que ele sabe como fazer isso, como comprova a aplicação da redação – cabe ao livro didático uma explicação simples, que acaba por dar mais espaço às questões de coesão seqüencial.

A ausência de dificuldade em se utilizar mecanismos de coesão referencial, porém, não os torna desprovidos de sua própria complexidade, o que é outro fato apontado pela análise das redações. Enquanto os materiais didáticos tratam dos mecanismos de coesão referencial como peças intercambiáveis, enumerando possibilidades supostamente equivalentes, cuja única finalidade é evitar repetições de termos através de substituições, as redações analisadas mostram que não apenas a repetição é um mecanismo perfeitamente válido, como as outras possibilidades – retomada pronominal, substituição lexical e elipse – apresentam propriedades distintas, de que os alunos têm consciência e fazem uso.

A preocupação demonstrada pelos materiais didáticos com relação à repetição de termos se mostra, como é possível ver nos capítulos anteriores, razoavelmente limitada, já que incide sobre uma única circunstância: a repetição de elementos próximos. Exercícios como os propostos por Carneiro (2001), por exemplo, para solucionar problemas de repetição de termos, exploram a situação dentro de uma única sentença, como “O professor queria usar o computador, mas não sabia ligar o computador”. Valer-se de um exemplo como este para tratar da repetição parece-nos um expediente bastante questionável, por dois motivos: o primeiro é de que sentenças assim soam pouco naturais, isto é, dificilmente seriam produzidas por um falante; segundo, porque, se a coesão é a amarração de um texto, limitar a substituição ao escopo de uma sentença é tratar superficialmente da questão.

As redações coletadas mostraram como a repetição de termos é uma forma válida de realizar a coesão referencial, especialmente se consideramos que os textos apresentam volume superior a duas frases conectadas apenas a título de exemplo, como fazem os materiais didáticos. Mesmo nos casos das cadeias referenciais de “Raquel” e “Juliana”, onde os números de repetição são grandes, há poucas situações como as sugeridas pelos livros, com a repetição dos nomes próprios em um mesmo período.

Ao menos no corpus estudado, é de extrema importância ressaltar o caráter organizador da repetição de termos. Como foi possível observar através dos dados numéricos e da análise de alguns trechos, a repetição dos nomes próprios “Raquel” e “Juliana”, majoritariamente em posição de sujeito, proporciona o uso de substituições lexicais e retomadas pronominais para as outras posições sintáticas. Especialmente no caso das cadeias referenciais que estavam sob a possibilidade de ambigüidade referencial, o uso dos nomes próprios no início de trechos funcionou como uma espécie de âncora, permitindo os outros mecanismos, como se houvesse

algum tipo de regência entre a forma referencial mais especificada (a repetição) e as menos especificadas (a retomada pronominal e a substituição), o que ajuda a entender porque, no corpus, a frequência de orações como “Raquel puxou a irmã” é muito superior a “a irmã puxou Juliana”.

As redações analisadas também mostraram a superficialidade com que a substituição lexical é tratada pelos materiais didáticos. Ainda que alguns deles sejam minuciosos em suas descrições, categorizando sinônimos, hiperônimos e expressões nominais, nenhum atenta para aquilo que pudemos notar nas redações: que a utilização de itens lexicais para referência obedece critérios além da simples troca.

A substituição lexical não serve, unicamente, para evitar a repetição de termos, mas pode ampliar o conteúdo informacional do objeto-de-discurso em questão, seja pelos usos mais comuns de sinonímia e hiperonímia, ou por construções metafóricas ou metonímicas. Infelizmente, os dois últimos casos são praticamente inexistentes no corpus, já que a ausência de uma caracterização maior para as duas personagens impossibilitou qualquer tipo de substituição que fosse além da hiperonímia. Acreditamos que isto se deve, justamente, a falta de uma preparação mais incisiva para a confecção dos textos: a aplicação da proposta orientou os alunos a apenas escreverem sobre as personagens e o conflito, sem sugerir nenhuma contextualização maior. Neste sentido, podemos refletir que, se muitas vezes os alunos são responsabilizados pela fragilidade e ausência de criatividade das substituições lexicais, isto ocorre devido à falta de um trabalho anterior de construção de cenários. Raquel e Juliana, as duas personagens sugeridas, são, para os alunos, meramente dois nomes que devem brigar.

A utilização de hiperônimos e sinônimos, pelos alunos, traz à tona a discussão sobre a validade da sinonímia, apresentada muitas vezes, pelos materiais didáticos, como uma troca exata de termos. As substituições lexicais disponíveis para “Raquel” e “Juliana” são, em teoria, as mesmas para “Raquel e Juliana”, utilizadas no singular. Seria possível a presença de “menina”, “filha”, “irmã”, “garota”, “criança”, todas expressões lingüísticas com algum grau de aproximação. Entretanto, o que se vê é a predominância de “irmã”, algum uso de “menina” e o completo desaparecimento das outras expressões. Se, afinal, elas podem ser consideradas sinônimas, o que poderia explicar a recusa em sua utilização?

Mesmo que intercambiáveis em alguns contextos, expressões lingüísticas tidas como “sinônimas” apresentam características distintas, e isto parece ter sido apreendido pelos alunos: a opção pela utilização de “menina”, em situações em que o outro objeto-de-discurso concorrente

não estava presente, por exemplo, indica a preocupação com a ambigüidade; por outro lado, a ausência de “criança” para tratar somente de Raquel ou de Juliana parece manter relações com a imprecisão do termo: uma criança não seria, necessariamente, uma das duas meninas, dando margem para a presença de outro personagem. Tais considerações trazem a discussão para uma dicotomia bastante sutil entre a falta de habilidade dos alunos em se valer de outras palavras para “Raquel” ou “Juliana” e a habilidade em notar como determinadas palavras não seriam satisfatórias.

A retomada pronominal, que se mostrava mais suscetível a equívocos, dada a possibilidade de ambigüidade referencial no corpus, também caminha na direção oposta do que é apresentado pelos materiais didáticos: enquanto os livros mencionam, brevemente, uma infinidade de pronomes, os alunos construíram sentenças utilizando formas pronominais, das quais distinguimos três, em especial: a primeira, em que o referente se encontra isolado, faz valer a máxima da busca do antecedente ancorada nas instruções de conexão, promovendo uma relação entre referente e forma referencial sem nenhum tipo de incômodo. O escopo reduzido da retomada pronominal faz com que a ambigüidade referencial apenas fique saliente quando as duas personagens eram mencionadas próximas uma da outra no texto, isto é, na mesma sentença ou no mesmo parágrafo.

Nestes casos, a ambigüidade referencial foi dissolvida pela indicação explícita de um dos objetos-de-discurso, através da repetição do nome próprio, em contrapartida à presença da pró-forma como forma referencial do outro objeto: em um universo reduzido de apenas dois personagens, se um deles está referido nominalmente, qualquer outra expressão lingüística só pode se referir ao outro – não apenas no caso da retomada pronominal, mas também com o uso de substituições lexicais. Já quando os dois objetos-de-discurso se encontravam próximos, e não estavam posicionados em uma relação do tipo sujeito-objeto, a predicação deu conta de esclarecer o referente.

Por fim, o uso da elipse apresentou quantidades razoáveis nos dois tipos de cadeia referencial, e dois aspectos chamam a atenção. Inicialmente, tomamos a elipse como um espaço vazio preenchido pelo co-texto; contudo, quando as cadeias referenciais de “Raquel” ou “Juliana” eram permeadas pela cadeia referencial de “Raquel + Juliana”, a elipse funcionava através de uma espécie de instrução de conexão, a exemplo da pró-forma, apenas mais limitada: se, com a pró-forma, temos informações sobre gênero e número, a elipse carrega a instrução de número (e,

ainda que isto não tenha acontecido no corpus, de pessoa): espaços vazios diante de verbos no plural se referiam à “Raquel + Juliana”, ao passo que os verbos no singular indicavam “Raquel” ou “Juliana”.

A segunda propriedade saliente na elipse é, também, aquela que influenciou todos os outros mecanismos de coesão referencial: a força da função de sujeito. As elipses – salvo casos incomuns, que relatamos no item 5.3 – ocuparam a função de sujeito, a partir da conservação de estruturas do tipo [sujeito determinado] + verbo, [elipse] + verbo, [elipse] + verbo. Neste sentido, o uso da elipse se aproxima da pró-forma: em orações coordenadas, a manifestação do sujeito na primeira delas, sem a presença do outro objeto-de-discurso concorrente, promove um tipo de “soberania” no período, isto é, as formas que contém apenas instrução de conexão, primordialmente, irão se ligar ao primeiro sujeito expresso daquele trecho.

Cumprido dizer, contudo, que as redações não apresentaram problemas dentro de uma perspectiva textual: se a primeira intenção era “testar” os alunos sobre sua capacidade de manter, com sucesso, as cadeias referenciais de Raquel e Juliana, de modo claro o suficiente para que o leitor jamais se perdesse no texto, podemos afirmar que houve sucesso. As pistas dadas pelo falante para que o ouvinte identificasse e recuperasse ora Raquel, ora Juliana foram completamente eficazes, fazendo uso dos mecanismos dispostos pela língua. Porém, se consideramos o plano argumentativo, ainda há o que ser melhorado. De acordo com Ducrot (*apud* SARGENTINI, 1991, p.116), o texto deve obedecer “uma condição de progresso: cada enunciado deve contribuir para o desenvolvimento do texto com novas informações. Caso contrário, o texto tornar-se-á uma repetição constante”.

O que verificamos na produção dos alunos, com o acúmulo de repetições, é que, embora funcionem textualmente para recuperar seus referentes, elas nada adicionam ao plano da informação. Ao longo dos textos, as personagens Raquel e Juliana são, estritamente, dois nomes próprios, sem características físicas e psicológicas, e o pouco que se sabe sobre elas vem do uso de substituições lexicais, que as caracterizam como meninas, amigas ou irmãs.

Falta na produção textual dos alunos, portanto, o caráter argumentativo da linguagem, que não se trata de uma propriedade opcional, mas, de acordo com Koch (1984, p.19)

Por meio do discurso – ação verbal dotada de intencionalidade – [o homem] tenta influir sobre o comportamento do outro ou fazer com que compartilhe determinadas opiniões. É por esta razão que se pode afirmar que o ato de

argumentar constitui ato linguístico fundamental, pois a todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia.

Tornando a falar sobre a proposta, podemos notar como, ao constituir as personagens, há, na produção dos alunos, certa fragilidade em sua confecção, que parece não ter nenhuma intenção de convidar o leitor a se posicionar perante a situação das duas meninas. Ao praticamente não enfatizar suas personalidades, os alunos tornam Raquel e Juliana dois nomes próprios, e suas características iniciais – a coragem e a covardia – se perdem pelo texto. Em nenhum momento há a preocupação ou intenção de convencer o leitor de que as duas meninas agem motivadas por suas propriedades.

A progressão do texto torna-se, então, meramente narrativa: a trama apenas se desenvolve com a sucessão de eventos, não através das personagens. Ainda de acordo com Koch (1984, p.23), “a progressão do texto se dá, justamente, por meio de articulações argumentativas, de modo que se deve considerar a orientação argumentativa dos enunciados que compõem um texto como fator básico de coesão e coerência textuais”. Ao usar das repetições para se referir às personagens, e utilizar hipônimos ou hiperônimos, os alunos deixam clara a fraqueza argumentativa de seus textos: se não é necessário informar e convencer o leitor sobre as personagens, também não é necessário investir nos mecanismos de coesão referencial para atingir este convencimento.

Os textos dos alunos funcionam em nível textual, mas falham na argumentação – o que poderíamos exprimir do seguinte modo: funcionam no dizer – porque apresentam os fatos com consistência, de modo claro, sendo que as referências dentro do texto sempre conseguem identificar e recuperar seu alvo – mas falham no mostrar – já que os textos se resumem à apresentação dos fatos. Contudo, se a argumentação é parte fundante do uso que se faz da língua, seu fracasso no texto não pode ser atribuído ao falante. Em outras palavras, não falta ao aluno motivação e intenção de construir seu texto em uma direção bem definida – falta-lhe destreza com os recursos que a língua oferece para isso.

Eis, então, o contraponto entre material didático e produção textual: de um lado, o que encontramos são produções que funcionam no nível do texto, focando a identificação do leitor, mas que falham no plano da argumentação, por não ampliarem conteúdo informacional; de outro, livros didáticos que além de não considerarem a argumentação como um recurso possível dentro da coesão referencial, tendem a tratá-la como um conjunto indistinto, cuja única preocupação é

evitar repetições de termos. O excesso de repetições na produção dos alunos é condenável porque pouco contribui para a informação trazida no texto mas, para os livros didáticos analisados, o problema é meramente estilístico, porque torna o texto repetitivo.

A falha, portanto, é a mesma – apenas justificada por razões distintas. O que oferecemos no próximo item, sob a configuração de um capítulo de livro, é uma contribuição para a abordagem argumentativa dos mecanismos de coesão textual, um problema que já está identificado, mas que é mantido do lado de fora dos livros didáticos.

5.1 Coesão referencial e argumentação: uma proposta de trabalho

Para tratar do assunto deste capítulo, leia o texto a seguir, do escritor carioca Stanislaw Ponte Preta (pseudônimo de Sérgio Porto, 1923-1968):

O alegre folião

Seu João é um mendigo muito digno, que exerce o seu mandato na Igreja de São Paulo Apóstolo. Daqui de cima eu costumo ver Seu João lá embaixo, na escadaria da igreja, onde fica sentado o dia inteiro. À noite ele continua no mesmo lugar, só que deita na escadaria e dorme. Seu João é meio doido e não costuma conversar muito. Há outros mendigos na escadaria da igreja, mas nenhum é fixo. O ponto parece ser vitalício e de exclusiva exploração por parte de Seu João.

Às vezes - numa média de duas ou três vezes por ano - vem uma viatura da delegacia que finge tomar conta dos mendigos e leva Seu João. Nessas ocasiões pára povo em volta pra ver. Salta uma senhora machudona com farda de policial, agarra Seu João pelo braço e empurra-o com o máximo de indelicadeza possível para dentro da viatura. Seu João faz força para não entrar, mas depois de levar uns pescoções, acaba entrando. Houve uma vez que uma rapaziada vinha da praia e parou na horinha em que levavam Seu João. Um dos rapazes protestou e a machona quis distribuir bolacha pra cima da turma. Deu-se mal e quem apanhou foi ela e mais os dois guardas que saltaram da viatura para protegê-la. Acabou tudo dando em nada e lá foi Seu João para o que a machona explicou ser "um centro de recuperação de mendigos".

É verdade que não jogaram Seu João no rio da Guarda, como ocorreu com diversos coleguinhas seus, mas fizeram com ele o que fazem com a grande maioria dos mendigos. Dão um banho no coitado, cortam o cabelo e a barba, depois soltam para que ele volte ao seu ponto profissional. Dizem que essa medida é só pra prejudicar mendigo, porque mendigo lavado e barbeado arranja muito menos esmola.

Mas - eu lhes dizia - daqui de cima vejo sempre Seu João. Sou um dos poucos que ele cumprimenta. Só por causa do cobertor. Foi no ano de 63 que houve um inverno mais rigoroso e Seu João tossia tanto de noite que num güntei. Mandeí a babá das meninas comprar um cobertor e ela levou de presente pra ele. Seu João é doido, como tantos outros que circulam pela aí, inclusive alguns em altos postos, mas é reconhecido. Nas raras vezes

em que cruzamos na calçada, ele grunhe o que eu acredito que seja um agradecimento.

Pois descobri que Seu João também é um alegre folião carioca. Durante os dias de carnaval permaneceu onde sempre esteve: na escadaria da igreja, mas era carnaval, e Seu João passou os quatro dias pedindo esmolas com um chapeuzinho de tirolês.

(Stanislaw Ponte Preta, *Febeapá I*, 1986, p.139-140)

A seguir, grifamos algumas palavras do primeiro parágrafo:

Seu João é um mendigo muito digno, que exerce o seu mandato na Igreja de São Paulo Apóstolo. Daqui de cima eu costumo ver **Seu João** lá embaixo, na escadaria da igreja, onde fica sentado o dia inteiro. À noite **ele** continua no mesmo lugar, só que deita na escadaria e dorme. **Seu João** é meio doido e não costuma conversar muito. Há outros mendigos na escadaria da igreja, mas nenhum é fixo. O ponto parece ser vitalício e de exclusiva exploração por parte de **Seu João**.

Podemos afirmar que as palavras grifadas referem-se à mesma pessoa, no caso, o mendigo personagem do texto, Seu João. Nos trechos “onde fica sentado o dia inteiro” e “só que deita na escadaria e dorme”, conseguimos entender, mesmo sem sujeito expreso, que se trata também de Seu João. A pergunta, então, é a seguinte: como isso é possível?

A identificação de Seu João, ao longo do texto, acontece através de mecanismos de coesão referencial. De forma breve, podemos caracterizar a coesão referencial como a identificação e recuperação de elementos dentro de um texto, formando uma espécie de rede. Quando a coesão referencial é satisfatória, conseguimos saber sempre “de que” um texto está falando, isto é, não perdemos de vista seus personagens ou assuntos.

Como é possível ver no parágrafo destacado, e no texto todo, há várias maneiras de se realizar a coesão referencial, e cada uma delas traz propriedades diferentes. A seguir, descrevemos estas possibilidades:

1. Repetição de termos

Uma maneira bastante simples e eficaz de manter o leitor capaz de identificar os elementos do texto é a repetição de expressões, o que é particularmente comum quando estamos tratando de nomes próprios:

(1) O presidente dos Estados Unidos, **Barack Obama**, anunciou nesta terça-feira, durante seu discurso do Estado da União, que fará uma visita ao Brasil em março. A viagem inclui ainda Chile e El Salvador e será a primeira de **Obama** à América do Sul desde que assumiu o governo americano. **Obama** disse que a viagem servirá para “forjar novas alianças para o progresso nas Américas”. (Portal de Notícias Uol, 25/01/11).

No trecho, a repetição de “Obama” torna fácil para o leitor identificar que a notícia se trata, sempre, do presidente norte-americano. Por outro lado, a repetição de termos, eventualmente, pode se tornar uma estratégia equivocada, como no exemplo a seguir.

(2) Deixei o **carro** estacionado na Avenida Luis de Camões, mas quando voltei, não encontrei o **carro** lá. Ainda estava na quinta prestação do **carro**, e agora vou voltar sem o **carro** para casa. Minha mulher vai ficar uma fera quando descobrir que o **carro** foi roubado.

Não há uma solução simples para o uso ou não de repetições de termos: ainda que seja tradicional aconselhar o aluno a jamais se utilizar de repetições, especialmente de substantivos comuns, cada texto é regido por sua própria coesão, isto é, o que fica ruim em um texto não, necessariamente, fica ruim em outro. Repetições muito próximas tendem a soar cansativas, algo que o distanciamento entre as palavras pode diminuir. Reorganizando o exemplo anterior, teríamos o seguinte:

(2a) Deixei o **carro** estacionado na Avenida Luís de Camões, mas quando voltei, não encontrei nada lá. Ainda estava na quinta prestação, e agora vou voltar sem ele para casa. Minha mulher vai ficar uma fera quando descobrir que o **carro** foi roubado.

Em (2a), a palavra “carro” é repetida, mas em sentenças razoavelmente distantes, enfraquecendo a sensação de repetição. Se, por um lado, a repetição de termos não acrescenta nenhuma informação nova para o andamento do texto, por outro, ela é bastante estável e auxilia o leitor na tarefa de identificação. Assim, seu uso pode ser proveitoso em situações em que há possibilidade de confusão; compare os dois trechos a seguir:

(3a) Depois do show, **Hugo** correu para se hidratar no camarim, enquanto **Thiago** ajudava a afinar **o violão**. Do lado de fora, uma fã aguardava a chance de tirar uma foto com **ele**.

(3b) Depois do show, **Hugo** correu para se hidratar no camarim, enquanto **Thiago** ajudava a afinar **o violão**. Do lado de fora, uma fã aguardava a chance de tirar uma foto com **Hugo**.

Na frase (3a), é possível que o leitor fique em dúvida se a fã aguardava para tirar uma foto com Hugo, Thiago, ou até mesmo, com o violão. Na frase (3b), com a repetição, essa dúvida é desfeita.

2. Substituição lexical

Uma alternativa para evitar repetições desnecessárias ou incômodas é a substituição por uma outra palavra, de significado semelhante. Retomando o exemplo (2), poderíamos fazer as seguintes modificações:

(4) Deixei a **Mercedes** estacionada na Avenida Luis de Camões, mas quando voltei, não encontrei o **veículo** lá. Ainda estava na quinta prestação, e agora vou voltar sem o **automóvel** para casa. Minha mulher vai ficar uma fera quando descobrir que o **carro** foi roubado.

As palavras “Mercedes”, “veículo”, “automóvel” e “carro” pertencem a um mesmo campo semântico, isto é, mantêm uma relação de significado entre si. É importante dizer que, embora seja comum tratá-las como sinônimos, cada uma delas tem propriedades específicas: “veículo”, por exemplo, é mais genérico (uma moto, por exemplo, também é um veículo), ao passo que “Mercedes” é mais específico (um tipo de carro). Isto implica dizer que, ainda que sejam sinônimos, os termos não podem ser trocados de posição livremente dentro do texto, pois o resultado pode ser estranho. Compare as duas sentenças a seguir:

(5) Descarreguei a arma contra o **leão** e consegui evitar que a **fera** chegasse ao vilarejo.

(5a) Descarreguei a arma contra a **fera** e consegui evitar que o **leão** chegasse ao vilarejo.

A coesão referencial da sentença (5a) pode gerar dúvidas: será que “fera” e “leão” se tratam da mesma coisa? A ordem de uso dos termos é significativa: podemos afirmar que “leão” é um tipo de “fera” (ou seja, vamos do mais específico ao mais genérico), mas não que a “fera” seja, exatamente, um “leão”. A diferença entre mais específico e mais genérico deve ser levada em conta na hora da substituição de uma palavra por outra.

A substituição lexical, porém, não se resume ao uso de sinônimos. Nos dois trechos a seguir, note como a mesma informação é dada de dois modos radicalmente diferentes.

(6) O **Corinthians** estréia hoje, no estádio do Pacaembu com casa cheia, às 21:45, na fase de pré-Libertadores, contra a equipe colombiana do Deportivo Tolima. O **Timão**, no ano do seu centenário, aposta tudo na vitória e conta com o retorno de **Ronaldo**, depois de duas semanas parado. O **xodó da Fiel** promete empenho e garra para garantir um resultado positivo já em São Paulo, e **a torcida mais apaixonada do país** já esgotou as entradas desde o último mês de novembro.

(6a) O **Corinthians** estréia hoje, no estádio do Pacaembu com casa cheia, às 21:45, na fase de pré-Libertadores, contra a equipe colombiana do Deportivo Tolima. **A equipe que jamais chegou perto de vencer uma Libertadores**, no ano do seu centenário, aposta

tudo na vitória e conta com o retorno de **Ronaldo**, depois de duas semanas parado. **O jogador que está sempre brigando com a balança** promete empenho e garra para garantir um resultado positivo já em São Paulo, e **a torcida, que costuma derrubar alambrados com as derrotas do time**, já esgotou as entradas desde o último mês de novembro.

Os dois parágrafos trazem a mesma informação: o anúncio da partida, o retorno de um jogador e os ingressos esgotados. Porém, enquanto o primeiro parágrafo faz um retrato positivo a respeito da equipe do Corinthians, o segundo é bastante negativo e crítico. Isso acontece por causa das expressões utilizadas para realizar a coesão referencial.

No primeiro parágrafo, “Corinthians” é substituído por “o Timão”, apelido dado por seus torcedores. “Ronaldo” se transforma em “o xodó da Fiel”, enquanto a torcida é chamada de “a torcida mais apaixonada do país”.

No segundo parágrafo, “Corinthians” se torna “a equipe que jamais chegou perto de vencer uma Libertadores”, “Ronaldo” é “o jogador que está sempre brigando com a balança” e a torcida “costuma derrubar alambrados com as derrotas do time”.

O que estes dois trechos mostram é que a substituição lexical não só ajuda a evitar repetições, como pode dar um direcionamento argumentativo para o texto, isto é, passar a opinião do autor através das expressões que ele utiliza para retomar o assunto. O primeiro parágrafo invoca a paixão do torcedor corintiano, enquanto o segundo relembra o fracasso das campanhas do time na competição, e a insatisfação da torcida – isso tudo *apenas* modificando as expressões referenciais. A argumentação de um texto, assim, não depende apenas do que é escrito, mas *como* é escrito. Quanto mais informações você dispuser sobre o tema de que está tratando, mais enriquecidas ficarão as substituições lexicais.

3. Retomada pronominal

Outra forma de se recuperar um tema já mencionado no texto é através de formas pronominais, sejam pessoais, possessivas ou demonstrativas. Confira os exemplos a seguir:

(7) A diretoria avisou que levaria todos de castigo por causa da briga com **Pedro**, mas nós avisamos que não tínhamos nada a ver com **ele**.

(8) Meu pai sempre disse que **gosto** é como opinião: cada um tem o **seu**, mas não precisa sair avisando por aí.

(9) Quantas vezes eu precisarei explicar que estamos falando da **viagem** a Santos, e não **daquela** outra?

A retomada por pronomes funciona através de propriedades gramaticais, isto é, marcas de gênero, número, flexão verbal. Se tomarmos o exemplo (7) novamente e fizermos uma modificação, obtemos um sentido distinto:

(7a) A diretora avisou que levaria todos de castigo por causa **da briga com Pedro**, mas nós avisamos que não tínhamos nada a ver com **ela**. (= nada a ver com a briga).

Considerando que a quantidade de informações oferecidas pelos pronomes é limitada, eventualmente, a recuperação pode ser problemática, como nos exemplos a seguir:

(10) Soube apenas tarde demais que **a casa** havia pegado fogo quando **minha mãe** estava **na cozinha**. Quando cheguei lá, **ela** estava arrasada.

Na sentença (10), o pronome “ela” pode se referir tanto a “casa”, quanto a “minha mãe” e “a cozinha” – e, somente com este trecho, fica impossível descobrir de quem se trata. Há a necessidade de ampliar a *predicação*, isto é, as informações sobre a situação. Nas três próximas sentenças, a predicação consegue esclarecer de quem trata o pronome “ela”:

(10a) Soube apenas tarde demais que a casa havia pegado fogo quando minha mãe estava na cozinha. Quando cheguei lá, ela estava no chão, chorando porque havia perdido tudo, e cheia de arranhões nos braços. (**ela = minha mãe**).

(10b) Soube apenas tarde demais que a casa havia pegado fogo quando minha mãe estava na cozinha. Quando cheguei lá, ela estava toda revirada: a geladeira havia tombado e os copos haviam caído do armário. (**ela = a cozinha**)

(10c) Soube apenas tarde demais que a casa havia pegado fogo quando minha mãe estava na cozinha. Quando cheguei lá, ela estava completamente destruída, sem que se pudesse salvar nenhum dos móveis ou eletrodomésticos. (**ela = a mãe**)

4. Elipse

O último mecanismo de coesão referencial que iremos descrever é o da elipse, que consiste no apagamento de um termo na frase, mas que pode ser entendido pelo contexto. Retomando um trecho do texto de Stanislaw Ponte Preta:

“Seu João faz força para não entrar, mas depois de levar uns pescçoões, acaba entrando. Houve uma vez que uma rapaziada vinha da praia e parou na horinha em que levavam Seu João. Um dos rapazes protestou e a machona quis distribuir bolacha pra cima da turma. Deu-se mal e quem apanhou foi ela e mais os dois guardas que saltaram da viatura para protegê-la.”

Na primeira frase, “Seu João faz força para não entrar, mas depois de levar uns pescçoões, acaba entrando”, a posição de sujeito dos verbos “levar” e “acaba entrando” não está preenchida, mas podemos afirmar que se trata de Seu João. Isso acontece devido à manutenção de estrutura dentro da sentença, isto é, a repetição de um padrão: [sujeito] + [verbo]; como o sujeito dos três verbos “faz”, “levar” e “acaba entrando” é o mesmo, pode-se mencioná-lo apenas na primeira vez, já que é possível deduzir as duas seguintes. A elipse, portanto, funciona quando há manutenção de estruturas:

(11) Encontrei **o livro** que estava procurando há dias, mas perdi logo em seguida!

(12) Vá ver se seu pai precisa **de você**, porque eu não preciso.

Ainda que dependa fortemente da manutenção das posições sintáticas (sujeito, objeto direto, objeto indireto), a elipse também pode se valer das flexões verbais e nominais para funcionar. Veja os exemplos a seguir.

(13) Os manifestantes alcançaram a Avenida Paulista quando a polícia dobrava o quarteirão, armados com pedaços de pau e bombas caseiras. (**Os manifestantes estavam armados**).

(13a) Os manifestantes alcançaram a Avenida Paulista quando a polícia dobrava o quarteirão, armada com balas de borracha e cassetetes. (**A polícia estava armada**).

Exercícios

1. Leia o parágrafo abaixo.

Tropa de Elite 2, dirigido por José Padilha, sagrou-se, em 2010, como a maior bilheteria do cinema brasileiro na história. O filme narra a saga de Capitão Nascimento, agora como chefe da secretaria de segurança do Rio de Janeiro. O personagem precisa combater as milícias cariocas, formadas justamente pela polícia. Com ritmo frenético empregado pelo diretor, Tropa de Elite 2 ainda está em cartaz em muitos cinemas do país.

O autor deste trecho procura, através da escolha de palavras, adotar uma perspectiva neutra com relação ao filme. Substituindo os termos “o filme”, “o personagem”, “diretor” e “Tropa de Elite 2”, procure ampliar a informação vinculada, promovendo uma argumentação positiva ou negativa a partir das palavras escolhidas.

2. Através de predicções, isto é, ampliação da informação veiculada, procure desfazer a ambigüidade de referência nos seguintes trechos, como no modelo:

As torcedoras no ginásio chamaram pelas jogadoras no final do jogo, mas elas...

As torcedoras no ginásio chamaram pelas jogadoras no final do jogo, mas elas *acabaram cansando e foram embora sem um autógrafo*. (elas = as torcedoras)

As torcedoras no ginásio chamaram pelas jogadoras no final do jogo, mas elas *simplesmente deram às costas e entraram no vestiário*. (elas = as jogadoras)

- a) O soldado fez de tudo para enquadrar o inimigo na mira, até que ele...
- b) Os aviões não podem pousar até segunda ordem dos controladores de vôo, a menos que eles...
- c) Ainda que sua mãe soubesse do segredo, sua esposa não sabia, e ele duvidava que ela...

Propostas de redação

Proposta #1

Escreva um texto dissertativo, de aproximadamente 20 linhas, sobre o impacto que cada uma destas personalidades tem em sua área de atuação. As personalidades são as seguintes: o ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva, o jogador Neymar, o empresário Steve Jobs ou a cantora Lady Gaga.

Você deve escolher uma destas personalidades e, antes de escrever a redação, enumerar propriedades conhecidas sobre ela. Se decidir falar sobre o presidente Lula, por exemplo, poderia levantar informações como “o presidente de maior popularidade do Brasil”, “o ex-metalúrgico de São Bernardo do Campo”, “o líder do PT” etc. Lembre-se que as informações precisam ser de conhecimento de seu leitor. Tente incorporar, a esta lista, sua própria visão da personalidade, como “o presidente que melhor representou o país”, “o presidente mais corrupto da história”, “o presidente ganancioso pelo poder”, ou “o líder solidário” etc.

Lembre-se também que a coesão referencial é uma propriedade natural dos textos, e que você dispõe de um amplo arsenal de recursos para que seu leitor identifique sobre o que ou quem você está escrevendo. Utilizar estes recursos com eficácia, a partir das qualidades e problemas de cada um, promove o aparecimento de um texto bem construído.

Proposta #2

Escreva uma crônica, de aproximadamente 20 linhas, comparando duas localidades famosas do país: a Avenida Paulista, em São Paulo, e a Praia de Copacabana, no Rio de Janeiro. Procure, na sua comparação, decidir em que lugar você se sentiria mais a vontade ou preferiria estar.

Antes de escrever a redação, procure levantar algumas informações sobre as duas localidades, que devem ser de conhecimento de seu leitor. Tente incorporar a essa lista suas próprias impressões sobre os dois lugares.

Lembre-se também que a coesão referencial é uma propriedade natural dos textos, e que você dispõe de um amplo arsenal de recursos para que seu leitor identifique sobre o que ou quem você está escrevendo. Utilizar estes recursos com eficácia, a partir das qualidades e problemas de cada um, promove o aparecimento de um texto bem construído.

5.2 Considerações sobre a proposta

Ainda que seja uma tentativa bastante simples de estabelecer um capítulo didático sobre a coesão referencial, acreditamos que as propostas do item 6.2 são válidas por irem na direção oposta do que é exibido pelos livros didáticos. Assim, gostaríamos, neste ponto, de abordar as diferenças que julgamos pertinentes.

No ponto de vista deste trabalho, acreditamos que seja necessário abandonar o excesso de classificações e taxonomias presente em alguns livros didáticos, porque seu efeito é questionável. Mesmo que a proposta busque subdivisões dentro da coesão referencial (ancorada pelo que está discriminado nos PCNs e modelo utilizado para a análise do capítulo 5), buscamos evitar, sempre que possível, o uso de nomenclatura específica e particularizações, pois cremos que, quando se age dessa maneira, perde-se o foco da descrição de dados e se incentiva a classificação; em outras

palavras, quando os livros didáticos discriminam elementos como “sinônimos”, “hiperônimos”, “quase-sinônimos” etc, seu propósito acaba sendo, invariavelmente, dar instrumentos para que o aluno opere, posteriormente, classificações. Se tratamos da coesão como a ferramenta essencial para produzir um texto, parece-nos equivocada a maneira de estudá-la para, em primeira instância, enquadrar mecanismos de coesão em uma lista.

O que buscamos, então, ao separar certos mecanismos de coesão referencial, é exibir o que pode ser feito com cada um deles, e instigar o aluno a trabalhar suas potencialidades. Particularmente, acreditamos ser necessário derrubar alguns pressupostos tomados como intocáveis pela prática de textos, como o repúdio irrestrito à repetição de termos, além da simplicidade com que a substituição lexical é tratada. Os casos de retomada pronominal e elipse também merecem atenção, já que, diferente do que é proposto pelos livros didáticos, estes mecanismos mantêm uma relação muito maior com seu co-texto – como é mostrado pela análise do capítulo 4 – do que se procura habitualmente mostrar.

No tocante aos tradicionais exercícios de fixação, no final do capítulo, procuramos seguir também uma direção distinta: saem os exercícios de identificação referencial e entram os exercícios de reescrita. Mais uma vez, queremos fugir da mera classificação de fenômenos e propor um trabalho de produção. Além disso, também desejamos conferir mais naturalidade aos exercícios, que invariavelmente partem de sentenças artificialmente defeituosas quando sugerem, por exemplo, a substituição de um termo por outro.

Por fim, nas propostas de redação – e também nos exercícios – adotamos o viés argumentativo para a coesão referencial, praticamente ignorado nos livros didáticos, que joga toda a atenção, neste sentido, para a coesão seqüencial. Ao pedir que os alunos produzam textos sobre as personalidades ou os locais sugeridos, pedimos antes que eles levantem informações sobre os tópicos, isto é, que construam um arcabouço de predicções e substituições lexicais. Como pudemos ver na análise do capítulo 4, a pouca inventividade das substituições é fruto da falta de uma contextualização maior. Na proposta de redação, Raquel e Juliana eram, unicamente, dois nomes associados a duas meninas de sete anos. Nas propostas do item 5.1, optamos por figuras conhecidas porque elas poderiam facilitar o trabalho de levantamento de informações.

6 CONCLUSÃO

Depois de confrontar os livros didáticos e a produção textual dos alunos, tomando como foco a coesão referencial, podemos afirmar que o maior problema encontrado não é a fragilidade informacional dos processos de coesão na produção textual, mas sim o fato de que os livros didáticos jamais se voltam para isso. Considerando que uma abordagem educativa de um determinado assunto precisa antever dificuldades, de modo a não se tornam apenas um compêndio de itens e definições para consulta, os livros didáticos falham em ambas as frentes: não enxergam o que precisa ser melhorado na produção dos alunos e também não funcionam como material de referência para o assunto, já que suas definições de mecanismos de coesão referencial padecem de falta de clareza, exemplos inapropriados e confusão de critérios.

Defender que é possível que os mecanismos de coesão referencial também possam carregar valor argumentativo, ampliando a informação veiculada pelo texto, não é uma novidade. Contudo, tal perspectiva precisa chegar aos livros didáticos. O que este trabalho propôs, depois de realizar um levantamento sobre diferentes abordagens da coesão textual, é uma contribuição para esta modificação. Com o capítulo de livro proposto no capítulo 5, não procuramos apresentar o tratamento definitivo para a coesão referencial no ensino, mas mostrar que não apenas é possível, com clareza, exibir seu estatuto argumentativo, como também é bastante necessário.

Muito se discute o papel da ciência linguística na formação de professores e na confecção de materiais didáticos, trazendo sempre à tona o questionamento sobre como a Linguística auxilia o ensino de línguas. Ainda que viva duelando contra a presença tradicional da normatização e do binômio “certo e errado”, o ensino de língua vem se mostrando mais receptivo nas últimas décadas ao que a Linguística tem a oferecer, seja na derrubada de preconceitos arraigados sobre a língua, no uso de textos em sala de aula etc. O que este trabalho procura fazer, então, é colaborar para mais este preceito linguístico, de que a coesão referencial é dotada de complexidade e potencialidade enormes, também faça parte dos livros didáticos.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

1. ALLAN, Keith. **Natural language semantics**. Blackwell: Oxford, 2001.
2. ALVES-MAZZOTI, Alda Judith. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2ª. edição. Pioneira Thomson Learning: São Paulo, 2002.
3. APOTHELÓZ, Denis. “Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual”. In CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi e CIULLA, Alena (orgs.). **Referenciação**. Editora Contexto: São Paulo, 2003.
4. BASSETO, Livia Maria Turra. **O processo de construção referencial nas crônicas de temas políticos escritas por Carlos Heitor Cony**. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual Paulista – IBILCE: São José do Rio Preto, 2008
5. BEAUGRANDE, Robert de. **Text, discourse and process: toward a multidisciplinary science of texts**. Longman: Nova York, 1980.
6. BEAUGRANDE, Robert-Alain de e DRESSLER, Wolfgang. **Introduction to text linguistics**. Longman: Nova York, 1981.
7. BROWN, Gilliam e YULE, George. **Discourse analysis**. Cambridge University Press: Cambridge, 1996.
8. CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 4ª. edição. Cortez Editora: São Paulo, 2000.
9. FREGE, G. “Sobre o sentido e a referência”. In: **Lógica e filosofia da linguagem**. São Paulo: Cultrix, 1978.
10. HALLIDAY, M.A.K. e HASAN, Ruqaiya. **Cohesion in English**. 3a. edição. Longman: Londres, 1979.

11. KOCH, Ingedore Villaça e FÁVERO, Leonor Lopes. **Linguística textual: introdução**. 5ª. edição. Cortez Editora: São Paulo, 2000.
12. KOCH, Ingedore Villaça. **A coesão textual**. 21ª. edição. Editora Contexto: São Paulo, 2009.
13. KOCH, Ingedore Villaça. **Argumentação e linguagem**. Cortez Editora: São Paulo, 1984.
14. KOCH, Ingedore Villaça. **O texto e a construção de sentidos**. 9ª. edição. Editora Contexto: São Paulo, 2007.
15. KOCH, Ingedore; MARCUSCHI, L. “Processos de referenciação na produção discursiva”. **D.E.L.T.A.**, São Paulo, v.14, 1998. Número especial.
16. LYONS, John. **Semantics**. Volume Um. Cambridge University Press: Nova York, 1977.
17. MILNER, Jean-Claude. “Reflexões sobre a referência e a correferência”. In CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi e CIULLA, Alena (orgs.). **Referenciação**. Editora Contexto: São Paulo, 2003.
18. NEVES, Maria Helena de Moura. **Texto e gramática**. 1ª. edição. Editora Contexto: São Paulo, 2007.
19. PESSOA, Regina Maria. **Estudo de alguns mecanismos de coesão textual na produção escrita de alunos do 3º. Grau**. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual Paulista – FCL: Araraquara, 1987.
20. RONCARATTI, Cláudia. “A (re)categorização lexical em cadeias referenciais” In REZENDE, Letícia Marcondes; DIAS-DA-SILVA, Bento Carlos e BARBOSA, Juliana Bertucci (orgs.). **Léxico e gramática: dos sentidos à construção do texto**. Cultura Acadêmica: São Paulo, 2009.
21. SARGENTINI, Vanice M. Oliveira. **Coesão e argumentação no discurso escrito**. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual Paulista – FCL: Araraquara, 1991.